

**O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: A Principal
Associação de Mulheres da Primeira Metade do Século XX
(1914-1947)**

Rosa de Lurdes Matias Pires Correia

Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres.

As Mulheres na Sociedade e na Cultura

Julho de 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em Estudos sobre as Mulheres, realizada sob a orientação de
Manuel Gaspar da Silva Lisboa

RESUMO

O CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES PORTUGUESAS: A PRINCIPAL ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX (1914 – 1947)

ROSA DE LURDES MATIAS PIRES CORREIA

Pretende-se com este estudo retratar a mais importante e duradoura associação feminista portuguesa da primeira metade do século XX, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), que ao longo de mais de três décadas de existência fomentou, em contextos políticos adversos ao associativismo feminino, como foram a Ditadura Militar e o Estado Novo, diversas actividades em prol da causa feminista.

Fundado em Lisboa, em 1914, sob a égide de Adelaide Cabete, conseguiu manter-se em actividade até ser dissolvido em 1947, pelo Estado Novo. O Conselho procurou reunir numa federação as agremiações feministas e femininas que se ocupavam da mulher e da criança, numa tentativa de evitar cisões no movimento feminista português e suscitar a adesão do maior número de mulheres, independentemente do seu posicionamento em relação à causa feminista.

O Conselho definia-se como uma instituição feminina, apolítica e não religiosa. Apesar de não se assumir como uma organização feminista, a sua linha de actuação pautou-se sempre pela defesa da causa feminista. As suas activistas lutaram pelo direito da mulher à educação e instrução, à formação profissional, ao trabalho, à igualdade salarial e ao voto. Defenderam a coeducação, o pacifismo e os direitos dos animais. Reclamaram a promulgação de legislação social adequada à mulher trabalhadora e a alteração de alguns pontos do Código Civil. Combateram a prostituição regulamentada, a moral dupla e a mendicidade infantil. Para que estas reivindicações fossem ouvidas pelos diversos órgãos do poder político, organizaram conferências e congressos, apresentaram petições e representações e publicaram um boletim durante trinta e dois anos (em 1937 não foi editado).

PALAVRAS-CHAVE: organizações femininas, feminismo, mulher

ABSTRACT

THE NATIONAL COUNCIL OF PORTUGUESE WOMEN: THE FIRST WOMEN'S ASSOCIATION OF THE FIRST HALF OF THE TWENTIETH CENTURY (1914 – 1947)

ROSA DE LURDES MATIAS PIRES CORREIA

With this study we intend to show the most important and long lasting Portuguese feminist association of the first half of the twentieth century, the National Council of Portuguese Women (CNMP), which throughout three decades of existence cemented many activities for the feminist cause in a political setting adverse to feminists associations, such as the Military Dictatorship and the Estado Novo (New State).

Founded in Lisbon, 1914, under the aegis of Adelaide Cabete, it managed to remain in functions until it was disbanded in 1947 by the Estado Novo (New State). The Council sought to unite under a federation the feminist and feminine associations, who dealt with women and children, in an attempt to avoid division in the Portuguese feminist movement and to arouse as much women's support as possible, regardless of their own thoughts on the feminist cause.

The Council defined itself as a feminine apolitical and non-religious institution. Despite not coming forward as a feminist organization, its actions always sided in the defense of the feminist cause. Its activists fought for the women's right to education and instruction, professional training, work, equal salaries and vote. They defended coeducation, pacifism and animal rights. They demanded the implementation of a suitable social legislation for the working woman and the alteration of some items of the Civil Code. They fought against regulated prostitution, dubious morality and child peddling. To be heard by the many departments of the political powers conferences and congresses were held, petitions and representations were presented and also a bulletin was published for thirty two years (it was not published in 1937).

KEY WORDS: Feminist organizations; Feminisms; Woman

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I – Princípios programáticos e estrutura organizativa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	
1.1 – A fundação do Conselho	5
1.2 – As agremiações federadas no Conselho	8
1.3 – Os Estatutos e o Programa Geral	10
1.4 – O funcionamento do Conselho	
1.4.1 – Os corpos gerentes	12
1.4.2 – As secções ou comissões.....	14
1.4.3 – As delegações	16
1.5 – As sócias	18
Capítulo II – As actividades do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	
2.1 – As conferências	24
2.2 – Os congressos	30
2.2.1 – Os congressos internacionais	31
2.2.2 – Os congressos nacionais	34
2.3 – A biblioteca feminista	38
2.4 – As representações e as petições	40
2.5 – As exposições	44
2.6 – As homenagens	48
2.7 – As subscrições	50
2.8 – Os cursos e os inquéritos	52
2.9 – O órgão de propaganda	
2.9.1. – Breve historial do órgão oficial	53
2.9.2 – Ficha técnica	54
Capítulo III – O internacionalismo do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	60
Capítulo IV – A dissolução do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	64
Conclusão	68
Bibliografia	72
Anexos	77
Cronologia do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)	144

Lista de abreviaturas

ACPC – Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea

AFPP – Associação Feminina Portuguesa para a Paz

AHS – Arquivo de História Social

APF – Associação de Propaganda Feminista

BN – Biblioteca Nacional

CNFF – Conselho Nacional das Mulheres Francesas

CNMP – Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

GPEF – Grupo Português de Estudos Feministas

ICS – Instituto de Ciências Sociais

ICW – International Council of Women

IWSA – International Women Suffrage Alliance

LPA – Liga Portuguesa Abolicionista

LRMP – Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

MPF – Mocidade Portuguesa Feminina

MUD – Movimento de Unidade Democrática

OMEN – Obra das Mães para a Educação Nacional

PRP – Partido Republicano Português

SNBA – Sociedade Nacional de Belas Artes

Introdução

O trabalho tem por objecto de estudo uma organização de mulheres, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), a mais importante e duradoura associação feminista da primeira metade do século XX, que fomentou ao longo de mais de três décadas de existência, marcadas por regimes políticos diferentes – a República, a Ditadura Militar e o Estado Novo – diversas actividades em defesa do feminismo.

Escolhemos esta associação de mulheres por várias razões. Primeiro, porque foi aquela que conseguiu manter-se em actividade desde 1914, ano da sua fundação, até 1947, ano da sua dissolução, e foi a única agremiação feminista existente a partir dos anos 20, o que permite conhecer o percurso do movimento feminista português a partir deste período. Segundo, não esteve ligada a nenhum partido político nem foi apoiada pelos dirigentes republicanos, tal como sucedeu a algumas associações de mulheres que a precederam, e a sua linha de actuação pautou-se sempre pela defesa da causa feminista, apesar de não se assumir como uma instituição feminista, mas sim feminina. Em terceiro lugar, foi a organização que estabeleceu, desde logo, contactos com o movimento feminista internacional, ao filiar-se no International Council of Women (ICW)¹ e posteriormente na International Women Suffrage Alliance² (IWSA), à qual pertencia, desde 1911, a Associação de Propaganda Feminista, o que influenciou significativamente o trabalho do Conselho.

Pretendemos com o presente estudo elaborar uma monografia do Conselho, explicar a sua longevidade face a associações assumidamente feministas cuja existência foi tão efémera³, traçar o percurso do movimento feminista português nas décadas de 20 a 40 do século XX, uma vez que foi a única organização feminista existente no nosso país neste período, e dar visibilidade histórica às mulheres que desempenharam um papel fundamental na existência da associação.

A dissertação intitulada *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: A Principal Associação de Mulheres da Primeira Metade do Século XX (1914-1947)* abrange o período entre 1914, ano da fundação do Conselho e 1947, ano do seu encerramento pelo Estado Novo.

Não existem muitas obras ou trabalhos que incidam exclusivamente sobre o Conselho. Os estudos limitam-se a alguns artigos, dos quais destacamos os da autoria de Anne Cova⁴ e de João Esteves⁵ e os livros publicados por Vanda Gorjão⁶ e Rosmarie Wank-Nolasco Lamas⁷. A abordagem mais pormenorizada sobre a agremiação, encontramos-na na dissertação de mestrado de Célia Rosa Batista Costa⁸, intitulada *O Conselho Nacional das Mulheres*

Portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista. A autora elabora a monografia desta associação a partir da análise do seu órgão de propaganda.

O órgão de informação constituiu, sem dúvida, a fonte essencial para a compreensão do nosso objecto de estudo. O Conselho publicou, a partir de Novembro de 1914, um boletim designado *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, com o objectivo de divulgar os ideais e as reivindicações feministas, bem como servir de elo de ligação entre as sócias da agremiação. Em Janeiro de 1917, o boletim passou a intitular-se *Alma Feminina* e em Dezembro de 1946 foi editado com o título *A Mulher*.

O nosso método de trabalho consistiu na leitura intensiva e posterior análise dos cento e cinquenta e sete números do órgão oficial do Conselho. De forma a colmatar lacunas e insuficiências de informação encontradas no órgão e também para conhecermos as reacções às actividades levadas a cabo pela associação, consultámos outros periódicos. Imprescindível foi também a leitura dos relatórios sobre a participação de Adelaide Cabete nos Congressos Internacionais Feministas de Roma e de Washington e os relatórios de Arnaldo Brazão sobre o Primeiro Congresso Feminista e de Educação. Optámos por recorrer a citações, mas não tantas como gostaríamos por razões de economia da tese, tendo a ortografia sido actualizada.

A pesquisa foi realizada sobretudo no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC) – Espólio Maria Lamas, e na colecção de periódicos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional (BN) e no Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais (AHS-ICS) da Universidade de Lisboa – Espólios Deolinda Lopes Vieira e Pinto Quartin. Efectuámos também investigações na Biblioteca Madalena Barbosa da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, na Biblioteca da Universidade Aberta, no Centro República – Centro de Documentação e Estudos sobre a História da I República e do Republicanismo, na Biblioteca Mário Sottomayor Cardia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na Biblioteca-Museu República e Resistência e na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Estruturámos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, esboçaremos uma breve resenha histórica da fundação do CNMP, do contexto em que surgiu, das agremiações que se filiaram ao longo da sua existência, dos Estatutos e do Programa Geral elaborado em 1945, da sua estrutura, das formas de recrutamento e da militância das suas associadas.

No segundo capítulo, tentaremos caracterizar tanto quanto possível a linha de actuação do Conselho. Descreveremos primeiramente as actividades que a associação promoveu – organização de conferências e congressos, criação de uma biblioteca, apresentação de representações e petições, realização de subscrições, homenagens,

inquéritos e cursos – e as iniciativas em que colaborou. Faremos também referência aos projectos que ficaram por concretizar devido às dificuldades económicas do Conselho e à falta de apoio por parte das entidades governamentais. Terminaremos o capítulo com a análise do órgão de propaganda da associação, publicado durante trinta e dois anos (em 1937 não foi editado), delineando muito sucintamente o historial da publicação, os seus objectivos e a ficha técnica.

No terceiro capítulo, debruçar-nos-emos sobre os contactos que o Conselho estabeleceu com o movimento feminista internacional, nomeadamente com as duas federações internacionais americanas em que se encontrava filiado, o ICW e a IWSA. Alguns indicadores da internacionalização da associação serão objecto da nossa análise.

No último capítulo, abordaremos o processo que conduziu ao encerramento do Conselho em 28 de Junho de 1947, pouco depois de Maria Lamas ter sido despedida da revista *Modas e Bordados*, do Jornal *O Século*, por ter recusado deixar o cargo de presidente da associação, e as razões que levaram à sua dissolução.

Em apêndice, incluímos um conjunto de documentos e quadros, entre eles destacamos os Estatutos do Conselho, o seu Programa Geral, listas das agremiações federadas, dos corpos gerentes, das comissões, das sócias identificadas, das teses apresentadas nos dois Congressos Feministas e de Educação e nos Congressos Nacionais Abolicionistas, que desempenham um papel de complemento do texto, bem como uma cronologia da associação.

¹ O ICW foi criado em Março de 1888, em Washington, sob a presidência de Susan B. Anthony. À data da fundação do conselho português, em 1914, estavam filiados vinte e três Conselhos Nacionais. O ICW procurava estabelecer uma comunicação constante entre as associações de mulheres de todos os países, proporcionando-lhes ocasiões para se reunirem e para deliberarem sobre as questões relativas ao bem público e à segurança da família.

² A IWSA foi fundada em 1904, em Berlim, sob a presidência de Carrie Chapman Catt. Tinha como fim a obtenção do direito de voto para as mulheres e os países membros fundadores foram a Alemanha, Austrália, Dinamarca, Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, Noruega e Suécia. Esta organização, com sede em Amesterdão, contava, em 1911, com dezanove países filiados.

³ O Grupo Português de Estudos Feministas (GPEF) e a Associação de Propaganda Feminista (APF) assumiram-se como organizações feministas. O GPEF, fundado e liderado por Ana de Castro Osório, surgiu em 1907. De duração efémera, procurou difundir o feminismo e doutrinar as portuguesas através da edição de livros e folhetos. Em Maio de 1911, em resultado das divergências ocorridas na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) relativamente à tolerância religiosa e ao voto feminino, constituiu-se a APF, que se manteve como organização até 1918. A associação concentrou os esforços na reivindicação do sufrágio feminino e na análise dos problemas específicos da mulher.

⁴ Anne Cova, “Mulheres e associativismo: o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (1914-1945)”, Anne Cova, Natália Ramos, Teresa Joaquim (org.), *Desafios da Comparação. Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp. 89-96; Idem, “Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)”, Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, Filipa Carreira da Silva (eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, pp. 583-602; Idem, “O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918)”, José Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (eds.), *Desenvolvimento e Mudança Social. Portugal nos últimos dois Séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 333-347; Idem, “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e as organizações internacionais de mulheres, 1914-1947”, Irene Tomé, Maria Emília Stone, Maria Teresa Santos (coord.), *Olhares sobre as Mulheres. Homenagem a Zília Osório de Castro*, Lisboa, CESNOVA, 2011, pp. 27-40.

⁵ João Esteves, “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)”, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, n.º 15, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 113-135.

⁶ Vanda Gorjão, *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*, Lisboa, CIDM, 1994; Idem, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

⁷ Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, *Mulheres para além do seu Tempo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995.

⁸ Célia Rosa Batista Costa, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007.

Capítulo I – Princípios programáticos e estrutura organizativa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

1.1 – A fundação do Conselho

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), a mais importante e duradoura organização feminista portuguesa, foi fundado em Lisboa em 1914, e dissolvido pelo Estado Novo, em 1947. Após a sua criação, mostrando o seu desejo de internacionalização, filiou-se no ICW e posteriormente na IWSA.

Investigadores como Anne Cova¹, Isabel Cruz Lousada² e João Esteves³ sustentam que os primeiros contactos com o ICW para a formação de um conselho nacional de mulheres portuguesas ocorreram antes de 1914. Anne Cova⁴ afirma que a presidente desta federação internacional, a americana May Wright Sewall, impossibilitada de estar presente na reunião da organização realizada em Copenhaga em 1902, enviou uma carta onde referia o interesse em organizar um conselho nacional em Portugal, salientando o facto de haver portuguesas de alto nível para o dirigir e afirmava que, não sendo possível viajar para o nosso país, outro elemento da direcção o faria, prosseguindo os laços já cimentados.

A mesma investigadora salienta que os contactos com organizações feministas internacionais prosseguiram. Em Maio de 1913, a futura presidente do Conselho, Adelaide Cabete, representou Portugal no Congresso Internacional de Ocupações Domésticas que se realizou em Gand, na Bélgica, com a comunicação subordinada ao tema “O ensino doméstico em Portugal. Papel que o estudo da puericultura, da higiene feminina, do ensino dos primeiros cuidados em caso de acidente e da pedagogia maternal deve desempenhar no ensino doméstico”.

Segundo Isabel Cruz Lousada⁵, a primeira tentativa de se fundar um conselho nacional de mulheres portuguesas surgiu em 1906 com a deslocação da tesoureira do ICW, Sophia Sanford, ao nosso país, incumbida de tal missão. Para a prossecução do seu objectivo, reuniu-se com as mulheres mais instruídas e influentes de Lisboa, entre elas Carolina Michaelis de Vasconcelos, e tentou contactar com a rainha D. Amélia, o que não foi possível devido à ausência da corte da capital. A investigadora salienta que “o caso estava bem encaminhado e em boas mãos”⁶ após a partida da tesoureira e que só acontecimentos como o regicídio, em 1908, e a implantação da República, em 1910, impediram a criação de um conselho nacional.

O historiador João Esteves⁷ afirma que os primeiros contactos para a formação de um conselho nacional em Portugal ocorreram na década de 10 do século XX, quando Carolina Michaelis de Vasconcelos apresentou a escritora Olga de Morais Sarmiento a Sophia Sanford. Carolina Michaelis de Vasconcelos enviou à escritora um cartão, não datado, sugerindo-lhe uma reunião em sua casa com “algumas senhoras que falam inglês – e que desejam colaborar no movimento feminista (...), podendo recorrer àquelas que constituíam a Liga Portuguesa da Paz”⁸. Contudo, a diligência não teve sucesso.

Na génese do conselho português, foi determinante o papel desempenhado por Avril de Sainte-Croix, secretária-geral do Conselho Nacional das Mulheres Francesas (CNFF) que, em 1914, na quinta assembleia quinquenal do ICW em Roma representou a associação portuguesa. No dia 9 de Maio, leu uma carta de Maria Clara Correia Alves, comunicando a aprovação do Conselho por parte do ministro de Estado. Foi então aprovado, por aclamação, o ingresso da associação e reconhecida como secção do ICW em ofício datado de 30 de Maio.

A comissão responsável pela fundação do Conselho era constituída por Adelaide Cabete, Claudina de Almeida, Camila de Sousa Lopes, Maria da Luz Pereira e Silva, Maria Clara Correia Alves, Aurora Fernandes da Silva, Maria Brazão, Maria J. Lopes Nogueira, Filomena Costa, Virgínia Costa, Ida Pereira e Silva, Elisa Santos Lima, Judite Sara Pereira e Silva Melo Vieira, Marta Ferreira, Palmira Borges e Maria Emília Baptista Ferreira.

A maior parte destas mulheres tinha militado na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP)⁹, como Aurora Fernandes da Silva, Maria Brazão, Maria J. Lopes Nogueira, Maria Clara Correia Alves, Virgínia Costa e Elisa Santos Lima, tendo a última sido subscritora da *Obra Maternal*¹⁰. Camila de Sousa Lopes e Filomena Costa tinham desempenhado cargos directivos na LRMP. Adelaide Cabete tinha integrado o GPEF, criado em 1907, e participado, em 1908, na criação da LRMP. Maria da Luz Pereira e Silva esteve na origem da constituição, em 1911, da APF.

Segundo os Estatutos, o Conselho definia-se como uma instituição feminina, apolítica e não religiosa. Visava reunir numa associação as agremiações femininas e sociedades mistas, com pelo menos dez elementos do sexo feminino, que se ocupavam das mulheres e das crianças, numa tentativa de suscitar a adesão do maior número de mulheres, independentemente do seu posicionamento em relação ao movimento feminista; desmarcar-se do republicanismo associado a algumas agremiações que o precederam e do percurso político de algumas das suas fundadoras, com ligações ao Partido Republicano Português (PRP).

Os seus principais objectivos eram a alteração da situação legal das mulheres na família e na sociedade, a defesa da higiene das grávidas e puérperas, a abolição da prostituição regulamentada, a luta contra o tráfico de brancas, a protecção das mulheres e crianças desfavorecidas e vítimas de maus tratos, a melhoria dos cuidados de saúde básicos e integrar a sua luta na causa comum do progresso da humanidade.

As dificuldades económicas do Conselho tiveram como consequência que a sede social funcionasse, desde 1914, no consultório médico de Adelaide Cabete e da sua irmã, Maria Brazão, na Praça dos Restauradores, 13 – 1.º em Lisboa. De 1920 a 1946, a sede da agremiação situava-se na morada que correspondia aos consultórios de Adelaide Cabete e do seu sobrinho Arnaldo Brazão e às sedes da Liga Portuguesa Abolicionista (LPA) e Ligas de Bondade, ou seja, na Praça dos Restauradores, 13 – 2.º em Lisboa.

A falta de uma sede própria para a realização das actividades que o Conselho pretendia fomentar foi constantemente debatida pelas associadas ao longo da existência da agremiação. Em 1941, a vice-presidente da Direcção, Isabel Cohen von Bonhorst, informava as sócias de que “(...) vamos mudar a nossa sede. Estamos muito satisfeitas por finalmente instalar-nos condignamente para receber as nossas colaboradoras nacionais e estrangeiras. Esperamos também poder desenvolver mais e melhor a nossa actividade, promovendo reuniões, conferências (...)”¹¹ mas tal não aconteceu e, só em 1946, é que a mudança se concretizaria. O novo espaço situava-se na Travessa da Fábrica das Sedas, n.º 1, às Amoreiras, em Lisboa.

Na década de 20, o Conselho foi considerado pelo ICW demasiado pobre para pagar mais de uma quotização. As suas receitas provinham das quotizações das sócias (a sua principal fonte de sustento), das doações, de donativos, da publicidade feita no seu órgão oficial, dos recursos criados excepcionalmente e do rendimento dos bens de reserva.

A entrega de donativos por parte das sócias da organização mereceu destaque no órgão oficial. Adelaide Ferreira de Carvalho e Cândida de Aguilar Santos¹², em 1919, Maria Brazão¹³, Fábria Ochôa Arez¹⁴, respectivamente em 1920 e 1921, e, na década de 30, Maria Baldemero Blanco Macias foram algumas das associadas que contribuíram com donativos. A última mereceu um voto de louvor pelas ofertas monetárias e pela angariação de donativos junto de personalidades de Campo Maior e de Elvas¹⁵. Também uma estrangeira, Paulina Luisi, em 1921, fez uma oferta monetária de cem escudos, quantia elevada para a época, para que a associação desenvolvesse e intensificasse a propaganda feminista em Portugal¹⁶.

Relativamente às receitas provenientes da publicidade não dispomos de dados, uma vez que a maior parte dos balancetes publicados no órgão oficial do Conselho não discriminavam os proventos da organização¹⁷. No entanto, presumimos que os mesmos não foram muito significativos, uma vez que encontramos vagos, sobretudo na década de 30, os espaços reservados à publicidade.

O Conselho recorreu a outros meios para conseguir obter receitas. Em 1920, fez uma edição de um postal ilustrado da autoria do pintor Álvaro da Fonseca, pôs à venda uma composição musical de Gustavo Nogueira oferecida pela sua mãe e sócia do Conselho, Cipriana Nogueira, e colecções completas do boletim *Alma Feminina*, encadernadas em quatro volumes¹⁸. Em 1934, imprimiu um folheto de propaganda a favor da paz da autoria de Sara Beirão¹⁹.

O período mais estável a nível económico correspondeu aos anos após a formação do Conselho. Até 1917 a sua situação foi considerada animadora mas, dois anos depois, os problemas financeiros aumentaram devido às despesas com a publicação do órgão oficial, o que levou a presidente da Direcção, Adelaide Cabete e a secretária-geral, Maria Clara Correia Alves, a oferecerem-se para pagar a diferença em falta até ao final do ano, para que o boletim continuasse a ser editado.

1.2 – As agremiações federadas no Conselho

O principal objectivo do Conselho era federar as agremiações femininas que se ocupavam das mulheres e das crianças. Também podiam aderir sociedades mistas, que prosseguiram a mesma finalidade, desde que tivessem pelo menos dez mulheres como seus membros. Cada associação filiada conservava a sua autonomia e o seu método de acção e era representada por uma delegada efectiva.

Entre 1914 e 1947, federaram-se, no Conselho, vinte e quatro agremiações (Anexo I), o que demonstra as dificuldades do associativismo feminino português. O maior número de adesões verificou-se na década de 10 quando se filiaram dezassete associações. Na década de 20, assistiu-se à fundação de três organizações impulsionadas pelo Conselho e à sua posterior filiação na associação. Na década seguinte não se registou qualquer adesão talvez resultante do facto da liberdade de associação se encontrar severamente restringida e da criação, em 1936 e 1937, de duas organizações estatais femininas, respectivamente, a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), que visavam proteger as mulheres. Nos anos 40, sob a presidência de Maria Lamas, filiaram-se mais quatro associações.

A LPA e a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP) foram as agremiações filiadas que estabeleceram uma estreita colaboração com o Conselho. A primeira organizou dois Congressos Nacionais Abolicionistas, em 1926 e 1929, enquanto a segunda cooperou, em 1947, no programa cultural da Exposição de Livros Escritos por Mulheres, dinamizando uma tarde infantil.

Em 1914, estavam federadas, no Conselho, doze agremiações ligadas, na sua maioria, à prática educativa, profissional e assistência social, existindo apenas uma que se assumia como feminista, o Grupo Feminista Português. As outras eram a Associação dos Professores do Instituto de Odivelas, a Liga Portuguesa dos Educadores, a Sociedade Amigável Mariana Gasul, os Recreatórios Post-Escolares, o Grupo Balbina Brasão, a Tuna das Costureiras de Lisboa, a Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino, a Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões, a União Amigável Maria Scintia, a Associação dos Professores de Ensino Livre e o Grémio dos Professores Primários Oficiais²⁰.

Um ano mais tarde verificou-se a adesão de quatro agremiações: Associação das Alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Liga Portuguesa da Moralidade Pública, Associação das Amigas das Flores e Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – Núcleo do Porto. Em 1917, filiou-se a segunda organização que se assumia como feminista, a Associação de Propaganda Feminista.

Na década de 20 filiaram-se três associações. Em 1923, as Ligas de Bondade, um ano mais tarde, a LPA e, em 1928, a Associação das Mulheres Universitárias de Portugal. As Ligas de Bondade formadas em 1923, sob o patronato do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Providência Geral, tinham como objectivos ensinar as crianças a respeitar os outros e a praticar diariamente actos de altruísmo e bondade. A sua sede funcionava nas instalações do Conselho, na Praça dos Restauradores em Lisboa e a comissão directora era presidida por Maria O' Neill. Berta Garção, Arnaldo Brazão e Sara Schultz Correia desempenhavam as funções de secretária-geral, secretário do interior e secretária do exterior, respectivamente. Dinah dos Santos Lima era a tesoureira, Regina Santos, Angélica Porto, coronel Óscar Cybmas e o tenente-coronel David Branquinho exerciam as funções de vogais.

A LPA foi fundada, em 1924, por Arnaldo Brazão. Promoveu a realização de dois Congressos Nacionais Abolicionistas em 1926 e 1929, onde participaram várias sócias do Conselho, que intervieram nos debates, presidiram e secretariaram algumas das sessões e defenderam teses. A Liga tinha a sua sede na Praça dos Restauradores em Lisboa, morada que correspondia ao consultório médico de Adelaide Cabete e à sede do Conselho.

A Associação das Mulheres Universitárias de Portugal surgiu em 1928 por iniciativa de Adelaide Cabete. Era constituída por diplomadas das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra e pretendia ser o “núcleo inicial de estudo e investigação científica, ponto de reunião e confraternização das nossas intelectuais (...)”²¹. O boletim *Alma Feminina* noticiava, em 1928, o aumento do número de adesões de mulheres diplomadas e o início da discussão dos estatutos, referindo que estava para breve a inauguração da associação²², o que não veio a acontecer devido à sua proibição pela Ditadura Militar.

Em 1946, a AFPP, criada oficialmente em 1936, filiou-se no Conselho. Nesse ano, a sua representante Maria da Luz Espírito Santo aproveitou o tempo de intervenção que as delegadas dispunham nas reuniões de sócias, para ler uma palestra relativa aos cursos sobre a riqueza de França, organizada pela União das Mulheres Francesas e que poderia ser adaptada a Portugal.

Um ano mais tarde, o Ginásio Feminino Português, a Sociedade de Propaganda de Portugal – Núcleo Feminino, cuja filiação foi anunciada por Maria Lamas numa reunião de sócias em Maio de 1947, e a Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro aderiram ao Conselho. A primeira organização, criada em 1937 pela Comissão de Senhoras Pró-Desportos Femininos, utilizou os momentos das reuniões de sócias para realizar palestras e projectar filmes sobre as mulheres e o desporto²³.

1.3 – Os Estatutos e o Programa Geral

Os Estatutos do Conselho foram aprovados a 27 de Abril de 1914 por Cassiano Neves, Governador Civil de Lisboa e publicados na Folha Suplementar do *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*. Três anos mais tarde verificaram-se algumas alterações na sua estrutura e conteúdo (Anexo II) e, em 1946, foram reeditados, registando-se somente a actualização da ortografia.

Em 1917 e 1946, o articulado dos Estatutos dividia-se em sete capítulos: I – Fins e meios de acção; II – Das sócias; III - Direitos e deveres das sócias; IV - Administração e funcionamento; V – Fins de reserva; VI – Assembleias; VII – Modificações dos estatutos e dissolução da associação.

A partir da análise dos Estatutos de 1914 e 1917, constatamos que as alterações introduzidas na última versão diziam respeito à ordem dos capítulos – verifica-se a fusão do primeiro e segundo, dando origem ao capítulo I – Fins e meios de acção, com a consequente

alteração da numeração dos capítulos posteriores; e que nos capítulos II e IV deixam de existir alguns artigos, alíneas e pontos únicos.

Relativamente ao capítulo II – Das sócias, foi retirado o artigo respeitante às sócias fundadoras (art. 5.º, alínea a), alterado o montante das quotas anuais pagas pelas sócias delegadas e auxiliares (art. 5.º, alíneas c e d) e a Comissão Executiva passou a ser designada por Direcção (art. 7.º, parágrafo único). O ponto único do art. 8.º “não podem ser aceites como delegadas pessoas consideradas incompatíveis com algum dos membros do Conselho Administrativo”²⁴ deixou de constar nos Estatutos de 1917.

No capítulo IV – Administração e funcionamento, passou a estar especificado a constituição do Conselho Administrativo, outrora denominado Corpo Administrativo ou Comissão Administrativa, assim como da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal (art. 11.º). A composição da Direcção aumentou, passou a ter mais uma vogal (art. 11.º) e a periodicidade das eleições para o Conselho Administrativo e Direcção, que era de três em três anos, deixou de constar nos Estatutos de 1917.

Na reunião da Assembleia Geral, realizada em 30 de Dezembro de 1928, Adelaide Cabete pugnou pela actualização dos Estatutos. Foi indigitada uma comissão responsável pela sua revisão formada por Elina Guimarães, Maria Amélia de Matos e Tetralda Teixeira de Lemos. Porém, a revisão nunca se concretizou.

Em 1945, sob a presidência de Maria Lamas, foi elaborado o Programa Geral (Anexo III), publicado na contracapa do boletim *Alma Feminina* de Maio de 1946. Segundo o Programa, o Conselho pretendia coordenar, dirigir e estimular todos os esforços com vista à dignificação e emancipação da mulher e estudar todos os problemas que envolviam interesses da mulher, nomeadamente a sua situação jurídica e social, a família, a protecção social à mulher, a sua protecção e dos filhos na saúde e o seu nível intelectual.

Para a resolução destes problemas, a associação propunha elaborar representações ao Governo, promover a constituição de grupos de sócias ordenados por profissões que deveriam “tomar conhecimento daquilo que dentro da sua actividade profissional tenha de ser ventilado e esclarecido (...)”²⁵, organizar conferências, publicações e programas radiofónicos e criar brigadas de instrução um pouco por todo o país. Contudo, a dissolução do Conselho, em 1947, inviabilizou a concretização do Programa Geral.

Para Ivone Leal, o Programa “tem um tal peso de modernidade que ainda hoje está longe de ter sido cumprido e poderia bem servir de inspiração para todos os movimentos que se empenham na democratização real da sociedade portuguesa”²⁶.

1.4 – O funcionamento do Conselho

1.4.1 – Os corpos gerentes

A estrutura do Conselho, reproduzida do ICW, era hierarquizada, formada por um Conselho Administrativo, uma Direcção, uma Assembleia Geral e um Conselho Fiscal.

O Conselho era administrado por um órgão, designado, em 1914, Corpo Administrativo ou Comissão Administrativa, denominação utilizada apenas nos actos e documentos que visavam a propaganda. Aquando da fundação da associação, o Corpo Administrativo era constituído pela presidente, Adelaide Cabete, sendo Carolina Michaelis de Vasconcelos a presidente honorária. Claudina de Almeida, Camila de Sousa Lopes e Maria da Luz Pereira e Silva exerciam as funções de vice-presidentes, a secretária-geral era Maria Clara Correia Alves. Aurora Fernandes da Silva era a tesoureira, Maria Brazão e Maria J. Lopes Nogueira desempenhavam o cargo de secretárias. As vogais eram Filomena Costa, Virgínia Costa, Ida Pereira da Silva, Elisa Santos Lima, Judite Sara Pereira e Silva Melo Vieira, Marta Ferreira, Palmira Borges e Maria Emília Baptista Ferreira.

O Corpo Administrativo era constituído por dezassete membros eleitos em Assembleia Geral e era responsável pela escolha da Comissão Executiva, eleita de três em três anos. Em 1917, estes órgãos passaram a ser designados por Conselho Administrativo e Direcção.

A Direcção era composta por uma presidente, uma vice-presidente, uma secretária-geral, uma tesoureira e três vogais (Anexo IV). Em 1919, Maria Clara Correia Alves alvitrou, na reunião da Assembleia Geral em 22 de Dezembro, a divisão do secretariado geral em secretariado do exterior e do interior, o que foi aprovado por unanimidade. A Direcção reunia mensalmente e ainda de três em três meses, em sessões ditas Assembleias Ordinárias em que participavam as delegadas das agremiações federadas no Conselho.

A primeira presidente da Direcção foi Adelaide Cabete, que ocupou o cargo desde a fundação da associação até 1935; Sara Beirão desempenhou-o desde 1936 até 1941; Isabel Cohen von Bonhorst foi eleita em 1942 e exerceu funções até 1944; Maria Lamas presidiu ao Conselho de 1945 até 1947, ano do seu encerramento. A agremiação teve três presidentes honorárias: em 1914 foi escolhida Carolina Michaelis de Vasconcelos, em 1937, a distinção coube a Angélica Porto e em 1942, à escritora Sara Beirão.

A Assembleia Geral composta por uma presidente, uma vice-presidente, duas secretárias e duas vogais (Anexo V), tinha como funções aprovar o relatório da Direcção e a leitura das contas, deliberar sobre as questões apresentadas para ordem de trabalhos e prover os lugares vagos.

O Conselho Fiscal, que reunia trimestralmente para verificar as contas do Conselho e do Boletim, era formado por uma presidente, uma secretária e uma relatora (Anexo VI).

A partir da análise dos Anexos IV, V e VI, que contêm os nomes das sócias do Conselho que desempenharam cargos directivos e os anos em que exerceram essas funções (à excepção de 1924, em que os cargos não foram discriminados, e 1930 e 1935 em que se desconhece a constituição dos corpos gerentes), constatamos que o cargo de presidente da Direcção foi sempre ocupado por figuras prestigiadas, destacando-se Adelaide Cabete, que dirigiu a associação durante vinte e um anos, e Maria Lamas, eleita para o cargo em Julho de 1945 e que as vice-presidentes da Direcção foram diversas, havendo em alguns anos, nomeadamente em 1920, 1921, 1922, 1923, 1928, 1929, 1931, 1932, 1933 e 1934, duas associadas a ocuparem a vice-presidência enquanto em 1914, 1915 e 1916, o cargo foi ocupado por três mulheres.

Por outro lado, verificamos uma subida na hierarquia: Sara Beirão e Isabel Cohen von Bonhorst passaram de vice-presidentes a presidentes, Maria Clara Correia Alves e Elina Guimarães de secretárias-gerais a vice-presidentes. Algumas associadas acumularam vários cargos, sobressaindo, entre outras, Isabel Cohen von Bonhorst, que foi eleita vice-presidente (1937-1941) e presidente da Direcção (1942-1944), vice-presidente (1945-1946) e presidente da Assembleia Geral (1947) e do Conselho Fiscal (1945); Domingas Lazary do Amaral, que desempenhou, entre 1921 e 1927, as funções de suplente da Assembleia Geral (1921), secretária do interior – correspondência (1922), secretária do interior – actas (1923, 1925), secretária do interior (1926) e vogal da Direcção (1927) e integrou, em 1924, o elenco directivo; Ema Rua, que exerceu os cargos de 2.ª secretária (1920) e suplente (1928-1929) da Assembleia Geral, vogal (1921-1923, 1926) e secretária do interior – bibliotecária (1925) da Direcção e vogal do Conselho Fiscal (1927); Cipriana Nogueira, que foi vogal da Direcção (1920-1923, 1925-1926, 1928-1929), presidente (1931) e 1.ª vogal (1933-1934) da Assembleia Geral e presidente do Conselho Fiscal (1932).

As eleições para os corpos gerentes realizavam-se de três em três anos segundo os Estatutos do Conselho de 1914. As posteriores alterações estatutárias ocorridas em 1917 não referem a sua periodicidade. Em 1919, na reunião da Assembleia Geral de 22 de Dezembro, Maria Clara Correia Alves sugeriu que as eleições passassem a ser anuais, o que mereceu a aprovação das sócias.

Segundo a investigadora Célia Rosa Batista Costa²⁷, o processo de eleição dos corpos gerentes iniciava-se com a constituição de uma lista, onde constavam os nomes das sócias e os cargos que iriam desempenhar. Posteriormente, a lista era enviada às associadas para que

dela tomassem conhecimento. Após a sua rectificação, no caso de algumas das sócias não se disponibilizarem para exercerem os cargos, a lista era ratificada em reunião da Assembleia Geral agendada para o efeito. As primeiras eleições ocorreram em 25 de Março de 1917. Dois anos mais tarde, a 22 de Dezembro, realizou-se uma nova eleição para os corpos gerentes. A partir de 1920 até 1946 passaram a ser anuais.

Duas sócias apresentaram a sua demissão dos corpos gerentes. Em Outubro de 1919, Claudina de Almeida declinou o cargo de vice-presidente da Direcção que ocupava à cinco anos, “o que fazia com bastante mágoa”²⁸ e, em 1946, Lucinda Relvas não integrou a Comissão de Assistência e não aceitou as funções de editora, gerente e tesoureira da Comissão do Boletim por motivos profissionais.

1.4.2 – As secções ou comissões

O Conselho estava organizado em várias secções ou comissões formadas para assegurar o bom funcionamento da associação e presididas por mulheres cuja formação académica estava relacionada com a temática de cada secção. Ao longo da existência do Conselho foram criadas vinte e oito secções (Anexo VII). Algumas subsistiram apenas um ano, como as de Educação e Propaganda, Paz e Arbitragem, Assistência e Trabalho; outras, como as de Propaganda, Paz, Higiene, perduraram mais de vinte anos.

Em 1917, surgiram as secções de Beneficência, Jornalística e Propaganda²⁹, embora os estatutos do Conselho (Capítulo IV – art. 26.º ponto único) referissem como fazendo parte do Conselho Administrativo as Comissões do Boletim, de Propaganda e de Assistência.

A Comissão do Boletim tinha como funções a redacção, direcção e administração do órgão oficial do Conselho, assim como a sua distribuição. Era constituída pela redactora, gerente, editora, secretária de redacção e tesoureira e funcionou até 1919, ano em que a directora-gerente do órgão, Maria Clara Correia Alves, abandonou o cargo.

Em 25 de Junho de 1946, na reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes, foi nomeada a Comissão do Boletim, responsável pela edição do último número do boletim *A Mulher*, dedicado inteiramente à Exposição de Livros Escritos por Mulheres. Maria Amália Neves era a directora, Lucinda Relvas ocupava os cargos de editora, gerente e tesoureira (tendo sido substituída provisoriamente por Leonarda Paiva Martins), Maria das Dores Cabrita era a secretária de redacção e Hortense de Almeida desempenhava a função de redactora.

A Comissão de Propaganda, composta por três elementos, promovia sessões de propaganda feminista ou festas, com a finalidade de divulgar o Conselho, auxiliava a Direcção e elaborava anualmente o relatório das suas actividades.

A Comissão de Assistência, criada com o objectivo de angariar recursos para levar a cabo obras de assistência destinadas à protecção das mulheres e das crianças, era formada por três membros.

Célia Rosa Batista Costa integrou como Secções do Conselho as de Assistência às Crianças (1916), Assistência às Raparigas (1917-1920), Extraordinária de Beneficência (1920), Revisão dos Estatutos (1929-1930) e Execução da Bandeira Nacional (1927-1929)³⁰. Pensamos tratar-se apenas de grupos de trabalho surgidos para apoiar iniciativas que se inseriam no âmbito da actuação da associação. Por outro lado, estas comissões não constam nos resultados eleitorais para os corpos gerentes.

Em 25 de Março de 1916, aquando da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, Cândida de Aguiar Santos propôs, na reunião da Assembleia Geral, a formação de uma comissão de mulheres com o fim de prestar assistência às crianças das escolas infantis, sendo preferidos os filhos dos mobilizados, o que mereceu a aprovação das sócias.

Um ano mais tarde, na Assembleia Ordinária de 31 de Outubro, Maria Emília Baptista Ferreira defendeu a criação de um pensionato para raparigas saídas dos asilos e sem família. A proposta foi aprovada e nomeada uma comissão para estudá-la e concretizá-la. Encontramos notícias deste projecto na *Alma Feminina* de 1918³¹ e 1919³². Um ano mais tarde, Maria Emília Baptista Ferreira, Maria Amália Baptista Ferreira, Maria Russel Loureiro, Ana Rosa Gonçalves e Maria Luísa Barreto integraram uma comissão de directoras e professoras de institutos de beneficência com o objectivo de “amparar moralmente as educandas destes estabelecimentos de assistência pública, que sem família e com a inexperiência dos verdes anos, mal preparadas se encontram para as ásperas lutas da vida”³³.

Em relação à Comissão responsável pela Revisão dos Estatutos do Conselho, a Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 1928 indigitou Elina Guimarães, Maria Amélia Matos e Tetralda Teixeira de Lemos para a integrar. Contudo, a revisão nunca chegou a concretizar-se.

A Secção designada por Execução da Bandeira Nacional nomeada na Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 1926, era responsável pela recolha de donativos a fim de adquirir uma bandeira nacional para ser hasteada nas reuniões da IWSA. A subscrição esteve aberta de 1927

até 1929 e da comissão faziam parte Maria Leonarda Costa, Bárbara Rosa Pereira e Maria do Céu Branquinho.

A partir da análise do Anexo VII que elenca todas as comissões sectoriais criadas entre 1917-1947 e as mulheres que as integraram, constatamos que o período em que existiu maior número foi na década de 20, nomeadamente em 1922 e 1923 em que foram constituídas treze secções e em 1924, 1925 e 1927, com a criação de doze. Tal facto prendeu-se com a realização de conferências e dos Congressos Feministas e de Educação, em 1924 e 1928, e a colaboração da associação nos Congressos Nacionais Abolicionistas de 1926 e 1929, organizados pela LPA.

O número de Comissões diminuiu a partir de 1936 até 1946, situando-se entre sete a nove. Em 1947, existiam apenas quatro comissões, apesar da actividade do Conselho se ter intensificado. A formação da Comissão de Propaganda e Organização de Coimbra e de várias delegações no país responsáveis pela organização de iniciativas, que visavam solucionar os principais problemas das mulheres residentes nessas localidades, pode estar na base da diminuição do número de comissões.

Quando observamos o conjunto de mulheres eleitas, verificamos que, em determinadas Secções, existiu uma certa rotação e renovação nos cargos de presidente e secretária como nas de Propaganda, Paz e Educação; noutras, como as Comissões de Imprensa, Moral e Assistência Social, as presidentes foram sucessivamente reeleitas. Adelaide Cabete manteve-se à frente da presidência da Secção de Imprensa durante onze anos; Angélica Porto dirigiu a de Moral durante treze anos e Maria O' Neill foi nove anos presidente da Comissão de Assistência Social.

Algumas associadas assumiram simultaneamente responsabilidades em diferentes secções, destacando-se, entre outras, Maria da Luz Albuquerque, que, em 1943, presidiu à Comissão de Educação e integrou as Comissões da Paz, Literatura e Propaganda como secretária; e Beatriz Teixeira de Magalhães que, em 1931, 1933 e 1934, pertenceu à Secção de Imprensa, onde exerceu as funções de secretária, e à Secção de Educação, tendo desempenhado, em 1931, os cargos de secretária e, em 1933 e 1934, o de presidente.

1.4.3 – As delegações

A primeira delegação do Conselho foi fundada em Vila da Feira, em 1940, seguindo-se, seis anos mais tarde, a de Coimbra e da Figueira da Foz. Na sua génese estiveram mulheres que se evidenciaram como activistas da agremiação, como a jornalista Maria da Luz Albuquerque que foi responsável pela angariação de mais de cinquenta sócias ou que através

de abaixo-assinados dirigidos à presidente da associação, Maria Lamas, solicitaram a formação de delegações em Coimbra e na Figueira da Foz.

Ao longo do trabalho não foi possível apurar se a delegação de Vila da Feira promoveu outras actividades além da conferência realizada em 1940, mas é provável que tal tenha acontecido, uma vez que o número de sócias continuava a aumentar como reportava, em 1946, o órgão oficial do Conselho³⁴. Em 26 de Maio de 1940, Maria da Luz Albuquerque, presidente da delegação, convidou Sara Beirão a efectuar uma conferência subordinada ao tema “A mulher na civilização de hoje”.

Em 1946, cento e treze mulheres de Coimbra (Anexo VIII) subscreveram um documento a solicitar a Maria Lamas a formação de uma delegação naquela cidade, por considerarem “haver no centro do país e designadamente em Coimbra, condições para o desenvolvimento de uma vasta acção feminina de carácter cultural e social, (...) tanto mais que é predominantemente feminina a frequência da Faculdade de Letras desta cidade”³⁵.

Estas mulheres eram sobretudo estudantes (35) e domésticas (29), mas encontramos também licenciadas em Direito, Letras, Matemática, Ciências, Germânicas, Filosofia, Físico-Químicas (16). Referendaram também o abaixo-assinado cinco professoras, duas farmacêuticas, duas mestras do Ensino Técnico/Profissional, uma diplomada com o curso da Escola Normal, uma parteira, uma funcionária pública e uma proprietária. Vinte mulheres não referiram as habilitações literárias ou as profissões.

A Comissão de Propaganda e Organização de Coimbra entrou em actividade em 1946 e organizou cursos de ginástica na sede do Sport Clube de Coimbra e aplicou inquéritos a alguns asilos e casas de recolhimento sedeados na cidade, em colaboração com o Centro de Estudos para a Formação Social. Pretendia também criar uma biblioteca infantil.

Em Julho de 1947, após o encerramento da sede em Lisboa, promoveu a Exposição de Brinquedos e Desenhos Infantis na sala de exposições da delegação do jornal *O Primeiro de Janeiro*. O evento tinha como objectivo chamar a atenção para a importância dos brinquedos no desenvolvimento mental e físico da criança.

A delegação da Figueira da Foz partiu da iniciativa de catorze mulheres (Anexo IX) que, em 1946, dirigiram um abaixo-assinado a Maria Lamas, pedindo a sua criação “tendo em vista levar a efeito várias realizações de alcance cultural e social, no sentido de elevar a mulher a um grau de maior dignificação e de prestar à criança a assistência de que carece”³⁶.

Esta delegação promoveu reuniões de sócias, onde foram debatidos problemas respeitantes às mulheres e às crianças, que tiveram lugar numa sala do Ginásio Clube da Figueira, cedida para o efeito, e a sócia Cesaltina Carrapiço Vasco propôs a organização de cursos de puericultura.

Em 1946, *A Mulher*, na secção “Província”³⁷, informava das iniciativas levadas a cabo pelas várias delegações do Conselho, desde cursos (Olhão) a campanhas de alfabetização (Silves), reuniões de sócias para estudar os problemas referentes à protecção das mulheres e das crianças (Caldas da Rainha) e de projectos a desenvolver como a criação de uma creche em parceria com o Conselho (Alenquer) e de uma escola infantil (Caldas da Rainha).

Ainda nesse ano, *A Mulher*³⁸ anunciava que estavam em formação Comissões de Propaganda e Organização na Figueira da Foz, Caldas da Rainha, Alenquer e no Bombarral que, dentro dos princípios do Conselho, iriam actuar directamente para a solução dos principais problemas das respectivas localidades.

1.5 – As sócias

De acordo com os Estatutos de 1914, o Conselho tinha quatro categorias de sócias: as fundadoras, as honorárias, as delegadas e as auxiliares. Em 1917, foi aprovada uma nova categoria, as sócias aderentes.

As sócias fundadoras foram Adelaide Cabete, Claudina de Almeida, Camila de Sousa Lopes, Maria da Luz Pereira e Silva, Maria Clara Correia Alves, Aurora Fernandes da Silva, Maria Brazão, Maria J. Lopes Nogueira, Filomena Costa, Virgínia Costa, Ida Pereira e Silva, Elisa Santos Lima, Judite Sara Pereira e Silva Melo Vieira, Marta Ferreira, Palmira Borges e Maria Emília Baptista Ferreira.

Sócias honorárias eram todas as pessoas que tivessem prestado serviços relevantes à associação ou à causa feminista. Em 1920, esta categoria foi atribuída a feministas estrangeiras como a marquesa de Aberdeen, Chaponnière-Chaix e Avril de Sainte-Croix.

As representantes das agremiações federadas no Conselho constituíam as sócias delegadas e a categoria de sócias auxiliares estava aberta a ambos os sexos.

Em 31 de Outubro de 1917, na reunião da Assembleia Ordinária da associação, Maria Clara Correia Alves, presidente da Comissão Jornalística, propôs a adesão de uma nova categoria de sócias com o intuito de fomentar a propaganda do boletim *Alma Feminina*. As sócias aderentes assistiam às assembleias mas não podiam votar nem tomar parte das discussões, recebiam gratuitamente o boletim e pagavam uma quota especial.

As sócias deviam exercer gratuitamente os cargos para os quais eram eleitas, zelar pelos interesses do Conselho, utilizando todos os meios disponíveis, e pagar pontualmente as quotas. Relativamente aos direitos, recebiam o boletim gratuitamente, propunham sócias, comunicavam por escrito à Direcção tudo o que julgassem conveniente ao bem comum, recorriam para a Assembleia Geral sempre que considerassem que os seus interesses estavam a ser lesados e interpelavam a Direcção sobre actos de gerência na Assembleia Geral ou por escrito em qualquer outra ocasião.

Cada sócia era portadora de um cartão designado Cartão de Identidade que comprovava a sua qualidade de associada. Os primeiros cartões emitidos em 1914, custavam dez centavos e eram requisitados na sede do Conselho. Levavam o carimbo da associação e eram assinados pela presidente e pela secretária-geral e, no verso, pela sócia portadora.

Em 1946, o Ministério do Interior aprovou um novo modelo do Cartão de Identidade (Anexo X), medida que a associação considerou pertinente “para que as sócias do CNMP, em qualquer ocasião que lhes seja preciso, possam justificar a sua filiação no respectivo Conselho”³⁹.

A entrada de novas associadas fazia-se preenchendo uma proposta de admissão, assinada pela sócia proponente, que depois era submetida à Direcção. A partir de 1929, a *Alma Feminina* começou a publicar os nomes dos novos membros e de quem propunha (Anexo XI). Maria da Luz Albuquerque, Sara Beirão, Maria do Carmo Vieira Viana e Fernanda Tasso de Figueiredo foram as que propuseram mais sócias, respectivamente, sessenta e cinco, vinte e oito, quinze e treze.

Em 1920, o Conselho utilizou outra forma de recrutar sócias, o envio da *Alma Feminina* a pessoas escolhidas. A sua não devolução implicava serem consideradas associadas. Presumimos que esta estratégia tenha resultado, uma vez que, em 1921, o boletim noticiava “o aumento sempre crescente de adesões à causa feminista (...) obriga-nos a aumentar mais uma vez, a tiragem da nossa revista cujo número de exemplares eram insuficientes para satisfazer os pedidos”⁴⁰.

Com o objectivo de angariar mais sócias, a associação enviou, em 1921, um cartão postal conjuntamente com o boletim e apelava às sócias para inscreverem familiares, amigos ou amigas. A iniciativa parece ter alcançado alguns resultados, uma vez que o relatório da Direcção, lido e aprovado na Assembleia Geral de 4 de Janeiro de 1923, mencionava um “número grande de senhoras que aderiram à nossa causa, vindo assim engrossar as novas fileiras”⁴¹.

Em 1929, a associação decidiu encetar uma nova campanha de recrutamento de sócias através do envio de uma circular (Anexo XII) e do boletim *Alma Feminina*, mas a estratégia não parece ter resultado muito bem visto que nesse ano e no seguinte, apenas quatro e oito mulheres se associaram. Só em 1931 aderiram trinta e um novos membros.

O Conselho utilizou, em 1932, uma nova estratégia para angariar novas sócias e premiar as outras associadas, a emissão de “carteirinhas de identidade” vendidas na sede da associação ao preço de um escudo, que concedia descontos em alguns estabelecimentos comerciais de Lisboa. A campanha prolongou-se até 1935 mas não obteve êxito, porquanto o número de adesões não foi significativo. Em 1932, 1933 e 1934 registaram-se onze, sete e três adesões e em 1935 não foi proposta nenhuma sócia.

Em 1940, 1945 e 1946, o número de adesões aumentou significativamente. No primeiro ano foram propostos cinquenta e sete novos membros pela jornalista Maria da Luz Albuquerque de Vila da Feira. Em 1945, sob a presidência de Maria Lamas, cento e dezasseis mulheres filiaram-se na associação, provenientes maioritariamente de Lisboa (Anexo XIII). No ano seguinte cento e treze mulheres de Coimbra e catorze da Figueira da Foz aderiram ao Conselho.

Ainda em 1946, foi lançada a campanha das cinco sócias, com a finalidade de aumentar o número de associadas em todo o país e mobilizar mulheres de todos os estratos sociais. Cada sócia tinha de conseguir a inscrição de cinco novos elementos. Não sabemos se a campanha foi bem sucedida porque o último número do órgão oficial foi editado em Maio de 1947 e inteiramente dedicado à Exposição Livros Escritos por Mulheres.

O recrutamento de sócias foi uma das tarefas mais difíceis empreendidas pela associação. O seu órgão oficial referiu por diversas vezes a resistência das mulheres portuguesas em participar em associações femininas e o seu desinteresse em relação à causa feminista.

O problema do alheamento das sócias reflectiu-se também no facto de não se conseguir realizar, sobretudo na década de 10, Assembleias Gerais, por falta de quórum. As reuniões realizavam-se na sede do Conselho mas, a partir de 1931, efectuaram-se temporariamente numa sala do Grémio Beirão, devido ao aumento do número de sócias que ocorriam às reuniões. Em 1945, a *Alma Feminina* noticiava que as reuniões tinham lugar na Sociedade de Propaganda de Portugal, “(...) enquanto não tivermos uma nova sede com as condições requeridas para esse fim”⁴².

As informações sobre o número total de sócias são escassas. Em 1933, foi referido, pela primeira vez, o seu número aproximado. Sara Beirão aludia a um pouco mais de duzentas associadas⁴³. Entre as sócias, das quais foi possível recensear oitocentos e cinco (Anexo XIV), a maioria residia em Lisboa, cidade onde estava sedeadada a organização, encontrando-se associadas espalhadas pelo país: Covilhã e Porto (década de 10); Ponte de Sor, Portalegre, Avis, Lourinhã, Évora, Moura, Portel, Estremoz, Viseu, Viana do Castelo e Belas (década de 20); Campo Maior, Albufeira, Elvas, Loulé e Tábua (década de 30); Vila da Feira, Carvoeira, Sines, Tomar, Loures, Olhão, Oeiras, Monte Estoril, Ribaldeira - Torres Vedras, Coimbra, Figueira da Foz, Alenquer, Almada, Bombarral, Atalaia de Cima – Lourinhã, Caldas da Rainha, Marinha Grande e Silves (década de 40). Nos anos 30 encontramos também associadas residentes em Luanda, Moçamedes e Nova Goa e na década seguinte em Lourenço Marques.

Ao longo da existência do Conselho constatamos que as suas associadas pertenciam, maioritariamente, à burguesia urbana e tinham uma formação escolar elevada ou superior. Nos primeiros anos após a fundação da associação e na década de 20, verificou-se a adesão de muitas mulheres republicanas e que pertenciam à Maçonaria sobretudo à Loja Humanidade do Direito Humano (mista) ou que viriam a integrar as suas fileiras após a sua filiação no Conselho. Na década de 40, algumas sócias, principalmente as que pertenciam aos corpos gerentes, apoiavam, a título individual, o movimento oposicionista ao Estado Novo.

¹ Anne Cova, “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e as organizações internacionais de mulheres, 1914-1947”, Irene Tomé, Maria Emília Stone, Maria Teresa Santos (coord.), *Olhares sobre as Mulheres. Homenagem a Zília Osório de Castro*, Lisboa, CESNOVA, 2011, pp. 27-40.

² Isabel Cruz Lousada, “International expectations: ICW – Prelúdio para o CNMP”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 22, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp. 51-69.

³ João Esteves, “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 15, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 113-115.

⁴ Anne Cova, ob. cit., p. 29.

⁵ Isabel Cruz Lousada, ob. cit., p. 64.

⁶ Idem, ibidem.

⁷ João Esteves, ob. cit., p. 113.

⁸ Idem, ibidem.

⁹ A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) surgiu em Agosto de 1908 por iniciativa dos dirigentes republicanos António José de Almeida, Bernardino Machado e Magalhães Lima. Foi a primeira organização de mulheres que procurou conciliar a intervenção política com reivindicações feministas. Defendeu a revisão da legislação, com destaque para a aprovação da lei do divórcio e a alteração do Código Civil. Pugnou pela independência económica da mulher, pela sua instrução e educação e pela conquista de direitos civis e políticos, nomeadamente o sufrágio feminino, ainda que restrito.

¹⁰ A Obra Maternal foi fundada em 1909 por iniciativa da LRMP. Os seus objectivos eram combater a mendicância infantil e recolher as crianças abandonadas ou vítimas de maus tratos e de exploração familiar até poderem ser reintegradas na sociedade como elementos úteis. Foi a iniciativa mais duradoura da LRMP e, em 1916, federou-se na Cruzada das Mulheres Portuguesas.

¹¹ Isabel Cohen von Bonhorst, “Carta aberta às amigas nossas consócias”, *Alma Feminina*, n.º 7, Outubro de 1941, p. 6.

¹² “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Assembleia Extraordinária”, ibidem, n.º 10, Outubro de 1919, p. 107.

¹³ “Beneficência”, ibidem, n.ºs 7 e 8, Julho e Agosto de 1920, p. 42.

¹⁴ Idem, ibidem, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1921, p. 4.

¹⁵ “D. Maria Baldemero Blanco Macias”, ibidem, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1932, p. 3.

¹⁶ “Donativo”, ibidem, n.ºs 5 e 6, Maio e Junho de 1921, p. 30.

¹⁷ Os montantes das receitas e das despesas aparecem discriminados no primeiro balancete, assinado pela tesoureira do Conselho, Aurora Fernandes da Silva. Na década de 30, o boletim publicou, esporadicamente, mapas gerais anuais com os totais das receitas e das despesas. Cf. “Balancete do último trimestre (Maio, Junho e Julho) e dos 2 meses de férias (Agosto e Setembro)”, *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Folha Suplementar* -, n.º 1, Novembro de 1914, p. 2; “Mapa geral do movimento do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas durante o ano de 1933”, *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1934, p. 92.

¹⁸ “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”, *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1920, p. 21.

¹⁹ “Pela Paz”, ibidem, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1934, p. 99.

²⁰ O Conselho aguardava a comunicação oficial do Grémio dos Professores Primários Oficiais, uma vez que a sua filiação tinha sido aprovada em Assembleia Geral. Cf. “Agregações federadas no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”, *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Folha Suplementar* -, n.º 1, Novembro de 1914, p. 2.

²¹ “Associação das Mulheres Universitárias de Portugal”, *Alma Feminina*, n.º 5, Setembro e Outubro de 1928, p. 7.

²² Idem, ibidem, n.º 6, Novembro e Dezembro de 1928, p. 12.

- ²³ Célia Rosa Batista Costa, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007, p. 61.
- ²⁴ Veja-se o capítulo III, artigo 8.º, ponto único dos “Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”, *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Folha Suplementar* –, n.º 1, Novembro de 1914, p. 1; e o capítulo II dos *Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Tipografia La Bécarre, 1914, p. 5. ACPC-BN, Espólio Maria Lamas, E/28, 2.28. cx. 26.
- ²⁵ Programa Geral do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. AHS-ICS, Espólio Deolinda Lopes Vieira, cx.1.
- ²⁶ Ivone Leal, “Os papéis tradicionais femininos: continuidade e rupturas de meados do século XIX e meados do século XX”, *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, p. 364.
- ²⁷ Célia Rosa Batista Costa, ob. cit., p. 51.
- ²⁸ “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Assembleia Extraordinária”, *Alma Feminina*, n.º 10, Outubro de 1919, p. 107.
- ²⁹ “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”, ibidem, n.º 4, Abril de 1917, p. 48.
- ³⁰ Célia Rosa Batista Costa, ob. cit., p. 56.
- ³¹ “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”, *Alma Feminina*, n.º 4, Abril de 1918, p. 47.
- ³² “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Assembleia Geral”, ibidem, n.º 2, Fevereiro de 1919, p. 22.
- ³³ Angélica Porto, “Relatório trimestral”, ibidem, n.ºs 5 e 6, Maio e Junho de 1920, p. 29.
- ³⁴ “Província: Vila da Feira”, *A Mulher*, n.º 1, Dezembro de 1946, p. 6.
- ³⁵ “Comissão de Propaganda e Organização de Coimbra”, *Alma Feminina*, n.º 15, Maio de 1946, p. 1.
- ³⁶ Zília Osório de Castro e João Esteves (dir.), *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 216-217, 286, 601, 615, 648, 664, 669, 682, 695, 732, 742, 745 e 792.
- ³⁷ “Província”, *A Mulher*, n.º. 1, Dezembro de 1946, p. 6.
- ³⁸ “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1946-1947)”, ibidem, p. 4.
- ³⁹ Idem, ibidem.
- ⁴⁰ “Propaganda feminista”, *Alma Feminina*, n.ºs 7 e 8, Julho e Agosto de 1921, p. 38.
- ⁴¹ “Relatório da Direcção”, ibidem, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1923, p. 6.
- ⁴² “Agradecimento”, ibidem, n.º. 14, Novembro de 1945, p. 4.
- ⁴³ Sara Beirão, “Agremiações femininas”, ibidem, n.ºs 4 e 5, Maio e Junho de 1933, p. 65.

Capítulo II – As actividades do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

2.1 – As conferências

Uma das principais actividades desenvolvidas pelo Conselho foi a organização de conferências. Para a sua prossecução, foi constituída, em 1917, a Secção de Propaganda, presidida por Vitória Baptista Ribeiro Gomes, que tinha como objectivos, entre outros, fomentar sessões de propaganda feminista ou festas, como forma de divulgar a associação.

As primeiras conferências mencionadas no boletim *Alma Feminina*, designadas “educativas”, só se realizaram em 1920, por iniciativa da Secção de Educação. Também as Secções da Paz e de Moral foram responsáveis pela organização de comunicações, que decorreram em diversos locais associativos de Lisboa, muitas vezes cedidos gentilmente para o efeito. Somente três conferências tiveram lugar fora da capital, duas no Liceu Salvador Correia, em Luanda e uma em Vila da Feira, promovida pela delegação do Conselho daquela localidade.

As Associações dos Lojistas e dos Caixeiros de Lisboa, a Universidade Livre, o Ateneu Comercial, a Academia de Estudos Livres, o Instituto Feminino de Educação e Trabalho, a Sociedade de Propaganda de Portugal, o Grémio Beirão, o Palácio Camaride, o Teatro Taborda, o Clube Brasileiro, a sede do CNMP, o Carvalho Araújo Sport Clube, a Sociedade Nacional de Belas Artes, as instalações do jornal *A Luta*, da revista *Ilustração Portuguesa* e da Emissora Voz de Lisboa foram os locais onde decorreram as palestras.

As conferências que abarcaram diversas temáticas como o feminismo, o sufrágio feminino, a situação social e jurídica da mulher, a educação, a prostituição, o tráfico de mulheres, a moral, a paz, o alcoolismo, a assistência e a defesa dos direitos dos animais, destinavam-se ao público em geral. Apenas uma comunicação pronunciada por Adelaide Cabete, em 1921, foi direccionada para um público específico: as professoras do curso de aperfeiçoamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho.

As décadas de 20 e 40 foram as que registaram maior número de conferências, sobressaindo os anos de 1920, 1921 e 1947. A assistência predominantemente feminina, composta sobretudo por associadas do Conselho, acolheu com entusiasmo as iniciativas e encheu os espaços onde se realizaram, segundo noticiou diversas vezes o órgão de propaganda da associação¹.

As conferencistas eram sócias do Conselho, destacando-se Adelaide Cabete, Maria O’Neill, Sara Beirão e Angélica Porto que proferiram duas ou mais conferências. A associação convidou também oradoras estrangeiras, como Paulina Luisi, presidente do Conselho Nacional

das Mulheres do Uruguai, a professora americana Ana Graves e oradores como Carneiro de Moura, João Camoesas, Virgílio Santos e Artur de Campos Lobo. De entre estes, Carneiro de Moura foi o que mais se distinguiu ao proferir três conferências.

O Conselho colaborou em iniciativas promovidas por outras agremiações e colectividades, entre as quais se destaca “A semana da criança”, organizada, em 1925, pela Associação dos Professores de Portugal, e a conferência sobre os direitos dos animais, promovida pela Liga Nacional de Defesa dos Animais. Por outro lado, instituições como o Grémio Beirão, os Inválidos do Comércio, a Liga Nacional de Defesa dos Animais, o Carvalho Araújo Sport Clube e o jornal *O Século* convidaram sócias da associação a proferir conferências.

Provavelmente, as dificuldades organizativas e financeiras com que se deparou o Conselho, impediram a realização de alguns projectos anunciados. Ao longo da investigação, não encontramos, no boletim *Alma Feminina*, quaisquer referências ao conjunto de conferências educativas destinadas às presas da Casa Reclusão de Mulheres e à Semana Feminista, planeadas respectivamente para os anos de 1922 e 1925 e não foi possível averiguar se, após a realização do primeiro Chá Feminista, em 1936, a associação continuou a organizar esta actividade como tinha programado.

A recém-formada Secção de Educação, sob a presidência de Albertina Gamboa, elaborou um plano de conferências designadas “educativas” a realizar quinzenalmente em vários locais associativos de Lisboa, nos meses de Abril e Maio e de Setembro a Novembro de 1920.

A primeira conferência, agendada para o dia 7 de Abril, a cargo de Maria Clara Correia Alves, que discursaria sobre o tema “O jogo”, não se realizou devido a um “conjunto de circunstâncias que se desenrolaram nos dois últimos meses e que nos inibiram de encetar em princípios de Março o trabalho elaborado pela Comissão que, apesar de esse contratempo, continuou trabalhando afincadamente para o bom desempenho da sua missão”².

Em 9 de Abril de 1920, a convite da associação, Paulina Luisi proferiu, na Associação dos Lojistas de Lisboa, uma conferência intitulada “Feminismo”. A sessão foi presidida pelo ministro do Uruguai e secretariada pelos ministros da Argentina e dos Negócios Estrangeiros. Magalhães Lima apresentou a oradora.

Na conferência, a presidente do Conselho Nacional das Mulheres do Uruguai defendeu o direito de voto, por ser “uma arma defensiva dos direitos e interesses de cada cidadão” e dar “o poder suficiente para pedir e ser ouvido e a mulher não tem sido ouvida”³ e pronunciou-se

sobre os objectivos do feminismo. Paulina Luisi apelou às mulheres portuguesas para continuarem a lutar pelas suas reivindicações.

A segunda conferência educativa intitulada “A influência da mulher na sociedade moderna” realizou-se no dia 24 de Abril, na Universidade Livre. O orador Carneiro de Moura falou da situação social da mulher, desde a antiguidade até à década vinte do século XX.

Maria O’ Neill proferiu, no dia 8 de Maio, na Associação dos Caixeiros de Lisboa, uma conferência subordinada ao tema “A ferocidade do egoísmo”, onde falou do desenvolvimento do movimento feminista e reivindicou para as mulheres o direito de voto sem restrições, em igualdade de circunstâncias com os homens.

Em 22 de Maio, João Camoesas pronunciou a conferência “A mulher americana” no Ateneu Comercial. A sua estadia nos Estados Unidos da América, como representante oficial de Portugal na Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Washington, permitiu-lhe observar a situação das mulheres naquele país que descreveu na sua alocução.

A quinta conferência intitulada “Luxo” decorreu no Outono de 1920, na Associação dos Lojistas de Lisboa. A oradora Maria Clara Correia Alves abordou a questão do luxo ao longo da história e afirmou que a legislação portuguesa sobre este assunto não tinha alcançado os resultados pretendidos devido ao facto da “(...) maioria dos portugueses não ter a verdadeira noção do dever moral que a todos cabe de fazermos sacrifícios, visto que só com o sacrifício de todos e com um grande esforço colectivo cheio de isenção e de abnegação se conseguirá resolver a crise actual”⁴.

A última conferência educativa teve lugar no edifício do Jornal *A Luta*. Virgílio Santos, professor da Escola Normal de Benfica, falou sobre “Coeducação”. Na sua comunicação, afirmou que a separação dos sexos, desde a infância, era responsável pela inferioridade das mulheres e pela desmoralização dos homens e que a mulher portuguesa tinha direito à educação e independência económica.

Em 1921, o Conselho organizou uma “conferência feminista” subordinada ao tema “A situação jurídica da mulher em Portugal”, na Academia de Estudos Livres. A conferencista Aurora Teixeira de Castro dividiu a comunicação em várias partes: “Da equivalência dos sexos e da igualdade dos direitos e deveres do homem e da mulher”; “Da situação desvantajosa e iníqua que à mulher foi atribuída até ao advento da democracia, com a implantação do regime republicano”; “Das concessões que a legislação da República fez ao sexo feminino” e “Das reivindicações que há a conseguir para a perfeita igualdade dos direitos dos dois sexos”.

Na sua comunicação, Aurora Teixeira de Castro afirmou que a legislação portuguesa era das que mais concessões fazia às pretensões feministas ao conceder à mulher o poder de pertencer aos conselhos de família, sem restrições, desempenhar quase todas as funções públicas, ser testemunha instrumentária, notária e conservadora dos registos civil e predial, exercer o mandato judicial e ser eleitora e elegível para o júri comercial, mas faltava à mulher conquistar os direitos de sufrágio e de dispor do seu salário.

No mesmo ano, Adelaide Cabete proferiu a palestra “O organismo humano” no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, em 11 de Março. A comunicação dividida em três partes, destinava-se às professoras do curso de aperfeiçoamento ministrado naquela instituição.

Ainda em 1921, o Conselho organizou conferências de cariz educativo. Paulina Luisi realizou duas subordinadas aos temas “Escravidão branca” e “As mulheres do Uruguai” e Maria O’Neill abordou o tema “Prostituição infantil”.

Um ano mais tarde, a Secção de Moral promoveu uma palestra, tendo como orador Carneiro de Moura, que discursou sobre “Influência moral do trabalho”, na Universidade Livre. A associação tinha planeado, para 1922, um conjunto de conferências educativas a realizar na Casa Reclusão de Mulheres, cuja concretização dependia da autorização do ministro da Justiça e uma Sessão Feminista, com o objectivo de comemorar o oitavo aniversário do Conselho.

Diversas vezes adiada por motivos de força maior, a festa comemorativa só se realizou em 22 de Julho de 1923. No salão da *Ilustração Portuguesa*, as conferencistas Adelaide Cabete, Albertina Gamboa, Angélica Porto, Deolinda Lopes Vieira, Fábria Ochôa Arez e Maria O’Neill discursaram sobre feminismo, sufrágio, educação, moral e assistência.

Em 1924, Adelaide Cabete proferiu três conferências sobre o alcoolismo na Universidade Livre. Na primeira, demonstrou a hereditariedade do alcoolismo e identificou quimicamente os diversos tipos de álcool. Na segunda, acompanhada de vinte e quatro projecções luminosas, fez referência às lesões produzidas pelo álcool. Na terceira falou da luta antialcoólica. O boletim *Alma Feminina* noticiava o bom acolhimento das conferências por parte da numerosa assistência e considerava “a ocasião muito propícia, visto que já se esboçava uma reacção contra a nova lei antialcoólica portuguesa”⁵.

Dando cumprimento às instruções emanadas do ICW a favor da infância⁶, o Conselho colaborou na iniciativa “A semana da criança”, organizada em Maio de 1925, pela Associação dos Professores de Portugal. A sócia da associação, Vitória Pais Madeira, era um dos membros da Comissão Central de Propaganda, responsável pela iniciativa. Integravam a Comissão: Ilda

Moreira, César Porto, Costa Sacadura, Faria de Vasconcelos, Joaquim Tomás, José de Magalhães, Manuel da Silva e Canhão Júnior.

“A semana da criança” compreendia a realização de festas nas escolas e ao ar livre, uma sessão de animatógrafo, exposições de brinquedos educativos e de trabalhos escolares, entrega de brinquedos às crianças hospitalizadas, récitas e conferências para os pais e educadores sobre o mundo infantil e o brinquedo, a protecção da criança na gestação e primeira infância, os direitos da criança e os deveres dos pais e da sociedade para com ela e a criação de jardins de infância. No sexto dia, à noite, realizou-se, em Lisboa, uma reunião magna de delegados dos amigos de infância com o objectivo de fundar a União dos Defensores da Criança, responsável pela continuação da organização da iniciativa.

Na reunião da Assembleia Geral do Conselho de 4 de Janeiro de 1925, Adelaide Cabete propôs a organização de uma Semana Feminista, a decorrer em Maio e que consistiria na realização de sete conferências a cargo de sete mulheres. Presumimos tratar-se de um projecto não realizado, uma vez que não encontramos quaisquer registos no boletim *Alma Feminina*.

Em 18 de Maio de 1927, a Secção da Paz organizou a primeira sessão pacifista, sob a presidência de Madeleine Frondoni Lacombe. Discursaram Carneiro de Moura, Angélica Porto e Maria O’ Neill, tendo sido distribuído gratuitamente ao público presente o boletim *Alma Feminina* dedicado à paz. Um ano mais tarde, em Novembro, a mesma temática seria abordada por Maria O’ Neill numa conferência que decorreu na Associação dos Lojistas de Lisboa.

Na reunião da Assembleia Geral do Conselho realizada em 30 de Dezembro de 1928, Adelaide Cabete afirmou que era necessário voltar à propaganda falada e fazer conferências. Para a efectivação desta ideia, foi nomeada uma comissão formada por Sara Beirão, Angélica Porto e Elina Guimarães, com o objectivo de elaborar o plano de conferências feministas. No ano seguinte, em 11 de Novembro, a citada comissão foi responsável pela realização de uma sessão comemorativa da Paz Universal que decorreu na Associação dos Lojistas de Lisboa.

Em 1931, a presidente do Conselho, Adelaide Cabete, a residir em Luanda, fez uma conferência intitulada “Seleccção humana” no Liceu Salvador Correia. No seu discurso, abordou temas como a eugénica e a eugenética. No mesmo ano, a convite da Instituição Inválidos do Comércio, a vice-presidente, Sara Beirão pronunciou, no Teatro Taborda, a conferência intitulada “A mulher no comércio como cooperadora das instituições de caridade” e discursou

no Serão de Arte que teve lugar no Clube Brasileiro, homenageando a escritora brasileira Iveta Ribeiro.

A temática da paz mereceu novamente a atenção da associação. Em 4 de Fevereiro de 1932, a professora americana Ana Graves pronunciou uma palestra sobre o tema na sede da agremiação e, em 15 de Junho, o Conselho organizou um Serão de Arte no Grémio Beirão. O evento era constituído por duas partes: conferências sobre a paz, acompanhadas da declamação de poemas e música.

No ano seguinte, Adelaide Cabete proferiu a conferência “A paz e a criança” no Liceu Salvador Correia, em Luanda. O Governador Geral, que presidiu à sessão, fez a apresentação da oradora, que alertou para os perigos dos brinquedos de guerra e dos espectáculos violentos, como as lutas e as touradas responsáveis por desenvolverem nas crianças a ferocidade.

Em 5 de Julho de 1936, a pedido da Liga Nacional de Defesa dos Animais, Sara Beirão proferiu uma conferência no Palácio Camaride. Na sua comunicação defendeu os direitos dos animais, propagandeou os preceitos da Educação Cívica que devia ser ministrada em todas as escolas primárias públicas e privadas e lançou a ideia da criação em Portugal, inicialmente na vila de Tábua, de associações regionais infantis protectoras dos animais, semelhantes às existentes na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Em Outubro, o Conselho decidiu promover os “Chás Feministas”, que tinham como objectivo a troca de impressões e a confraternização das mulheres portuguesas e que constavam de palestras com a duração de quinze minutos sobre assuntos como a paz, o feminismo, os direitos das mulheres, acompanhadas de música, declamação de poemas e dança. O primeiro, e único de que temos notícia, foi dedicado à caridade. A associação pretendia vestir doze crianças pobres mas as dificuldades económicas impediam a concretização de tal objectivo, por isso, decidiu abrir uma subscrição, apelando às sócias para contribuírem com a oferta de tecidos e a confecção de vestuário.

Com o objectivo de apoiar a Liga Nacional de Defesa dos Animais, o Conselho realizou o segundo Serão de Arte no salão da Sociedade de Propaganda de Portugal, em Junho de 1938, tendo como oradora Sara Beirão que, na sua qualidade de presidente do Conselho, elucidou a assistência sobre os objectivos da iniciativa, a história da Liga e apresentou o conferencista, Artur de Campos Lobo que discursou sobre “A mulher e a poesia”. A receita obtida no Serão foi utilizada para comprar lembranças aos três homens condecorados pela Liga por terem salvo animais em circunstâncias dignas de louvor e foram entregues por um grupo de sócias do

Conselho. A Direcção da Liga decidiu premiar as associadas pela colaboração prestada na defesa dos direitos dos animais, conferindo-lhes diplomas de honra.

A presidente da delegação de Vila da Feira, Maria da Luz Albuquerque, convidou Sara Beirão a efectuar uma conferência no salão nobre dos Paços do Conselho, em 26 de Maio de 1940. Discursaram o presidente da Câmara, o escritor Vaz Ferreira, Maria da Luz Albuquerque e a convidada, que abordou o tema “A mulher na civilização de hoje”.

Em 1944, Maria Lamas pronunciou a palestra “Mulher moderna” na Emissora Voz de Lisboa. O órgão de propaganda do Conselho considerou-a “(...) uma brilhante palestra (...) que veio assinalar mais um brilhante triunfo na sua notável carreira literária”⁷.

Dois anos mais tarde, a convite do Carvalho Araújo Sport Clube, o Conselho organizou duas palestras subordinadas aos temas “O valor social das escolas infantis” e “Dois aspectos da vida da mulher e seus problemas”, que decorreram na sede do clube.

Durante a Exposição de Livros Escritos por Mulheres, em 1947, o Conselho promoveu a realização de palestras sobre algumas mulheres notáveis. Fernanda Tasso de Figueiredo, Amália Neves, Maria Palmira Tito de Morais, Alda Nogueira, Alice Maia Magalhães, Joana Campina Miguel, Manuela Porto, Maria Valentina Trigo de Sousa, Maria da Luz Espírito Santo, Maria Teresa Amado, Maria Helena Lucas e Benvinda de Caíres foram as conferencistas⁸.

2.2 – Os congressos

A participação do Conselho em reuniões internacionais foi tardia devido a razões de ordem económica, uma vez que as principais fontes de receita eram as quotizações das sócias e as doações. Nos congressos em que não foi possível enviar delegadas nacionais, a associação convidou feministas estrangeiras para representá-la.

Em 1914 e 1922, recorreu a Avril de Sainte-Croix, secretária-geral do CNFF, que representou a agremiação nos Congressos Internacionais Feministas de Roma e Haia e a Paulina Luisi, presidente do Conselho Nacional das Mulheres do Uruguai, que esteve presente como delegada nos Congressos Internacionais Feministas de Genebra e de Cristiânia, que decorreram em 1920.

Somente em 1923, uma delegada portuguesa participou numa reunião internacional. Adelaide Cabete, presidente do CNMP, representou simultaneamente a associação e o governo português no congresso que se realizou em Roma. Dois anos mais tarde, voltaria a fazê-lo no Congresso Internacional Feminista de Washington.

Quando não foi possível a participação de delegadas nacionais ou convidadas estrangeiras nas assembleias internacionais, o Conselho enviou mensagens de apoio, como sucedeu no Congresso Internacional Feminista que teve lugar em Marselha, em 1932.

A década de 20 correspondeu à consolidação do Conselho. Verificou-se uma maior participação e representação da associação em congressos internacionais feministas e realizou-se, em 1924 e 1928, os Congressos Feministas e de Educação, que contribuíram para tornar visível e credível a sua acção a nível internacional e nacional. Foi também nos anos vinte que o Conselho colaborou nos Congressos Nacionais Abolicionistas de 1926 e 1929, organizados pela LPA, onde intervieram várias sócias que apresentaram e defenderam teses.

O prestígio que a associação desfrutava a nível internacional está patente também nos convites feitos por várias organizações para que as delegadas da agremiação fizessem parte de comités, júris e participassem em conferências. Em 1931, o Conselho foi convidado a integrar o Comité de Desarmamento, que representava as associações feministas na Sociedade das Nações, convite que declinou por razões de ordem económica. Posteriormente enviou uma representação ao governo português, solicitando que representasse a associação na assembleia onde seria debatida a manutenção da paz e a questão do desarmamento e que teria lugar em Genebra, em Fevereiro de 1932. A representação dirigida ao ministro do Interior não foi atendida.

2.2.1 – Os congressos internacionais

Impossibilitado de estar presente no Congresso Internacional Feminista de Genebra, que decorreu em Junho de 1920, o Conselho convidou Paulina Luisi, presidente do Conselho Nacional das Mulheres do Uruguai e delegada oficial do governo uruguaiano, a representar a associação no evento.

No Congresso, promovido pela IWSA e presidido por Carrie Chapman Catt, foram abordados assuntos de grande relevância e alcance social para a vida das mulheres, como a luta contra a prostituição, a nacionalidade e domicílio da mulher casada, a igualdade salarial, o direito da mulher ao trabalho, as condições de trabalho da mulher grávida, o valor económico do trabalho doméstico da mulher casada e mãe de família, a situação civil da mulher, a imprensa e o movimento feminista, a situação da mulher na Sociedade das Nações, a organização da propaganda feminista, a Sociedade das Nações e a regulamentação da prostituição.

Paulina Luisi seria novamente convidada a participar, como mandatária do Conselho, no Congresso Internacional Feminista, organizado pelo ICW, que teve lugar em Cristiânia, na

Noruega, em Setembro de 1920. Nesta reunião feminista, foram aprovadas várias resoluções como a restrição da venda de objectos de luxo, as medidas necessárias para a repressão do tráfico de brancas, a protecção às crianças, a implementação da Educação Cívica nas escolas e a nacionalidade das mulheres casadas com estrangeiros.

Mais uma vez, as dificuldades económicas da associação não permitiram a presença de uma delegada portuguesa no Congresso Internacional Feminista de Haia, na Holanda, em 1922, promovido pelo ICW. O Conselho fez-se representar por Avril de Sainte-Croix, secretária-geral do CNFF. As várias comissões do congresso debateram temas como a higiene, o sufrágio feminino, a moral e a paz.

Em Maio de 1923, Adelaide Cabete participou no Congresso Internacional Feminista de Roma, como delegada do Conselho e representante oficial do governo português, por despacho de 27 de Abril do ministro dos Negócios Estrangeiros, Domingos Pereira.

No discurso que pronunciou na sessão solene, Adelaide Cabete fez referência à legislação portuguesa relativamente aos direitos civis das mulheres que considerava uma das mais progressistas em comparação com a de outros países mais desenvolvidos e reivindicou o direito de voto para as mulheres. No seu discurso afirmou “Nós temos a lei do divórcio que estabelece igualdade dos sexos, a lei da investigação da paternidade que moraliza a vida social dos dois sexos, a lei da família que dá à mulher portuguesa um lugar honroso no seu lar e as carreiras liberais estão abertas à sua actividade, enfim a mulher portuguesa goza de grandes privilégios quase a completa igualdade civil, mas falta-lhe a igualdade política que, certamente, virá em breve”⁹.

Neste evento organizado pela IWSA, os trabalhos estavam divididos em quatro secções e os assuntos ventilados foram a nacionalidade da mulher casada com estrangeiro, a moralidade, a situação económica da mulher casada, da mãe e dos filhos legítimos e ilegítimos e o trabalho.

No relatório endossado ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Domingos Pereira, em 25 de Julho de 1923, Adelaide Cabete informou-o do motivo pelo qual os delegados portugueses – ela e o seu sobrinho Arnaldo Brazão – só terem apresentado trabalhos referentes aos três primeiros temas, das resoluções aprovadas no Congresso e expôs os seus pontos de vista sobre os assuntos abordados e as medidas que deveriam ser incrementadas em Portugal.

Em Maio de 1925 voltou a participar numa reunião internacional como delegada do Conselho e do governo português em comissão gratuita, mediante portaria de 23 de Março do

ministro do Trabalho, Sampaio e Maia. No Congresso Internacional Feminista de Washington, promovido pelo ICW, foram tratados temas como a educação da mulher e da criança, a paz e arbitragem, o sufrágio feminino, os direitos civis da mulher, a prostituição, o tráfico de mulheres, a moral e o trabalho.

No discurso proferido na sessão solene de 6 de Maio, Adelaide Cabete fez referência ao Primeiro Congresso Feminista e de Educação, considerando-o “(...) um verdadeiro acontecimento nacional. Os problemas do sufrágio político e municipal, higiene, educação infantil, puericultura, assistência, abolicionismo, nacionalidade da mulher casada foram discutidos com uma rara elevação”¹⁰, às iniciativas organizadas pelo Conselho e à sua colaboração em actividades promovidas por outras associações.

No relatório que enviou ao ministro do Trabalho, salientou que o sufrágio feminino não foi o assunto que mais interesse despertou no Congresso, porque a maioria dos países tinha concedido à mulher o direito de voto e que apenas os países latinos resistiam “(...) na adopção de uma tal medida que só grandes vantagens tem trazido para os povos”¹¹ e terminou, reivindicando a criação de uma polícia feminina para uma melhor assistência moral, social e educativa às mulheres e às crianças, a igualdade de direitos políticos e civis para ambos os sexos e a revogação do regulamento das prostitutas como medida de ordem moral e higiene social.

Na reunião da Assembleia Geral do Conselho realizada em 27 de Dezembro de 1925, Adelaide Cabete foi escolhida para tomar parte como delegada da associação no Congresso Internacional Feminista de Paris, promovido pela IWSA, que iria decorrer de 30 de Maio a 10 de Junho de 1926. Ao longo da investigação não foi possível apurar se Adelaide Cabete participou efectivamente no congresso¹².

O Conselho foi convidado e esteve presente no Congresso Internacional de Protecção à Infância que teve lugar em Lisboa, em 1931. A representante da associação, Deolinda Lopes Vieira, proferiu uma palestra sobre a obra de apoio à criança e fez referência ao trabalho desenvolvido pela associação nesta área.

Por razões de ordem económica, o Conselho declinou o convite para integrar o Comité Feminino a favor da Paz ou Comité do Desarmamento no encontro que se realizou na sede da Sociedade das Nações, em Genebra, em Fevereiro de 1932, onde foi debatida a manutenção da paz universal e a questão do desarmamento. A associação enviou uma representação ao ministro do Interior para que o governo a representasse na assembleia, o que não se concretizou.

Novamente as dificuldades financeiras impediram a participação de uma delegada do Conselho no Congresso Internacional Feminista de Marselha, organizado pela IWSA, de 18 a 22 de Março de 1932. A associação enviou uma mensagem de apoio, assinada pela vice-presidente Sara Beirão, para ser lida à presidente da Commission de l' Unité de la Morale, Paulina Luisi.

Em 1936, o CNMP não esteve presente no Congresso Internacional Feminista, promovido pelo ICW, que teve lugar em Dubrovnik, na Jugoslávia, de 28 de Setembro a 9 de Outubro, por questões de ordem económica. Conseguiu, no entanto, enviar livros de escritoras portuguesas sobre assuntos feministas que integraram a exposição designada Literatura Feminina, dinamizada pela Secção de Letras do ICW e que decorreu em simultâneo com o congresso.

A secretária-geral do Conselho, Cândida de Sousa Madeira Pinto, participou no Congresso Internacional Feminista, que ocorreu em Edimburgo, na Escócia, de 11 a 21 de Julho de 1938, lendo uma mensagem da presidente Sara Beirão, na qual prestava homenagem à obra de Lady Aberdeen, figura destacada do feminismo internacional.

No Congresso, presidido pela baronesa Marthe Boel, que assinalava o cinquentenário da fundação do ICW, participaram delegadas de trinta e seis Conselhos Nacionais que abordaram temas como as novas carreiras femininas, a saúde pública, a alimentação, a paz e a higiene. Pela primeira vez, os discursos das diferentes sessões foram radiofundidos.

Em 1946, a presidente do Conselho, Maria Lamas representou a associação no Congresso Internacional Feminista, promovido pelo ICW, que se realizou na Bélgica.

2.2.2 – Os congressos nacionais

Com o objectivo de comemorar o décimo aniversário da sua fundação, o Conselho decidiu organizar um congresso feminista em Portugal, a exemplo dos seus congéneres estrangeiros. Para a efectivação dessa ideia, foi constituída, em 1923, uma comissão presidida por Adelaide Cabete. O secretário-geral era Arnaldo Brazão, Elisa Lima desempenhava o cargo de tesoureira, Angélica Porto, Deolinda Lopes Vieira, Maria O' Neill, Laura Corte Real, Aurora de Castro e Gouveia, Domingas Lazary do Amaral, Albertina Gamboa, Vitória Pais Madeira e João Teixeira Simões ocupavam as funções de vogais.

A comissão organizadora do Congresso elaborou uma circular (Anexo XV), em que convidava as sócias do Conselho a aderirem ao evento através da elaboração ou da discussão de teses, e um regulamento (Anexo XVI) que estabelecia as regras de participação no congresso.

O Primeiro Congresso Feminista e de Educação foi marcado para Março de 1924 e posteriormente adiado para o mês seguinte, a pedido das professoras da província, de modo a que o evento coincidissem com as férias da Páscoa. Destinado a estudar, discutir e propagar as ideias feministas e as que se relacionavam com elas, realizou-se de 4 a 9 de Maio, na Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio de Lisboa.

A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram votos de saudação e diversas individualidades do meio político e social português, bem como figuras de destaque do feminismo internacional enviaram mensagens, cartas e telegramas (Anexo XVII). Também várias colectividades e organizações nacionais e estrangeiras manifestaram a sua adesão, fazendo-se representar (Anexo XVIII) ou dirigindo saudações ao Congresso (Anexo XIX).

A sessão inaugural foi presidida por Manuel Teixeira Gomes, Presidente da República, e secretariada por Sá Cardoso, ministro do Interior e Adelaide Cabete, presidente do Conselho. As outras quatro sessões de trabalho foram presididas por personalidades políticas como Bernardino Machado, Magalhães Lima, Abranches Ferrão, Barbosa Magalhães e Francisco Xavier da Costa, que representava o ministro do Interior.

Foram apresentadas vinte e cinco teses, dezassete da autoria de mulheres. Quatro comunicações abordavam os direitos políticos e civis das mulheres portuguesas, dez incidiam sobre a educação, sete tratavam da questão da assistência e quatro versavam as temáticas da higiene e saúde (Anexo XX). A partir da sua análise, constatamos que a maioria das teses ventilavam assuntos importantes sobre educação, assistência, higiene e saúde mas que pouco tinham a ver com as ideias feministas e que somente quatro se inscreviam no programa das reivindicações feministas.

Por outro lado, foram proferidas comunicações cujas temáticas, apesar da sua originalidade, não contribuíam para a resolução dos problemas que afectavam a mulher. Falamos das teses apresentadas por António Carvalho Brandão e Julieta Ribeiro, que dissertaram sobre a alimentação vegetariana e a prática naturista.

A comissão organizadora do Congresso rejeitou as comunicações de Boavida Portugal e de Calado Rodrigues intituladas, respectivamente, “Liga de defesa dos direitos femininos” e “Tentativa de conciliação das aspirações feministas com as necessidades de defesa da família e da sociedade”, por “estarem redigidas em termos pouco correctos”¹³, por exemplo “a mulher

é a fêmea do homem”, como explicou Adelaide Cabete em entrevista concedida ao Diário de Lisboa¹⁴.

O Conselho participou no Primeiro Congresso Nacional Abolicionista, promovido pela LPA e que tinha como objectivo combater a prostituição e denunciar a sua regulamentação pelo Estado. O evento decorreu de 1 a 5 de Agosto de 1926, na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa.

A sessão inaugural foi presidida por J. Reelfs, representante da Federação Internacional Abolicionista, e secretariada por César Juarros, delegado da Sociedade Espanhola de Abolicionismo e Arnaldo Brazão, presidente da LPA. Discursaram, para além destas três individualidades, Deolinda Lopes Vieira, Angélica Porto, Adelaide Cabete, António Freire, Sena Cardoso, Virgílio Marques e Maria O’ Neill.

As representantes do Conselho, que intervieram nos debates, presidiram e secretariaram algumas das sessões, apresentaram e defenderam sete teses num total de catorze (Anexo XXI). Angélica Porto falou sobre a “Memória do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”; Aurora Teixeira de Castro abordou o tema “Idades legais da mulher”; Adelaide Cabete defendeu a criação de uma “Polícia feminina”; Maria O’ Neill dissertou sobre “A escravatura feminina”; Delfina dos Santos Serrão apresentou a tese “A coeducação como agente preventivo da prostituição”; Vitória Pais Freire Andrade tratou da “Moral única” e Albertina Gamboa analisou o problema da “Pornografia”.

No Congresso foi nomeada uma comissão responsável pela efectivação das resoluções aprovadas. A comissão executiva era constituída por Arnaldo Brazão, Adolfo Lima, Angélica Porto (efectivos), Alexandre Vieira e Dinah dos Santos Lima (suplentes).

Em 20 de Abril de 1927, Maria Madalena Cândido, professora da Casa Pia de Lisboa, representou o Conselho no Congresso do Professorado Primário que teve lugar em Viseu. No seu discurso sobre a temática do feminismo, afirmou que a agremiação pugnava por um feminismo moderado que não afastava a mulher dos seus deveres de esposa e mãe e que era necessário apoiar o Conselho na concretização dos seus objectivos que visavam a glorificação da mulher.

No cumprimento do seu programa moral e educativo e face ao sucesso alcançado com o Primeiro Congresso Feminista e de Educação, a associação decidiu organizar outro congresso. Inicialmente previsto para 24 a 28 de Maio de 1928, foi adiado para o mês seguinte sem qualquer justificação por parte da associação.

A 24 de Junho realizou-se, na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, a sessão inaugural do Segundo Congresso Feminista e de Educação, sob a presidência da médica e feminista, Elisa Soriano, presidente da Juventude Universitária Feminina Espanhola e sem a presença dos representantes do poder político. Madeleine Frondoni Lacombe presidiu, em 28 de Junho, à sessão de encerramento dedicada à paz universal.

No congresso foram apresentadas doze teses, assinadas por dez mulheres (tendo Elina Guimarães proferido duas) e por um único homem, o advogado Palma Carlos, que abordaram assuntos como os direitos políticos e civis das mulheres, a educação e o trabalho feminino (Anexo XXII).

A partir da análise das comunicações verificamos, comparativamente com o Primeiro Congresso Feminista e de Educação, que o número de teses apresentadas diminuiu, assim como o número de relatores. Por outro lado, as teses que versavam os direitos políticos e civis das mulheres são em número superior às que tratavam da temática da educação. Os discursos mais progressistas couberam a Elina Guimarães, Manuela da Palma Carlos e Maria O' Neill.

Na sua comunicação intitulada "Protecção à mulher trabalhadora", Elina Guimarães defendeu que a mulher devia receber parte do seu salário durante o período de repouso obrigatório anterior e posterior ao parto e que a gravidez não podia ser considerada motivo para a cessação de um contrato de trabalho, propugnou a criação do cargo de inspectora de trabalho feminino responsável pela observância das normas legais referentes ao mesmo, reclamou a instituição de creches em todos os estabelecimentos com mais de dez mães ou a obrigatoriedade de subsidiar as creches oficiais e exigiu a fundação, nas grandes cidades, de uma creche central por parte das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

Manuela da Palma Carlos defendeu a existência da coeducação em todos os níveis de ensino, considerando-a a base do mútuo conhecimento entre os sexos, criticou e exigiu a revogação do Decreto n.º 13791 de 16 de Junho de 1927, responsável pela abolição do regime coeducativo em quase todas as escolas do ensino primário geral.

Maria O' Neill, na tese "O voto às mulheres" criticou os argumentos que justificavam a não concessão do direito de voto à mulher portuguesa, apelidando-os de frívolos, ridículos, injustos e prejudiciais.

Em 1929, a associação colaborou novamente num congresso contra a prostituição regulamentada, promovido pela LPA. No Segundo Congresso Nacional Abolicionista, que decorreu em Lisboa no mês de Maio, não estiveram presentes personalidades políticas portuguesas nem individualidades estrangeiras, como sucedeu no Primeiro Congresso em

1926. Por outro lado, a participação do CNMP foi mais fraca, das treze teses apresentadas (Anexo XXIII) apenas quatro eram assinadas por sócias da agremiação.

Na tese “A eugénica e a eugenética”, Adelaide Cabete defendeu a obrigatoriedade dos conhecimentos eugénicos para os cuidadores das crianças e dos princípios básicos da eugenética para os dois sexos; Angélica Porto discursou sobre “A valorização do trabalho feminino”, advogando a criação de escolas de ensino doméstico, regidas por professores especializados, que deviam inculcar nos alunos o amor e o respeito pelo trabalho; Maria O’Neill pronunciou-se sobre “A causa primordial do não-abolicionismo”, afirmando que o principal motivo era a não existência de uma moral única e Maria da Conceição Lopes apresentou a tese “Ilusão humana – Acabar com a prostituição ... Santa e bela utopia ...”, onde propugnava o melhoramento do ser humano através da alimentação racional, da prática do exercício físico e do abandono dos vícios, como um meio de acabar com a prostituição.

As restantes comunicações defendiam a abolição da prostituição regulamentada e das casas de tolerância, a criação de mais oportunidades de trabalho para a mulher de modo a afastá-la da prostituição, a organização de uma polícia feminina como forma de proteger as prostitutas e perseguir os culpados, a implementação de pensionatos e a difusão de medidas profiláticas e de assistência para combater as doenças venéreas.

2.3 - A biblioteca feminista

Em 1920, o Conselho decidiu organizar uma biblioteca feminina e um gabinete de leitura com o objectivo de radicar as ideias feministas em Portugal. Para o efeito, remeteu circulares às escritoras e escritores portugueses, solicitando-lhes um exemplar das suas obras e apelou às sócias, amigas e amigos da organização para enviarem livros.

Nesse ano, a *Alma Feminina*¹⁵ noticiava a remessa de livros por parte de Paulina Luisi, Madeleine Pelletier, Albertina Gamboa, Angélica Porto, Ema Rua e Arnaldo Brazão e que os mesmos iriam fazer parte da biblioteca feminina, que se encontrava em organização.

Como forma de aumentar o espólio, o Conselho endereçou, em 1921, circulares às livrarias de Lisboa e do Porto, aos Conselhos Nacionais estrangeiros e outras associações femininas, rogando-lhes o envio de livros. Sabemos que o pedido foi atendido, porquanto a *Alma Feminina* publicou uma lista de entrada de livros oferecidos pelas livrarias Morais e Sá da Costa, associações femininas portuguesas como a Cruzada das Mulheres Portuguesas e pelos Conselhos Nacionais das Mulheres da Alemanha, Dinamarca, Suíça e Noruega¹⁶. A partir desse ano, foram publicitadas com alguma regularidade listas das obras oferecidas e respectivos ofertantes.

Na Assembleia Geral do Conselho realizada em 22 de Dezembro de 1921, que elegeu os corpos gerentes para o ano de 1922, foi formada a Comissão da Biblioteca, presidida por Ema Rua. No final desse ano, *a Alma Feminina* anunciava a abertura da Biblioteca para breve e que o seu acervo era constituído por mais de duzentos volumes¹⁷.

Mas em 1923, a biblioteca feminina, às vezes chamada biblioteca feminista, ainda não funcionava. *A Alma Feminina* referia que “não tem sido possível até à presente ocasião, pôr a nossa ideia em marcha mas a promessa há-de cumprir-se”¹⁸, apesar de Ema Rua ter sido novamente reeleita, em 1923 e 1924, presidente da Comissão da Biblioteca.

Em 1925, o Conselho lembrava às suas sócias de que “é uma virtude cívica colaborar na organização de uma biblioteca”¹⁹ e publicava uma lista de entrada dos livros cedidos por amigos da associação. No ano seguinte, um dos relatórios lidos e discutidos na Assembleia Geral do Conselho, que ocorreu a 30 de Dezembro, foi o da Secção da Biblioteca.

Ao longo da investigação não foi possível apurar em que ano a biblioteca começou a funcionar. Presumimos que a abertura às sócias tenha ocorrido na década de trinta. Em 1931, o órgão de propaganda da associação referia que “as sócias do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas têm à sua disposição livros de instrução e recreio espiritual”²⁰ e que as amigas do livro, grupo composto por associadas da agremiação, tinham adquirido obras para a biblioteca.

No ano seguinte, o mesmo órgão informava que “as sócias do CNMP têm à sua disposição a biblioteca desta associação”²¹. Em 1938 foi constituída a Comissão de Propaganda e Biblioteca, presidida por Margarida de Oliveira e secretariada por Acácia Gonçalves de Resende e, um ano mais tarde, a primeira foi eleita bibliotecária.

Em Abril de 1946, a Comissão da Biblioteca, através do seu Boletim, informava que a biblioteca do Conselho “Há algum tempo que está em organização e só agora podemos apresentá-la porque muito trabalho foi necessário para a manter”²². Oito meses depois, *A Mulher* publicava um artigo da autoria da Redacção, informando que a biblioteca funcionava com regularidade e que a associação pretendia ampliar a sua actividade uma vez que a sua contribuição como elemento de propaganda estava integrado no programa do Conselho.

Nesse ano foi organizada uma Liga de Amigos da Biblioteca com o objectivo de manter e ampliar a sua actividade, uma vez que as dificuldades económicas do Conselho impediam a expansão da biblioteca. Para esse efeito, os associados da Liga pagavam uma quota mensal voluntária.

O Boletim da Biblioteca do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (Anexo XXIV) foi editado em Abril de 1946 e impresso na Tipografia Renascença, em Lisboa. Incluía as regras de funcionamento da biblioteca e de empréstimo domiciliário, comentários de livros, artigos sobre as vantagens da leitura, as novidades literárias e as rubricas “Correspondência da Biblioteca”, “Noticiário” e “Alguns livros do nosso catálogo”.

A biblioteca localizava-se na sede do Conselho e destinava-se exclusivamente às sócias que pagavam uma quota de trinta escudos, que podia ser paga em três prestações mensais de dez escudos. Após o pagamento da primeira quotização, podiam requisitar um livro durante o prazo máximo de quinze dias.

Em Lisboa, os pedidos de requisição de livros eram feitos pelo correio, sendo as despesas suportadas pelas sócias, ou pessoalmente, nas reuniões de associadas ou na sede do Conselho durante as reuniões da Direcção. As sócias da província podiam requisitar livros por intermédio da delegada da biblioteca ou individualmente, quando esta não existisse. O envio de livros era custeado pela biblioteca e as despesas de devolução eram da responsabilidade da delegada ou da sócia requisitante.

Inicialmente volante, a biblioteca assumiria com a sua expansão três modalidades: fixa, volante e repartida pelas colectividades federadas no Conselho ou pelas delegações da província ou de empresas. Em 1946 possuía aproximadamente mil volumes. Um ano mais tarde, o seu espólio aumentou devido à oferta de grande parte das obras patentes na Exposição de Livros Escritos por Mulheres.

2.4 – As representações e as petições

O Conselho apresentou petições e representações aos vários órgãos do poder político, solicitando a comutação de penas, reclamando contra a legislação promulgada ou situações que afectavam directamente a mulher. Elaboradas maioritariamente pelas Comissões de Legislação e de Moral da agremiação, foram entregues ao poder político por pequenas delegações de mulheres.

A associação enviou também mensagens de agradecimento a membros do governo e do Parlamento sempre que estes apresentaram projectos de lei que iam ao encontro das reivindicações feministas, não se coibindo de criticar algumas das disposições contidas nas propostas e expondo as suas reivindicações.

As representações e petições abarcaram diversos assuntos: sufrágio feminino, ensino, prostituição, situação jurídica e económica da mulher casada, direitos dos animais, trabalho feminino e comutação de sentenças judiciais. Os principais destinatários foram o Parlamento

(Câmara dos Deputados) e o governo. Apenas duas foram dirigidas ao Presidente da República, solicitando o perdão de sentenças judiciais, e uma ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

A década de 20 foi a que registou o maior número de representações e petições entregues, assim como de ofícios e mensagens congratulatórias. Apesar dessa forma de pressão não ter alcançado, na maior parte dos casos, os resultados esperados e ter diminuído nas décadas de 30 e 40, foi utilizada pelo Conselho para tornar mais visível a sua acção.

Em 1917, uma comissão do Conselho, composta por Adelaide Cabete, Claudina de Almeida, Camila de Sousa Lopes, Cândida de Aguiar Santos e Maria Clara Correia Alves, enviou uma mensagem de agradecimento ao deputado Barbosa Magalhães, pela apresentação no Parlamento de um projecto de lei que reconhecia à mulher o direito de ser procuradora em juízo, pertencer ao conselho de família, prestar fiança e testemunhar contratos e testamentos. O Conselho considerava que apesar da proposta “(...) ser um grande passo em favor da causa feminista não satisfaz, ainda, por completo todas as nossas aspirações”²³.

Em 22 de Setembro do mesmo ano, a associação enviou uma petição, assinada pela secretária-geral, Maria Clara Correia Alves, ao Presidente da República, Bernardino Machado, pedindo a atenuação da pena a Maria Fermiana, condenada a vinte anos de degredo em África, por ter morto, involuntariamente, o seu assediador, incluindo-a no número de indultos a conceder por ocasião do aniversário da implantação da República. A campanha de solidariedade encetada por várias associações feministas²⁴ levou à diminuição da pena em dois terços e foi considerada uma importante vitória por parte das feministas portuguesas.

O Conselho continuou a enviar congratulações sempre que os parlamentares apresentaram propostas com as quais concordava, como sucedeu com o deputado socialista, Ramada Curto, que propôs o reconhecimento do sufrágio feminino. A moção apresentada na Câmara dos Deputados, a 13 de Janeiro de 1920, não chegou a ser discutida por causa da prioridade requerida para uma outra.

A 27 de Janeiro, o deputado socialista, António Francisco Pereira, apresentou na Câmara dos Deputados, uma proposta de lei assinada por todos os membros da bancada socialista e por Ramada Curto, enquanto ministro do Trabalho, que concedia a todas as mulheres maiores de vinte e um anos, que soubessem ler e escrever, o direito de serem eleitoras e elegíveis.

Em Fevereiro de 1920, uma comissão do Conselho formada por Adelaide Ferreira de Carvalho, Percina Vasconcelos e Angélica Porto, entregou ao deputado uma mensagem de

agradecimento, considerando que a homenagem “era tanto mais devida, quanto o projecto de este senhor deputado estar perfeitamente conforme as condições de voto que o Conselho patrocina”²⁵.

Na tentativa de pressionar os parlamentares, a referida comissão dirigiu um ofício à Comissão de Legislação da Câmara dos Deputados, solicitando um parecer urgente sobre o projecto de lei apresentado por António Francisco Pereira.

Em 1922, a associação dirigiu, através da Comissão de Moral, uma representação ao ministro da Justiça, reivindicando a abolição da prostituição regulamentada e enviou um ofício ao administrador do concelho de Mértola, rogando a captura da proxeneta Almerinda Correia que vivia na localidade. Um ano mais tarde, a mesma Comissão, por intermédio da sua presidente, Angélica Porto, enviou um ofício ao Comissário Geral da Polícia Cívica de Lisboa, requerendo a prisão da arguida “(...) impedindo-se assim a continuidade de idênticos delitos, porquanto, é já o terceiro crime desta natureza que a proxeneta Almerinda tem praticado”²⁶.

A Comissão de Legislação endereçou, em Fevereiro de 1923, uma mensagem de agradecimento ao ministro da Justiça e dos Cultos, Abranches Ferrão, pela apresentação de um projecto de lei sobre a revisão e actualização da situação jurídica da mulher casada relativamente à administração dos seus bens. A *Alma Feminina*²⁷ publicou um excerto da entrevista dada por Abranches Ferrão, em 11 de Fevereiro, ao *Diário de Notícias* e informava que o excerto tinha sido traduzido para francês pela Comissão de Imprensa e enviado para vários jornais feministas estrangeiros.

Aurora Teixeira de Castro, num artigo publicado no órgão de propaganda do Conselho, reconhecia que o projecto de lei do ministro da Justiça e dos Cultos representava uma medida progressiva para a mulher portuguesa, mas o Conselho continuava a pugnar pelo regime da separação absoluta de bens em que a mulher fosse responsável pela administração dos mesmos. Criticava Abranches Ferrão por algumas disposições do Código Civil, que precisavam de ser reformadas, não terem merecido a sua atenção e considerava outras não adequadas às exigências do meio social português²⁸.

A *Alma Feminina* publicou na íntegra uma cópia da proposta de lei, que não foi aprovada, e uma carta enviada pelo ministro à presidente do Conselho, Adelaide Cabete. Abranches Ferrão considerava que, com a proposta, “a condição jurídica da mulher casada fica consideravelmente melhorada, evitando-se, se ela for aprovada que se produzam, como até aqui, situações que não só constituem um desprestígio para a dignidade própria da mulher, mas um grave desconhecimento até dos interesses bem entendidos da mulher e da família”²⁹.

Em 27 de Dezembro de 1925, a Assembleia Geral do Conselho decidiu fazer uma representação ao Parlamento, reivindicando, mais uma vez, o sufrágio para a mulher portuguesa.

Novos protestos chegariam às instâncias políticas em 1927. Elina Guimarães, secretária-geral do Conselho, informava, no relatório do Secretariado por si elaborado, que a organização tinha enviado duas mensagens ao ministro da Instrução, uma protestando contra a supressão da coeducação no ensino primário e outra solicitando o ensino da Moral e da Educação Cívica nos cursos secundários e entregue duas representações ao ministro do Interior, protestando contra as touradas de morte e por as mulheres não serem consideradas eleitoras no projecto de Código Administrativo.

O Conselho entregou uma representação, em Fevereiro de 1928, ao ministro do Interior, contra um projecto de lei que suprimia o lugar de enfermeira nos barcos que transportavam um certo número de emigrantes portugueses. A reclamação teve êxito uma vez que o lugar não foi suprimido.

Em 5 de Maio de 1931, foi promulgado o Decreto com força de lei n.º 19694, que concedia o direito de voto às mulheres maiores de vinte e um anos que fossem chefes de família ou possuidoras de um curso secundário ou superior, com diploma respectivo³⁰. Na exposição dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros, Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira, o Conselho analisava as situações não contempladas pelas disposições legais que impediam a maioria das mulheres de votar, questionava os motivos pela não concessão do voto feminino em condições idênticas às dos homens e apelava à promulgação de legislação que não limitasse a capacidade eleitoral da mulher.

Em 2 de Abril de 1933, a associação entregou, por intermédio da vice-presidente, Sara Beirão, uma mensagem ao Presidente da República, pedindo o indulto para Maria do Sol, presa por ter morto o seu agressor.

Nesse ano, o CNMP dirigiu uma representação ao governo, reivindicando a não revogação do Decreto n.º 15355, que proibia as touradas de morte. Simultaneamente, a *Alma Feminina* inseria uma lista para a recolha de assinaturas contra os touros de morte que seria entregue na Sociedade Protectora dos Animais.

Uma comissão, composta por Alda Maia Henriques, Isabel Cohen von Bonhorst, Maria de Lurdes Roboredo, Margarida de Oliveira, Rosa Pereira, Sara Beirão e Maria Lamas, entregou, em 10 de Fevereiro de 1940, um requerimento na Assembleia Nacional, protestando contra o facto de se permitir o registo como prostitutas de raparigas com dezasseis anos. O

Conselho exigia que a idade fixada no Código da Infância, a promulgar brevemente, fosse vinte e um anos “a fim de coincidir com a idade fixada pelo Art.º 311 do Código Civil, em que a maior fica habilitada para dispor livremente da sua pessoa e bens, visto que, antes dessa idade natural, só pela emancipação, como facto extraordinário e para fins honestos, pode ao menor ser atribuída a responsabilidade completa e efectiva dos seus actos”³¹.

Em Janeiro de 1946, a agremiação enviou uma carta ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, solidarizando-se com a pretensão das empregadas dos escritórios dos Serviços Centrais da companhia “no sentido de lhes ser mantida esta classificação e assim acompanharem, em igualdade, quer de categoria, quer de vencimento, os seus colegas, visto serem iguais o trabalho e as responsabilidades que lhes cabem”³².

O Conselho entregou uma representação ao Presidente da Assembleia Nacional, em 8 de Fevereiro de 1946, assinada por Maria Lamas e Sara Beirão, e redigida por Elina Guimarães, considerando que o Decreto-Lei n.º 35426 de 31 de Dezembro de 1945³³, limitava a capacidade eleitoral feminina, por retirar às mulheres casadas o direito de voto. A representação foi apreciada na Câmara Corporativa e registada no Diário das Sessões.

Perante a desigualdade política das mulheres relativamente aos homens, consignada na Lei n.º 2015 de 28 de Maio de 1946³⁴, o Conselho reafirmou a sua intenção de continuar a apresentar exposições de protesto aos diversos órgãos políticos até que a igualdade política da mulher fosse conseguida. Numa carta enviada às sócias, a Direcção da associação apelava ao recenseamento de todas as mulheres que se encontravam abrangidas pela referida Lei.

2.5 – As exposições

Em 17 de Maio de 1930, foi inaugurada, em Lisboa, a exposição intitulada Certame das Mulheres Portuguesas ou Exposição da Obra Feminina Antiga e Moderna de Carácter Literário, Artístico e Científico, organizada pelo jornal *O Século*, por iniciativa de Maria Lamas. O evento cultural reuniu livros, músicas, quadros, bordados, rendas e esculturas de mulheres portuguesas.

O Conselho decidiu colaborar na iniciativa, enviando brochuras. O boletim *Alma Feminina* noticiava que só um número figurava na exposição, embora o catálogo, circunstanciado do evento, fizesse referência a todos os boletins enviados, e destacava as conferências proferidas, a título pessoal, por Teresa Leitão de Barros e Emília de Sousa Costa, sócias da agremiação³⁵.

Em 1935, a condessa Jean de Pange, presidente da Comissão de Letras do ICW, solicitou às presidentes dos Conselhos Nacionais os nomes das escritoras interessadas em participar no Congresso Internacional Feminista, que teria lugar no ano seguinte em Dubrovnik, e o envio de obras de escritoras sobre assuntos feministas, que estariam patentes na exposição intitulada Literatura Feminina, a decorrer em simultâneo com o Congresso.

A associação enviou circulares às escritoras portuguesas, solicitando-lhes exemplares das suas obras, que poderiam ser remetidos para a sede da associação ou directamente para a sede do Conselho Nacional das Mulheres da Jugoslávia, uma vez que as dificuldades económicas da agremiação impediam a aquisição de livros para a exposição.

Posteriormente, a *Alma Feminina* publicou uma lista dos livros enviados pelo Conselho e das respectivas ofertantes³⁶. Das nove escritoras que responderam ao ofício, algumas com mais de uma obra, seis eram sócias da associação – Alzira Vieira, Branca de Gonta Colaço, Beatriz Arnut, Elina Guimarães, Maria do Carmo Peixoto e Maria Ermelinda de Stuart Gomes. A condessa de Proença-a-Velha, Maria de Melo Furtado Caldeira Giraldes Borbom, Mécia Mouzinho de Albuquerque e Virgínia Vitorino também facultaram livros para o evento.

Numa reunião semanal do Conselho, que decorreu em 15 de Outubro de 1945, transformada em Assembleia Geral Extraordinária devido ao elevado número de sócias presentes, a associada Cecília Simões propôs a realização de uma exposição de escritoras portuguesas. A sugestão foi aceite e deu origem a um projecto mais alargado, uma exposição que reunia documentação, bibliografias e obras de mulheres escritoras e da ciência de todos os países³⁷.

A associação contactou com os consulados, legações e embaixadas estrangeiras localizadas em Lisboa, solicitando listas documentadas de livros de mulheres que se tivessem destacado nos campos da literatura e da ciência. Foram recolhidos livros de vinte e nove países: Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Cuba, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Índia, Inglaterra, Itália, México, Polónia, Portugal, República Dominicana, Roménia, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia e Uruguai num total de cerca de três mil obras.

A exposição foi apoiada por diversas entidades e organizações, como os Institutos Francês e Britânico, o Grémio Nacional dos Livreiros, a editora Livros do Brasil, a Livraria Central, a Associação das Mulheres de Letras da Grécia e de particulares, como a escritora Maria do Carmo Peixoto e o poeta Adolfo Casais Monteiro.

Inicialmente prevista para a primeira quinzena de Janeiro de 1946, a exposição foi adiada para a segunda quinzena de Julho, depois para a segunda quinzena de Setembro e só se realizou em Janeiro de 1947. Os sucessivos adiamentos prenderam-se com as dificuldades em reunir uma tão vasta bibliografia, as relacionadas com a cedência do salão da Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA) e com a situação económica do CNMP.

Em 14 de Março de 1946, o primeiro secretário da direcção da SNBA, F. Romano Esteves, dirigiu uma carta a Maria Lamas, presidente da associação, informando-a de que o salão se encontrava disponível na primeira quinzena de Julho e que o montante a pagar pelo seu aluguer por quinze dias seria de mil e cinquenta escudos, ao qual se acrescentava 10% sobre as vendas efectuadas durante a exposição.

Em 3 de Abril, Maria Lamas comunicou, novamente, ao secretário da direcção que a exposição organizada pelo Conselho era de carácter cultural, sem qualquer intuito lucrativo e, perante as dificuldades económicas da associação, solicitou a cedência do salão “nas condições mais favoráveis que for possível”³⁸. No dia seguinte, Domingos Rebelo, presidente da direcção da SNBA, enviou uma carta a Maria Lamas, informando da cedência gratuita do salão por se tratar de uma manifestação cultural e que o mesmo se encontrava disponível a partir de 12 de Julho.

Posteriormente, o primeiro secretário da SNBA, Francisco Castro Rodrigues comunicou, em cartas datadas de 1 de Agosto e 5 de Setembro, dirigidas a Maria Lamas, que o espaço estaria livre na primeira quinzena de Janeiro de 1947.

No dia 4 de Janeiro, no salão central da SNBA, foi inaugurado o evento designado Exposição de Livros Escritos por Mulheres. Na sessão inaugural estiveram presentes o capitão Carvalho Nunes, em representação do Presidente da República, o representante do Governador Civil de Lisboa e elementos do corpo diplomático – ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos da América e da Suíça e o encarregado de Negócios da Argentina. À noite, Maria Lamas proferiu o discurso de abertura intitulado “Algumas palavras sobre o CNMP” e foram exibidos os filmes *Anjo de Misericórdia* e *Salvemos as Mães*.

No dia seguinte realizaram-se palestras a cargo de Fernanda Tasso de Figueiredo, que evocou a figura e a obra de Adelaide Cabete, Amália Neves, que fez referência a Danielle Casanova, uma das principais mulheres da resistência francesa, e Maria Palmira Tito de Morais, que falou sobre a enfermeira Florence Nigthingale. O filme *A Sétima Cruz* preencheu a sessão cinematográfica dessa noite.

Alda Nogueira e Alice Maia Magalhães abordaram, no dia 7, a temática “A mulher e a ciência”, referindo-se a primeira à ciência de uma maneira geral e a segunda evocou algumas mulheres que se destacaram no campo científico. *Madame Curie*, baseado na vida da cientista, foi o filme exibido.

No dia 8 de Janeiro, Etelvina Lopes de Almeida e Carmen Dolores leram textos e declamaram poemas de várias autoras, cujos perfis foram esboçados por Joana Campina Miguel. *A vida das irmãs Bronte* foi o filme escolhido para ser projectado nessa noite. No dia seguinte, Manuela Porto abordou a vida e a obra da escritora inglesa Virgínia Woolf e foi apresentado o filme *Filho do Dragão*.

A AFPP, agremiação federada no CNMP, promoveu uma tarde infantil no dia 11 de Janeiro, que consistiu na leitura de um conto, projecção de diapositivos e desenhos animados, leitura de poesia, adivinhas e anedotas a cargo de uma criança e oferta de livros de contos. À noite realizaram-se três palestras e foram projectados os filmes *A Bandeira do Bem*, *Caridade* e *Como se Educa uma Criança*. Maria Valentina Trigo de Sousa dissertou sobre Clara Barton, a fundadora da Cruz Vermelha Americana; Maria da Luz Espírito Santo falou sobre a escritora sueca, Sally Salmien e Maria Teresa Amado sobre Helen Keller e a sua professora Anne Sullivan.

No último dia do evento, Maria Helena Lucas pronunciou uma palestra sobre a aviadora Amélia Eahart e Benvinda de Caíres evocou a escritora Harriet Stone. A sessão cinematográfica foi preenchida com o filme *Horas de Tormenta*. Maria Lamas, na sua qualidade de presidente do Conselho, proferiu o discurso de encerramento, no qual resumiu e divulgou os projectos e o programa da associação.

O Conselho tinha programado a elaboração de uma bibliografia feminina mundial, que não foi possível concretizar devido a razões de ordem económica e técnica e de um catálogo (Anexo XXV), posto à venda durante a exposição.

A Comissão de Propaganda e Organização de Coimbra organizou, em Julho de 1947, a Exposição de Brinquedos e Desenhos Infantis, que teve lugar na sala de exposições da delegação do jornal *O Primeiro de Janeiro*. O evento tinha como objectivo chamar a atenção para a importância dos brinquedos no desenvolvimento mental e físico da criança.

A exposição estava dividida em quatro secções: a de brinquedos de bazar oferecidos por diversas lojas, a de brinquedos populares, a de brinquedos fabricados por crianças e por adultos e a de desenhos infantis. Durante o evento foram apresentados livros infantis cedidos pela Coimbra Editora, Lda. e pela delegação do jornal *O Primeiro de Janeiro*.

2.6 - As homenagens

O Conselho aderiu à comemoração de datas importantes para a colectividade, organizou e participou em homenagens a sócias, algumas prestadas postumamente, e a outras mulheres defensoras dos direitos femininos que se destacaram nos campos da literatura e da pintura. Apenas dois homens foram homenageados, o general Gomes Freire de Andrade e o coronel Ferreira de Simas, antigo director do Instituto Feminino de Educação e Trabalho.

Também o boletim *Alma Feminina*, ao longo dos seus trinta e dois anos de existência, prestou homenagem a várias sócias pelo trabalho desenvolvido a favor da associação ou por serem responsáveis pela adesão de novos membros. Em 1940, a jornalista Maria da Luz Albuquerque foi homenageada por ter proposto cinquenta e cinco novos membros, o que foi considerado um caso inédito na história do Conselho³⁹, e Maria do Carmo Vieira Viana mereceu elogios pelo trabalho de propaganda em prol da agremiação.

No dia 18 de Outubro de 1917, Maria Clara Correia Alves representou a associação na comemoração do centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade⁴⁰, que se realizou em Oeiras. A secretária-geral assinou o auto comemorativo e no discurso que proferiu, referiu que “a comemoração da sua morte tem um alto valor significativo” e que a data “(...) interessa a todos que combatem pela liberdade e a amam dedicadamente. Relembra-la é afirmar, uma vez mais, a nossa dignidade e a nossa vitalidade”⁴¹.

Um ano mais tarde, a associação aderiu à homenagem prestada à escritora Maria Amália Vaz de Carvalho, promovida pela Academia de Ciências de Lisboa, por iniciativa da sócia do Conselho, Branca de Gonta Colaço.

Em 1926, o Conselho, através do boletim *Alma Feminina*⁴², prestou homenagem póstuma a Carolina Michaelis de Vasconcelos, presidente honorária da associação desde 1914. Além do retrato impresso na rubrica “Feministas Ilustres”, o boletim publicou artigos da autoria de Branca de Gonta Colaço, Áurea Judite Amaral, Maria Susana Ruivo, Aurora Teixeira de Castro e Henrique Vilhena, reitor da Universidade de Coimbra. A redacção editou também um artigo, onde homenageava a escritora, filóloga e professora universitária pelo apoio moral dado à associação.

No ano seguinte, o boletim homenageou outra sócia do Conselho, a presidente da Comissão de Moral, Angélica Porto. A *Alma Feminina*⁴³ editou o seu retrato na rubrica “Feministas Ilustres” e Arnaldo Brazão, Beatriz Magalhães, Fábria Ochôa Arez, Adelaide Cabete

e Bárbara Rosa Pereira assinaram artigos sobre a vida e obra de Angélica Porto. Maria O' Neill dedicou-lhe um poema.

Em 1931, a associação participou no Serão de Arte, em que foi homenageada a escritora brasileira Iveta Ribeiro, aquando da sua estadia em Portugal, no âmbito do intercâmbio entre as intelectuais luso-brasileiras promovido pela directora da revista *Portugal Feminino* e sócia do Conselho, Maria Amélia Teixeira. No Clube Brasileiro, Sara Beirão afirmou que o CNMP “não podia ficar indiferente à excelente ideia de intercâmbio das letras visto que a sua missão é pugnar pelo alevantamento moral e intelectual da mulher, pelos seus direitos e pela sua situação na sociedade”⁴⁴.

No mesmo ano foi homenageada, por uma comissão de mulheres formada maioritariamente por associadas do Conselho, a pintora e sócia da agremiação, Emília Adelaide dos Santos Braga. A homenagem foi organizada com a finalidade de “angariar assinaturas para lembrar ao governo num abaixo-assinado, a compra de um (...) quadro exposto na Casa Grandela por ocasião da Semana do Trabalho”⁴⁵.

No dia 25 de Janeiro de 1936, o Conselho realizou uma romagem à campa de Adelaide Cabete, falecida no ano anterior, no cemitério dos Prazeres. À noite realizou-se, na Universidade Popular Portuguesa, uma sessão evocativa do aniversário da antiga presidente da agremiação, presidida por Sara Beirão. Discursaram Cândida de Sousa Madeira Pinto, Ferreira de Mira, Sara Benoliel e Henrique Vilhena, que evocaram a acção feminista e o valor profissional de Adelaide Cabete.

O boletim *Alma Feminina*⁴⁶ prestou-lhe também uma homenagem. Branca de Gonta Golaço, Angélica Porto, Elina Guimarães, Zoé Grabit Pereira, Mariana da Assunção da Silva, Maria Gertrudes Amarante e Beatriz Arnut assinaram artigos sobre a vida e a obra da antiga presidente do Conselho. Também Maria Ermelinda de Stuart Gomes e Cândida de Sousa Madeira Pinto publicaram artigos sobre a médica, editados no número seguinte do boletim⁴⁷.

A alemã Louise Ey foi homenageada postumamente pelo Conselho, em 1936. A *Alma Feminina*⁴⁸ publicou um voto de pesar pelo seu falecimento, com uma pequena nota biográfica e referia que, apesar dos esforços encetados pela agremiação para que lhe fossem restituídos os bens confiscados durante o início da Primeira Guerra Mundial, morrera pobre e doente. Dois anos antes, uma comissão da associação tinha solicitado o reembolso dos seus haveres ao ministro da Justiça.

Em 1938, uma comissão de sócias do Conselho realizou um chá na Pastelaria Ferrari, em Lisboa, para homenagear Sara Beirão, presidente da associação, regressada do Brasil, após uma ausência de oito meses.

O Conselho organizou, em 1942, um almoço de confraternização entre professoras, professores e antigas alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, com o intuito de homenagear o antigo director da instituição, o coronel Ferreira de Simas. Alice Carneiro refere-se a esta iniciativa num artigo publicado no órgão de propaganda⁴⁹, informando que a agremiação tinha sido alvo de críticas por tê-la promovida e que a mesma foi entendida como uma discordância pela escolha de uma mulher para o cargo de directora da instituição.

A condessa Jean de Pange, presidente da Secção de Letras do ICW, foi homenageada pelo Conselho, aquando da sua passagem por Lisboa, em 1945, com destino aos Estados Unidos onde iria reger um curso de literatura francesa e pronunciar conferências. A condessa foi convidada a presidir a uma reunião da associação que teve lugar na Sociedade de Propaganda de Portugal. Discursaram Maria Lamas que evocou as obras e as actividades da convidada, nomeadamente a sua acção patriótica durante a ocupação alemã, e a homenageada que aludiu à acção da mulher francesa na guerra.

2.7 – As subscrições

O Conselho abriu subscrições entre as sócias como forma de apoiar iniciativas que se inseriam no âmbito da sua actuação. Não sendo uma associação com fins assistenciais, realizou, na década de 30, actividades com fins caritativos.

Em 1927, a IWSA enviou um ofício ao Conselho solicitando o envio de uma bandeira portuguesa para ser arvorada nas assembleias internacionais da organização. A associação abriu uma subscrição para a sua aquisição e apelou às sócias para contribuírem monetariamente, afirmando que se tratava de “(...) uma bela manifestação de patriotismo contribuir para a compra de uma bandeira nacional que há-de, no estrangeiro, lembrar o nome de Portugal”⁵⁰.

Foi formada uma comissão composta pelas sócias Maria Leonarda Costa, Bárbara Rosa Pereira e Maria do Céu Branquinho para angariar donativos e executar o pedido. O boletim *Alma Feminina* publicou, por diversas vezes, listas das subscritoras e das quantias doadas. A subscrição esteve aberta de 1927 até 1929 e sabemos que o objectivo foi alcançado. Em 1929, o boletim noticiava que “No próximo mês de Junho no congresso internacional feminista que se realizará em Berlim, a bandeira portuguesa lá estará para afirmar ao mundo inteiro que

neste canto ocidental europeu as mulheres acompanham a marcha gloriosa e triunfal das suas irmãs d' além fronteiras”⁵¹.

O Conselho promoveu, em 1929, uma subscrição para aquisição de uma taça alegórica para ser oferecida como prémio de uma série de competições a realizar pelos clubes de futebol da Divisão de Honra. A iniciativa inseria-se numa campanha de angariação de fundos a cargo de uma comissão da associação, com o objectivo de adquirir um avião que iria ser oferecido à primeira aviadora portuguesa, Maria de Lurdes Braga de Sá Teixeira”⁵².

Na década de 30, a associação abriu duas subscrições com fins caritativos. Em 1936, o primeiro “Chá Feminista” foi dedicado à caridade. O Conselho pretendia vestir doze crianças pobres, mas as dificuldades económicas impediam-no de concretizar a iniciativa. Decidiu, então, promover uma subscrição, apelando às sócias para contribuírem com a oferta de “(...) riscados, panos, chitas, retalhos que serão confeccionados, por quem queira em vez de oferecer outra coisa, dar o seu trabalho”⁵³.

Dois anos mais tarde, o Conselho distribuiu, na Escola Luís de Camões, em Lisboa, merendas e roupas a setenta e cinco crianças pobres e, no dia seguinte, um repasto aos pombos da capital. A iniciativa foi apoiada pelo Grupo Infantil Defensor dos Animais.

No mesmo ano, um grupo de sócias da associação entregou lembranças a António Pinho, Carlos de Almeida e António Cavaleiro, condecorados pela Liga Nacional de Defesa dos Animais por terem salvo animais em circunstâncias dignas de louvor, adquiridas com a verba obtida no Serão de Arte, organizado pelo Conselho.

Em 1940, a agremiação recebeu um pedido do ICW para angariar donativos para as vítimas da guerra. O Conselho procedeu à abertura de uma subscrição a favor da Cruz Vermelha Inglesa e, em Agosto, uma comissão de sócias entregou a verba obtida na Embaixada da Inglaterra.

Um ano mais tarde, a organização decidiu promover outra subscrição, desta vez em benefício das vítimas do ciclone que ocorreu em Portugal. A verba foi entregue, em 26 de Abril, à direcção do jornal *Diário de Notícias*.

Em 1942, o boletim *Alma Feminina*⁵⁴ publicou um artigo assinado por Beatriz Arnut, sócia do Conselho, onde divulgava uma sua iniciativa, a criação de uma verba destinada a subsidiar os estudos superiores a duas raparigas pobres oriundas da região transmontana ou o prémio designado Prémio Trás-os-Montes, no valor de quinhentos escudos, atribuído com a mesma finalidade. A articulista apelava ao envio de donativos e informava dos apoios

recebidos, entre eles, do Conselho, de Óscar Carmona, Presidente da República, que tinha contribuído monetariamente, dos bispos de Bragança e de Vila Real e de pessoas “notáveis” de Trás-os-Montes.

Três anos mais tarde, outra sócia do Conselho, Fernanda Tasso de Figueiredo apelava, no órgão de propaganda⁵⁵, ao envio de donativos para a Casa Mãe da Gaiata de Lisboa, instituição fundada pela Divisão Auxiliar Feminina dos Escuteiros de Portugal e cujo objectivo era recolher e amparar raparigas dos seis aos vinte e um anos que viviam nas ruas.

2.8 – Os cursos e os inquéritos

Na reunião da Assembleia Extraordinária do Conselho realizada em 30 de Outubro de 1919, a sócia Adelaide Ferreira de Carvalho, professora da língua esperantista e representante da Lisboa Esperantista Societo, propôs a criação de um curso de esperanto a funcionar na sede da associação. A proposta foi aprovada por unanimidade.

No mês seguinte, o boletim *Alma Feminina*⁵⁶ anunciava que em breve iria funcionar o curso de esperanto, destinado exclusivamente às sócias do Conselho, sob a direcção de Adelino Carvalho, representante da Lisboa Esperantista Societo.

Em 1920, um artigo publicado no boletim incentivava as sócias a frequentar o curso de esperanto que permitiria “(...) adquirir o conhecimento de uma língua, sem dúvida destinada a ser, um dos mais profícuos factores da Paz Universal”⁵⁷. Uma das razões apontadas para a reabertura do curso foi o facto de, nos Congressos Internacionais Feministas de Genebra e de Cristânia, ter sido ventilada a questão da utilização de uma língua internacional (o esperanto), que facilitaria a comunicação entre as delegadas dos vários países presentes nas reuniões internacionais feministas.

O Conselho decidiu criar também cursos de francês para as sócias cuja primeira referência data de 1920. A abertura dos cursos prende-se com o facto de, na época, a língua francesa ser a mais usada nas relações internacionais e grande parte da documentação recebida pela associação ser redigida em francês.

Dois anos mais tarde, a *Alma Feminina* anunciava que se encontravam abertas inscrições para um curso de inglês destinado exclusivamente às sócias e dirigido por Fábila Ochôa Arez “(...) a exemplo do que tem feito nos últimos anos e que tão bom resultado tem dado”⁵⁸.

Em 1929, o Conselho, através do boletim *Alma Feminina*, realizou um inquérito às suas leitoras com o objectivo de dar a conhecer e divulgar as mulheres portuguesas que se

distinguiam nos campos da literatura, pintura, teatro, desporto e pela sua acção social ou caridosa. Com as respostas obtidas no inquérito, constituído por seis questões, iria ser elaborada uma “lista ideal, sendo publicado o nome da nossa leitora que mais se tiver aproximado dessa enumeração”⁵⁹.

A Direcção do CNMP elaborou, em 1946, um inquérito, através do qual pretendia obter dados e realizar um estudo sobre as condições de vida das mulheres portuguesas. O boletim *A Mulher* apelava a todas as sócias do Conselho que respondessem às seis perguntas do questionário e que podiam e deviam “(...) juntar todas as observações que lhe pareçam de interesse geral, de modo a que o Conselho possa coordenar os elementos necessários para o estudo e possível solução dos vários problemas que, pelo país fora, preocupam a mulher”⁶⁰.

O inquérito era constituído pelas seguintes questões: “1.º Percentagem de analfabetos na região; 2.º Número de mulheres que trabalham; 3.º Suas profissões predominantes e salários médios; 4.º Creches e escolas infantis e seu funcionamento; 5.º Condições de assistência à mulher grávida que trabalha e à doméstica”; 6.º Condições de trabalho da mulher quando grávida em período de amamentação”⁶¹.

No mesmo ano, *A Mulher*⁶² informava que estavam a ser realizados inquéritos a alguns asilos e casas de recolhimento sedeados em Coimbra, a cargo de três equipas formadas por sócias da Comissão de Propaganda e Organização de Coimbra e membros do Centro de Estudos para a Formação Social.

Também em 1946, o Conselho promoveu um curso de jornalismo ministrado, segundo Maria Antónia Fiadeiro, por Maria Lamas⁶³, e as delegações de Olhão e de Silves abriram cursos de alfabetização com o objectivo de combater a elevada taxa de analfabetismo feminino. *A Mulher*⁶⁴ informava que a associação tinha programado para 1947 cursos de alfabetização, de puericultura e de línguas, a implementar na sede da associação e nas sedes das várias Comissões de Propaganda e Organização, aguardando apenas a obtenção do alvará necessário para o funcionamento dos mesmos.

2.9 – O órgão de propaganda

2.9.1 – Breve historial do órgão oficial

O principal meio de acção do Conselho foi a publicação de um boletim durante trinta e dois anos, entre Novembro de 1914 e Maio de 1947, num total de cento e cinquenta e sete números. No ano de 1937 não foi editado nenhum número. Sendo uma publicação feminista, dirigida sobretudo às sócias, teve a preocupação de divulgar as actividades da associação e as

iniciativas promovidas pelas organizações internacionais feministas e femininas, assim como informar sobre a situação da mulher e do estado do feminismo noutros países.

Em 1917, a directora-gerente, Maria Clara Correia Alves, afirmava que o principal objectivo do boletim era “(...) diligenciar, fazer a máxima luz nos espíritos afim de que, especialmente, a mulher portuguesa, possa sair da apática indiferença, em que tem permanecido durante séculos e que tanto tem concorrido para fazer sufocar as suas mais justas aspirações e retardar a sua emancipação”⁶⁵. Em 1921, as activistas da associação consideravam-no “o único porta voz da mulher portuguesa porque é a única revista que defende a causa feminista”⁶⁶.

Em Novembro de 1914 saiu o primeiro número intitulado *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (Anexo XXVI), o único publicado sob a forma de jornal devido a razões económicas, acompanhado de uma Folha Suplementar.

A partir de Janeiro de 1917 passou a intitular-se *Alma Feminina – Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (Anexo XXVII). Na reunião da Assembleia Ordinária de 28 de Dezembro de 1916, Maria Clara Correia Alves sugeriu que “(...) a exemplo do que se faz lá fora, o *Boletim Oficial* passar a ter um título, tendo ficado assente que seja *Alma Feminina*”⁶⁷. A utilização da palavra feminina e não feminista no título do boletim estava relacionada com o facto das dirigentes da associação terem consciência de que o termo feminismo era pejorativo e queriam mostrar, tal como a maioria das feministas estrangeiras, que o feminismo que defendiam era moderado.

Em Dezembro de 1946, adoptou a designação *A Mulher* (Anexo XVIII). No editorial, a Direcção asseverava que “(...) a presente denominação corresponderá melhor à índole da publicação e aos fins que nos propomos. *A Mulher* tem muitos projectos e muitas aspirações: a mais imediata é ser na realidade o órgão de comunicação entre todas as sócias”⁶⁸.

2.9.2 – Ficha técnica

Na primeira página do boletim surgia a ficha técnica e o sumário dos assuntos tratados nesse número. Na ficha não encontramos qualquer referência sobre a tiragem do boletim, nem sobre o número de assinantes.

No seu topo constavam o número do boletim, a data da edição, o seu título e o nome da directora-gerente. Surgia depois o endereço da redacção e administração, a periodicidade, as indicações de que era distribuído gratuitamente às associadas, que os anúncios estavam

sujeitos a um contrato especial e que era “Propriedade do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas” e ainda o local onde era composto e impresso⁶⁹.

A primeira directora e editora foi Maria Clara Correia Alves que, a partir de Maio de 1915, passou a ser referenciada por directora-gerente, funções que exerceu até 1919, seguindo-se Adelaide Cabete, que ocupou o cargo a partir de 1920 até Julho - Agosto de 1929. Aquando da sua partida para Angola, a direcção da *Alma Feminina* foi assumida por Elina Guimarães, função que desempenhou entre Setembro de 1929 e Dezembro de 1930. Noémia Neto Ferreira dirigiu o boletim durante todo o ano de 1931⁷⁰ e, entre Maio – Junho de 1934 até Maio de 1946, a directora e editora foi Sara Beirão. A partir de Dezembro deste ano até Maio de 1947, Maria Amália Neves exerceu o cargo de directora, tendo Leonarda Paiva Martins ocupado o de editora.

O boletim era propriedade do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e em 1914, a sua sede social localizava-se na Praça dos Restauradores, 13 – 1.º em Lisboa, morada que correspondia ao consultório de Adelaide Cabete e da sua irmã Maria Brazão, enquanto a sede administrativa funcionou até Maio de 1915, na Rua Conselheiro Monteverde, E.M. 2.º em Lisboa, provável residência de Maria Clara Correia Alves. Em Agosto do mesmo ano foi transferida para a Avenida Almirante Reis, 139 – 1.º andar, em Lisboa. Entre 1920 e 1946, a redacção e administração voltaram a funcionar na Praça dos Restauradores, 13 – 2.º mas a partir de 1947 situavam-se na Travessa da Fábrica das Sedas n.º 1, às Amoreiras, em Lisboa.

Relativamente à periodicidade, a publicação foi irregular devido aos problemas financeiros da associação, existindo tanto como periódico mensal, bimensal, trimestral, quadrimestral ou semestral. Em 1937, o boletim não foi editado e, no primeiro número do ano seguinte, a redacção justificava o facto “por uma série de circunstâncias gravíssimas a *Alma Feminina* interrompeu a sua publicação por algum tempo (...). Esperamos entrar num período de actividade que a falta de saúde e outros acontecimentos imprevistos por tanto tempo tornaram irregular”⁷¹.

Rosmarie Wank-Nolasco Lamas opina que a não publicação do órgão de propaganda em 1937 se ficou a dever a vários factores: a repercussão da morte de Adelaide Cabete em 1935, que considera a alma e impulsionadora do boletim; a ausência da sua directora Sara Beirão, que permaneceu no Brasil durante oito meses; as divisões no seio da associação originadas pela adesão de algumas sócias aos ideais nacionalistas difundidos pelo Estado Novo e o desaparecimento, no início de 1937, da revista *Portugal Feminino*, na qual colaboravam

muitas sócias do Conselho, que questionaram se fazia sentido continuar a propagar os ideais feministas.

Distribuído gratuitamente às associadas, o boletim era enviado pelo correio. Na década de 10 podia ser adquirido na Tabacaria Barbosa, na Rua do Carmo, n.º 64 em Lisboa. Quanto à sua tiragem, não foi possível apurar números. Em 1921, a *Alma Feminina*⁷² referia que tinha sido necessário aumentar a tiragem, sem explicitar números, devido ao número crescente de adesões ao Conselho. Sabemos que, em 1933, foram impressos um pouco mais de duzentos exemplares, o que correspondia provavelmente ao número de sócias filiadas no Conselho.

A composição e impressão passou por diversas oficinas tipográficas de Lisboa: Casa do Povo (1914); La Bécarre (1915 a 1919); F. Monteiro (n.ºs 1 e 2 de 1920); Instituto Profissional dos Pupilos do Exército (n.ºs 3 e 4 de 1920 até ao n.º 4 de 1928); Artegrafica Limitada (n.º 5 de 1928 até 1930); Sociedade Industrial de Tipografia, Lda. (n.ºs 9 e 10 de 1932 até ao n.º 10 de 1943) e Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1944 a 1947).

- ¹ “Dr.ª Paulina Luisi – Presidente do Conselho Nacional das Mulheres do Uruguai, *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1920, p. 20; “Conferências feministas (continuação)”, *ibidem*, n.ºs 7 e 8, Julho e Agosto de 1920, pp. 37-38.
- ² “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, *ibidem*, n.ºs 3 e 4, Março e
- ³ “Conferências feministas”, *ibidem*, n.ºs 5 e 6, Maio e Junho de 1920, p. 31. Abril de 1920, p. 21.
- ⁴ *Idem*, *ibidem*, n.ºs 9 e 10, Setembro e Outubro de 1920, p. 50.
- ⁵ “Contra o alcoolismo”, *ibidem*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1924, p. 18.
- ⁶ “A semana da criança”, *ibidem*, n.º 1, Primeiro trimestre de 1925, p. 7.
- ⁷ “D. Maria Lamas”, *ibidem*, n.º 11, Março de 1944, p. 5.
- ⁸ As conferências são objecto de análise neste trabalho. Veja-se o capítulo II, subcapítulo 2.5, pp. 41-42.
- ⁹ Adelaide Cabete, “Congresso feminista de Roma”, *Alma Feminina*, n.ºs 5 e 6, Maio e Junho de 1923, p. 30.
- ¹⁰ *Idem*, “Discurso pronunciado pela delegada do governo na sessão solene de 6 de Maio de 1925 em Washington”, *ibidem*, n.º 4, Quarto trimestre de 1925, p. 30.
- ¹¹ *Idem*, “Congresso Internacional Feminista de Washington – Relatório da delegada do governo português entregue ao Ex.º Sr. ministro do Trabalho”, *ibidem*, n.º 4, Quarto trimestre de 1925, pp. 25-28.
- ¹² No órgão de propaganda do Conselho não existe mais informações sobre o Congresso Internacional Feminista de Paris.
- ¹³ “O feminismo entre nós. A mulher quer gozar todos os seus direitos civis e políticos”, *Diário de Lisboa*, 09/05/1924, p. 5.
- ¹⁴ *Idem*, *ibidem*.
- ¹⁵ “Biblioteca feminina”, *Alma Feminina*, n.ºs 11 e 12, Novembro e Dezembro de 1920, p. 62.
- ¹⁶ *Idem*, *ibidem*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1921, pp. 18-19; *Idem*, *ibidem*, n.ºs 9 e 10, Setembro e Outubro de 1921, pp. 47-48.
- ¹⁷ *Idem*, *ibidem*, n.ºs 11 e 12, Novembro e Dezembro de 1922, p. 117.
- ¹⁸ *Idem*, *ibidem*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1923, p. 19.
- ¹⁹ “Biblioteca feminista”, *ibidem*, n.º 2, Segundo trimestre de 1925, pp. 14-15.
- ²⁰ “Biblioteca”, *ibidem*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1931, p. 8.
- ²¹ *Idem*, *ibidem*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1932, p. 3.
- ²² Boletim da Biblioteca do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, n.º 1, Abril, 1946, p. 1. AHS-ICS, Espólio Deolinda Lopes Vieira, cx. 1.
- ²³ “Ao ilustre deputado Ex.º Sr. Dr. Barbosa Magalhães”, *Alma Feminina*, n.º 5, Maio de 1917, p. 58.
- ²⁴ O caso de Maria Fermiana motivou a solidariedade de vários grupos de mulheres: Associação de Classe das Costureiras do Porto, União das Mulheres Socialistas, APF e LRMP. A APF entregou um requerimento a pedir o seu indulto e a LRMP endereçou a Bernardino Machado, Presidente da República, e ao ministro da Justiça, uma petição pedindo a libertação de Maria Fermiana.
- ²⁵ Angélica Porto, “Relatório trimestral”, *Alma Feminina*, n.ºs 5 e 6, Maio e Junho de 1920, p. 29.
- ²⁶ *Idem*, “Moralidade”, *ibidem*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1923, p. 4.
- ²⁷ “O feminismo em Portugal”, *ibidem*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1923, pp. 15-17.
- ²⁸ Aurora de Castro Gouveia, “Uma proposta de lei do Sr. ministro da Justiça”, *ibidem*, n.ºs 11 e 12, Novembro e Dezembro de 1923, pp. 53-55.
- ²⁹ “O feminismo em Portugal”, *ibidem*, p. 55.
- ³⁰ O Decreto com força de lei n.º 19694 de 5 de Maio, reconhecia, pela primeira vez, o direito de voto às mulheres, em circunstâncias muito restritas. O diploma excluía do acto eleitoral todas as mulheres casadas que vivessem com os cônjuges, as mulheres solteiras e todas as que não possuísem pelo menos um curso secundário.

- ³¹ “Um apelo”, *Alma Feminina*, n.º 5, Outubro de 1940, p. 2.
- ³² Documento manuscrito contendo a proposta de uma representação dirigida ao sub-secretário do Estado das Corporações e Previdência Social. ACPC-BN, Espólio Maria Lamas, E/28, 2.28, cx. 26.
- ³³ O Decreto-Lei n.º 35426 de 31 de Dezembro de 1945, alargava a capacidade eleitoral às mulheres chefes de família mas retirava-as às casadas. A 29 de Janeiro de 1946, o diploma foi apresentado à Assembleia Nacional para ratificação. O texto aprovado manteve o direito de voto das mulheres casadas.
- ³⁴ A Lei n.º 2015 de 28 de Maio de 1946, estipulava que as mulheres maiores ou emancipadas, tendo como habilitações mínimas o curso geral dos liceus; do magistério primário; das Belas Artes; do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música do Porto; dos institutos industriais e comerciais; as casadas que soubessem ler e escrever ou pagassem contribuição predial não inferior a duzentos escudos; as chefes de família (viúvas, divorciadas, judicialmente separadas de pessoas e bens ou solteiras) que soubessem ler e escrever ou pagassem ao Estado quantia não inferior a cem escudos por impostos directos, eram eleitoras para a Assembleia Nacional e para a Presidência da República. Eram eleitores os homens maiores ou emancipados, que soubessem ler e escrever, os que não o soubessem, pagassem ao Estado cem escudos por determinados impostos.
- ³⁵ “Exposição Mulheres Portuguesas”, *Alma Feminina*, n.ºs 5 e 6, Maio e Junho de 1930, p. 19.
- ³⁶ “As nossas escritoras”, *ibidem*, n.ºs 5 e 6, Maio e Junho de 1936, p. 4; *ibidem*, n.ºs 7 e 8, Julho e Agosto de 1936, p. 7.
- ³⁷ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p. 165.
- ³⁸ Correspondência entre Maria Lamas e F. Romano, primeiro secretário da Direcção da SNBA. ACPC-BN, Espólio Maria Lamas, E/28, 2.28, cx. 26.
- ³⁹ “D. Maria da Luz Albuquerque”, *Alma Feminina*, n.ºs 1 a 4, Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 1940, p. 7.
- ⁴⁰ O general Gomes Freire de Andrade foi enforcado em 18 de Outubro de 1817, no Forte de S. Julião da Barra. Na cerimónia comemorativa do centenário da sua morte foi descerrada uma lápide no local onde foi morto.
- ⁴¹ Maria Clara Correia Alves, “Gomes Freire”, *Alma Feminina*, n.º 11, Novembro de 1917, p. 131.
- ⁴² *Ibidem*, n.º 2, Segundo trimestre de 1926, pp. 1-8.
- ⁴³ *Ibidem*, n.º 6, Novembro e Dezembro de 1927, pp. 47-50.
- ⁴⁴ Sara Beirão, “Saudação a Iveta Ribeiro”, *ibidem*, n.ºs 5 e 6, Maio e Junho de 1931, pp. 17-19.
- ⁴⁵ “Pelo mundo além”, *ibidem*, n.ºs 9 e 10, Setembro e Outubro de 1931, p. 39.
- ⁴⁶ *Ibidem*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1936, pp. 2-8.
- ⁴⁷ *Ibidem*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1936, p. 3 e p. 8.
- ⁴⁸ “Louise Ey”, *ibidem*, n.ºs 5 e 6, Maio e Junho de 1936, p. 5.
- ⁴⁹ Alice Carneiro, “Almoço de confraternização das antigas alunas de Odivelas”, *ibidem*, n.º 7, Março de 1942, pp. 5-7.
- ⁵⁰ “Bandeira Nacional”, *ibidem*, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1927, p. 8.
- ⁵¹ *Idem*, *ibidem*, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1929, p. 6.
- ⁵² O Conselho, liderado por Adelaide Cabete, promoveu a iniciativa tendente à compra de um avião para Maria de Lurdes Braga de Sá Teixeira, a primeira aviadora portuguesa, que obteve, em 6 de Dezembro de 1928, o brevet de piloto-aviadora. Apesar dos esforços encetados pela associação, não foi possível angariar o montante necessário, entre 50 a 60 contos, devido à crise económica que o país atravessava.
- ⁵³ “Chás feministas”, *Alma Feminina*, n.ºs 7 e 8, Julho e Agosto de 1936, p. 7.
- ⁵⁴ Beatriz Arnut, “Como nasceu a minha iniciativa – as raparigas pobres de Trás-os-Montes”, *ibidem*, n.º 8, Novembro de 1942, p. 5.
- ⁵⁵ Fernanda Tasso de Figueiredo, “A Casa Mãe da Gaiata de Lisboa”, *ibidem*, n.º 13, Março de 1945, pp. 7-8.
- ⁵⁶ “Curso de esperanto”, *ibidem*, n.º 11, Novembro de 1919, p. 117.

- ⁵⁷ Angélica Porto, “Relatório trimestral”, *ibidem*, n.^{os} 5 e 6, Maio e Junho de 1920, p. 28,
- ⁵⁸ “Curso de inglês”, *ibidem*, n.^{os} 9 e 10, Setembro e Outubro de 1921, p. 106.
- ⁵⁹ “Inquérito da *Alma Feminina*”, *ibidem*, n.^o 6, Novembro e Dezembro de 1929, p. 8.
- ⁶⁰ “Questionário”, *A Mulher*, n.^o 1, Dezembro de 1946, p. 11.
- ⁶¹ Quanto aos resultados do inquérito não existe qualquer referência no órgão de propaganda do Conselho.
- ⁶² “Província: Coimbra”, *A Mulher*, n.^o 1, Dezembro de 1946, p. 6.
- ⁶³ Cf. Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas, Biografia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2003, p. 69.
- ⁶⁴ “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1946-1947)”, *A Mulher*, n.^o 1, Dezembro de 1946, p. 14.
- ⁶⁵ Maria Clara Correia Alves, *Alma Feminina*, n.^o 1, Janeiro de 1917, p. 1.
- ⁶⁶ *Ibidem*, n.^{os} 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1921, p. 5.
- ⁶⁷ “Acta da Assembleia Ordinária realizada em 28 de Dezembro de 1916”, *ibidem*, n.^o 1, Janeiro de 1917, p. 11.
- ⁶⁸ A Direcção, “Editorial”, *A Mulher*, n.^o 1, Dezembro de 1946, p. 3.
- ⁶⁹ A ordem nem sempre é esta, por vezes, o local de composição e impressão surge na última página do órgão de propaganda do Conselho.
- ⁷⁰ O nome da directora não consta no cabeçalho do órgão de propaganda do Conselho, no período compreendido entre Janeiro de 1932 até Abril de 1934.
- ⁷¹ A Redacção, “Explicação”, *Alma Feminina*, n.^{os} 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1938, p. 4.
- ⁷² “Propaganda feminista”, *ibidem*, n.^{os} 7 e 8, Julho e Agosto de 1921, p. 38.

Capítulo III – O internacionalismo do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

Ao longo da sua existência, a actividade do conselho português foi marcada por um esforço de internacionalização. Esta encontrava-se consignada nos Estatutos da associação que se definia como uma instituição “(...) para estar em comunicação, por via federativa, com os Conselhos Nacionais femininos dos diversos países (...)”¹. Após a sua fundação, o Conselho filiou-se no ICW e, posteriormente, na IWSA.

Um dos indicadores do internacionalismo da associação foi a participação em congressos sob a tutela das duas organizações internacionais americanas atrás citadas. Segundo Célia Rosa Batista Costa “as solicitações à participação do CNMP em eventos no estrangeiro, ao longo de vinte anos, foram em número de dezasseis, sendo doze referentes a solicitações para a participação em congressos; duas referentes à participação em conferências e duas referentes à participação em reuniões”². Contudo, o Conselho não conseguiu estar presente em todos os eventos devido a razões de ordem económica e, por outro lado, o governo português não apoiava financeiramente as deslocações das suas delegadas ao estrangeiro.

Somente em 1923, uma portuguesa conseguiu participar em reuniões internacionais. Adelaide Cabete, na qualidade de presidente do Conselho e representante do governo português, esteve presente no Congresso Internacional Feminista de Roma, promovido pela IWSA. Dois anos mais tarde, voltaria a representar a associação e o governo na reunião internacional organizada pelo ICW e que teve lugar em Washington. Em 1938, Cândida de Sousa Madeira Pinto, secretária-geral do Conselho, esteve em Edimburgo no Congresso Internacional Feminista que comemorava o cinquentenário do ICW e, na década seguinte, Maria Lamas representou a agremiação no Congresso Internacional Feminista que se realizou na Bélgica, sob a responsabilidade do ICW.

Quando não foi possível enviar delegadas nacionais, o Conselho fez-se representar por feministas estrangeiras por si escolhidas. Paulina Luisi foi sua mandatária, em 1920, nos Congressos da IWSA e do ICW, realizados, respectivamente, em Genebra e Cristiânia e Avril de Sainte-Croix representou a agremiação, em 1922, no Congresso do ICW em Haia. Outra solução encontrada pela associação quando não pôde participar directamente ou enviar mandatárias, foi dirigir mensagens de apoio como sucedeu no Congresso Internacional Feminista de Marselha, em 1932.

Outros indicadores do internacionalismo do Conselho foram o envio do seu órgão de propaganda a outros conselhos nacionais assim como a outras organizações feministas

internacionais, recebendo em troca os seus jornais, revistas e livros e a criação de cursos de esperanto, francês e inglês destinados às sócias da associação. As permutas permitiram ao Conselho estar a par dos acontecimentos que ocorriam fora do país, dar a conhecer às sócias o movimento feminista através da transcrição de artigos e de notícias publicadas no boletim e divulgar as actividades e as reivindicações da associação no estrangeiro. As publicações estrangeiras provinham da Europa, América, África e Austrália e eram divulgadas através das secções “Biblioteca”, “Biblioteca Feminina”, “Notícias do Estrangeiro”, “Pelo Mundo Além” e “Bibliografia”.

A internacionalização da associação é visível nos contactos estabelecidos com figuras destacadas do movimento feminista internacional, sobretudo através da troca de correspondência e a deslocação de feministas estrangeiras ao nosso país. Em 1914, aquando da fundação do Conselho, foi intensa a correspondência mantida entre a futura secretária-geral do CNMP, Maria Clara Correia Alves e as secretárias-gerais do CNFF e ICW, Avril de Sainte-Croix e Alice Salomon. Mas a agremiação fomentou contactos por via da correspondência com outras feministas como Lady Aberdeen e Carrie Chapman Catt.

Na década de 20, Paulina Luisi visitou por diversas vezes o país, estabelecendo relações pessoais com as dirigentes da associação e colaborando em iniciativas do Conselho. Além de o ter representado nos congressos internacionais de 1920, proferiu conferências e participou no Segundo Congresso Feminista e de Educação com a tese subordinada ao tema “Educação Sexual”. Outra feminista que se deslocou a Portugal foi Elisa Soriano, presidente da Juventude Feminina Universitária Espanhola, que esteve presente, em 1928, na sessão inaugural do Segundo Congresso Feminista e de Educação. Em 1945, a condessa Jean de Pange, presidente da Secção de Letras do ICW, aquando da sua passagem por Lisboa com destino aos Estados Unidos da América, presidiu a uma reunião do Conselho e proferiu conferências em Lisboa e no Porto³.

O prestígio que o Conselho desfrutava a nível internacional é comprovado pelos convites endereçados a algumas dirigentes da associação para colaborar na imprensa internacional feminista, pelos artigos publicados nesta imprensa, elogiando as iniciativas fomentadas pela associação e pelos convites feitos às suas associadas por instituições internacionais.

Em 1920, Ida Magliocchetti, directora da revista *Attività Femminile Sociale*, órgão do Conselho Nacional das Mulheres Italianas, convidou Adelaide Cabete para escrever artigos na revista. No mesmo ano, os periódicos feministas noruegueses *Urd*, *Hjemmenes Vel* e *Nyalende*

publicaram o retrato de Adelaide Cabete, acompanhado de palavras elogiosas, enquanto a revista *Who's Who*, editada pela Comissão de Imprensa do Conselho Nacional das Mulheres Norueguesas, a propósito do Congresso Internacional Feminista de Cristiânia, inseriu os retratos de Adelaide Cabete e de Maria Clara Correia Alves, considerando-as as figuras mais carismáticas do CNMP.

Em 1921, a revista inglesa *Ocasional Paper*, órgão do Conselho Nacional das Mulheres Inglesas, publicou um artigo sobre o projecto de lei apresentado pelo deputado António Francisco Pereira, na Câmara dos Deputados, em 27 de Janeiro de 1920, que concedia a todas as mulheres maiores de vinte e um anos que soubessem ler e escrever, o direito de serem eleitoras e elegíveis, e um excerto do relatório que a associação tinha enviado ao Congresso Internacional Feminista de Cristiânia, em 1920. Também a revista espanhola de propaganda feminista, *Redencion*, fez referência ao citado projecto, enaltecendo os esforços desenvolvidos pelo Conselho para que o mesmo fosse aprovado.

Em 1933, a associação foi convidada a fazer parte de um júri responsável pela escolha de uma estudante portuguesa a quem seria atribuída uma bolsa de estudos na Escola de Altos Estudos Comerciais em Bucareste. O convite partiu da FIDAC e o júri era constituído por uma delegada do CNMP, delegado do Ministério de Instrução, representante da Roménia em Portugal, presidente e delegadas da Secção Portuguesa da FIDAC Auxiliar.

A investigadora Anne Cova⁴ salienta que a internacionalização do conselho português é visível também pela presença das suas activistas em algumas comissões do ICW. Entre elas, destaca Aurora Fernandes da Silva, Elisa Lima, Vitória Pais Madeira, Adelaide Cabete, Albertina Gamboa, Fábria Ochôa Arez, Angélica Porto, Branca Lopes, Laura Corte Real, Deolinda Lopes Vieira, Rosalina Simões e Maria O' Neill.

Notas

¹ “Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”, *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Folha Suplementar* –, n.º 1, Novembro de 1914, p. 1; *Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Tipografia La Bécarre, 1917, p. 3. ACPC-BN, Espólio Maria Lamas, E/28, 2.28, cx. 26.

² Célia Rosa Batista Costa, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007, p. 109.

³ “A figura mais representativa da resistência francesa assistiu à reunião do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”, *O Século*, 12/11/1945. ACPC-BN, Espólio Maria Lamas, E/28, 2.28, cx. 26.

⁴ Anne Cova, “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e as organizações internacionais de mulheres, 1914-1947”, Irene Tomé, Maria Emília Stone, Maria Teresa Santos (coord.), *Olhares sobre as Mulheres. Homenagem a Zília Osório de Castro*, Lisboa, CESNOVA, 2011, p. 38.

Capítulo IV – A dissolução do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

Escassas semanas após a Exposição de Livros Escritos por Mulheres, organizada pelo Conselho, que mereceu elogios da imprensa portuguesa, alguns jornais afectos ao regime salazarista, entre eles *A Defesa* e *Novidades*, publicaram artigos em que associavam o feminismo ao comunismo e o Conselho à oposição ao Estado Novo.

O primeiro periódico alertava os leitores para “a infiltração comunista que se esconde dentro do novo cavalo de Tróia, que dá pelo nome pomposo de Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”¹, enquanto o jornal *Novidades* afirmava que “o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que o mesmo é dizer a fachada profana das quintas colunas femininas no nosso País, decidiu fazer larga exposição de literatura soviética (...). O que o tal Conselho deseja é a emancipação e a cultura das mulheres. Mas o que propaga é a igualdade dos sexos; o divórcio ou o amor livre, a libertação da mulher da escravidão do lar, a pseudoemancipação sexual, etc. – toda a gama comunista”².

A 28 de Junho de 1947, sem aviso prévio, a sede do Conselho foi encerrada e selada pela polícia. Mário Madeira, Governador Civil de Lisboa, após ter tomado conhecimento pela Direcção da transferência da sede para a Travessa da Fábrica das Sedas, n.º 1, às Amoreiras, em Lisboa, verificou que a associação não tinha existência legal e decidiu dissolvê-la.

Maria Lamas, na qualidade de presidente do Conselho, endossou, em 30 de Junho, uma carta a Mário Madeira, informando-o que os Estatutos da associação, datados de 1914, tinham sido aprovados, que a mesma sempre tinha funcionado dentro dos fins determinados pelos Estatutos e solicitava que lhe fossem comunicado os motivos que tinham conduzido ao encerramento da associação.

Em ofício datado de 4 de Julho, o Governador Civil de Lisboa argumentou que não reconhecia a existência legal da associação e determinava o seu encerramento porque os Estatutos da organização não tinham sido aprovados, apenas fora registada, enquanto tal, em 1914; era irregular a denominação Conselho Nacional, uma vez que o termo nacional estava reservado somente a organismos oficiais e não a qualquer agremiação particular; um dos objectivos do Conselho “Pôr incondicionalmente o seu esforço ao serviço de todas as ideias que possam concorrer para o bem estar da mulher e em especial o da humanidade em geral” era vago e não permitia “ajuizar a sua conformidade com as leis do País”³ e que eram inúteis outras associações de mulheres devido à criação de organizações estatais femininas como a OMEN e o Instituto de Assistência à Família, que visavam especialmente a protecção da mulher e da criança.

Em 23 de Julho, Maria Lamas interpôs um recurso ao juiz auditor da Auditoria Administrativa de Lisboa com o objectivo de anular a executoriedade do despacho do Governador Civil de Lisboa. Na sua qualidade de presidente do Conselho, argumentava que o despacho tinha sido aplicado “(...) por incompetência, excesso de poder, violação da lei e ofensa dos direitos da recorrente”⁴.

O Conselho conseguiu a sua suspensão em 28 de Julho, todavia Mário Madeira recorreu do despacho para o Supremo Tribunal Administrativo, que anulou a sentença da Auditoria e remeteu a decisão para o Conselho de Ministros, por considerar que não podia deliberar face a um caso não previsto na lei.

A associação não desistiu e, em 1 de Outubro, primeiro dia útil após as férias judiciais, Maria Lamas interpôs um novo recurso para o Supremo Tribunal Administrativo que não foi aceite “por haverem já passado vinte dias sobre a notificação do Conselho da decisão recorrida”⁵.

Vários investigadores afirmam que o êxito da Exposição de Livros Escritos por Mulheres foi um pretexto para a proibição do Conselho. A historiadora Irene Flunser Pimentel⁶ compartilha desta opinião e salienta que por detrás desta decisão esteve a percepção, por parte do Estado Novo, da eficácia das ideias feministas. Refere ainda que a extinção da agremiação não foi um acto isolado e enquadrou-se na repressão que se abateu sobre a oposição em 1947.

João Esteves⁷ aponta várias razões para a proibição da associação: o sucesso da exposição organizada em 1947, a participação de muitas dirigentes e sócias em actividades da oposição democrática e a crescente influência do Conselho junto das mulheres, palpável através do gradual aumento de adesões de novos membros um pouco por todo o país.

Segundo Célia Rosa Batista Costa⁸, o Conselho foi extinto, não por se tratar de uma organização feminista, mas por ter como presidente Maria Lamas. Opina que se tratou de uma retaliação contra a presidente motivada pela sua participação no movimento de oposição ao regime, iniciado, em 1945, quando assinou as listas para a constituição do Movimento de Unidade Democrática (MUD).

Várias razões poderão explicar a dissolução do Conselho: a maior visibilidade devido ao sucesso obtido com a da Exposição de Livros Escritos por Mulheres e ao aumento do número de adesões de novos membros após Maria Lamas ter assumido a direcção em Julho de 1945; a campanha difamatória encetada pela imprensa afecta ao regime, em Janeiro de 1947,

afirmando que a exposição não podia ter sido organizada por mulheres e associando o feminismo ao comunismo e o Conselho à oposição ao regime; e a participação, embora em nome individual, de muitas dirigentes e activistas da organização, no movimento oposicionista ao Estado Novo.

Notas

¹ “Cá por dentro. A quinta coluna feminina”, *A Defesa*, 08/02/1947.

² “Registo. Quintas colunas femininas”, *Novidades*, 01/03/1947.

³ Ofício do Governador Civil de Lisboa, Mário Madeira, à presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Maria Lamas, de 04/07/1947. ACPC-BN, Espólio Maria Lamas, E/28, 2.28, cx. 26.

⁴ Recurso do despacho do Governador Civil de Lisboa, de 23/07/1947. ACPC-BN, Espólio Maria Lamas, E/28, 2.28, cx. 26.

⁵ Carta da Direcção do CNMP dirigida às sócias, de 10/01/1948. ACPC-BN, Espólio Maria Lamas, E/28, 2.28, cx. 26.

⁶ Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 119.

⁷ João Esteves, “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 15, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 125-126.

⁸ Célia Rosa Batista Costa, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007, p. 273.

Conclusão

No início do século XX, formaram-se em Portugal as primeiras associações de mulheres que divulgaram os princípios, os objectivos e as reivindicações feministas. Uma delas foi o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas fundado em Lisboa, em 1914, a organização feminista que mais tempo conseguiu manter-se em actividade até ser encerrada em 1947.

A longevidade do Conselho, que ao longo de mais de três décadas de existência fomentou, em contextos políticos adversos ao associativismo feminino, como foram a Ditadura Militar e o Estado Novo, diversas actividades em prol da causa feminista, deveu-se ao empenho e à persistência das presidentes da Direcção (destacando-se Adelaide Cabete, que exerceu o cargo desde a fundação da associação até 1935, e Maria Lamas, que a dirigiu a partir de 1945 até 1947) e à militância de algumas das suas associadas que assumiram simultaneamente várias funções nos corpos gerentes.

A federação do Conselho, logo após a sua fundação, no ICW e posteriormente na IWSA, contribuiu certamente para a sua longa existência. A experiência associativa das sócias fundadoras, algumas militavam ou tinham militado noutras agremiações feministas, demonstrava que, para tornar credível a associação, pôr em prática os seus projectos a favor da emancipação e dignificação da mulher e projectá-la quer nacional, quer internacionalmente, era necessário estabelecer ligações com as duas organizações feministas internacionais.

Por outro lado, estas mulheres estavam convictas de que o desenvolvimento do movimento feminista português dependia dos apoios das federações feministas internacionais, uma vez que a elevada taxa de analfabetismo feminino, a falta de interesse da mulher portuguesa na vida associativa e as cisões verificadas no seio dos agrupamentos femininos, devido a divergências relativamente a várias questões, nomeadamente a do sufrágio feminino, impediam a propagação do movimento.

As sócias fundadoras, muitas delas com ligações ao PRP, sabiam que o movimento feminista português não podia ser partidariamente dependente, como o comprovava a realidade portuguesa, e afirmavam as federações feministas internacionais. Desiludidas com os republicanos pelo não cumprimento de algumas promessas feitas ainda durante a monarquia, nomeadamente a concessão do direito de voto à mulher, decidiram fundar uma associação feminista e apolítica que procurava unir o máximo de agremiações e grupos femininos que se ocupavam da mulher e da criança, com o objectivo de conquistar a adesão

do maior número de mulheres, independentemente do seu posicionamento em relação à causa feminista, e evitar cisões no movimento feminista português.

O objectivo de reunir numa vasta federação todas as agremiações feministas e femininas que se ocupavam da mulher e da criança foi parcialmente cumprido. Ao longo dos trinta e três anos de existência, o Conselho conseguiu filiar vinte e quatro associações, número bastante insignificante quando comparado com a dimensão atingida por outros Conselhos Nacionais. A falta de espírito associativo da mulher portuguesa, tantas vezes mencionada no órgão oficial do conselho português, as restrições impostas à liberdade de associação, a partir de 1926, com a instauração da Ditadura Militar e, mais tarde, do Estado Novo, e a criação de organizações estatais femininas, nos anos 30, que visavam proteger a mulher, contribuíram certamente para o número restrito de agremiações federadas.

Os contactos mais profícuos foram estabelecidos com a LPA e a AFPP. A primeira associação organizou, em 1926 e 1929, os Congressos Nacionais Abolicionistas, onde participaram várias sócias do Conselho que presidiram e secretariaram algumas das sessões, intervieram nos debates e defenderam teses. A AFPP cooperou no programa cultural da Exposição de Livros Escritos por Mulheres, em 1947, dinamizando uma tarde cultural.

Embora o sufrágio feminino não constasse nos seus Estatutos, o Conselho considerava-o, tal como os outros Conselhos Nacionais filiados no ICW, não como um fim em si mesmo mas como um meio para obter outros direitos. Para a prossecução desse objectivo, a associação entregou petições e representações aos vários órgãos do poder político, exigindo a concessão do direito de voto a todas as mulheres e reclamando contra a legislação promulgada que impedia essa concessão. Apesar de elaboradas de uma forma bem fundamentada e da moderação das exigências, as exposições nunca alcançaram os resultados esperados.

A temática do sufrágio foi também abordada nas conferências e nos Congressos Feministas e de Educação de 1924 e 1928, promovidos pelo Conselho, nos discursos proferidos por Adelaide Cabete nos Congressos Internacionais Feministas de Roma e Washington, em 1923 e 1925, e no órgão oficial da associação. Nos artigos publicados divulgavam-se as conquistas eleitorais da mulher em diferentes países, comparava-se a realidade vivida nesses países com a de Portugal como forma de mobilizar a mulher portuguesa, noticiava-se a participação das sócias em conferências e congressos onde era debatida essa questão e as reivindicações do Conselho em torno do direito de voto.

Ainda que o Conselho não tenha concretizado todos os objectivos a que se propôs, as suas activistas lutaram pelo direito da mulher à educação e instrução, à formação profissional,

ao trabalho, à igualdade salarial e ao voto. Defenderam a coeducação, o pacifismo e os animais. Reclamaram a promulgação de legislação social adequada à mulher trabalhadora e a alteração de alguns pontos do Código Civil, nomeadamente os respeitantes à situação jurídica da mulher casada, regime legal do casamento e nacionalidade da mulher casada com estrangeiro. Combateram a prostituição regulamentada, a moral dupla e a mendicância infantil. Para que estas reivindicações fossem ouvidas pelos diversos órgãos do poder político, organizaram conferências e congressos, apresentaram petições e representações e publicaram um boletim durante trinta e dois anos.

Na história do Conselho podemos distinguir quatro momentos. O primeiro, que decorreu entre 1914 a 1919, foi marcado pela sua quase estagnação motivada pelo deflagrar da Primeira Guerra Mundial, meses após a sua fundação. O segundo momento, entre 1920 a 1929, correspondeu à consolidação da agremiação, quer nacional quer internacionalmente. O terceiro, entre 1930 a 1944, foi de dificuldades devido aos constrangimentos impostos às associações de mulheres que actuavam fora do âmbito das instituições formadas pelo Estado Novo. No último, que abarcou o período compreendido entre 1945 a 1947, o Conselho ganhou uma nova dinâmica sob a presidência de Maria Lamas.

No primeiro momento, assistiu-se à lenta implantação do Conselho com um número restrito de activistas, à diminuição dos contactos entre a associação e os outros Conselhos Nacionais devido ao conflito mundial e à suspensão das reivindicações feministas. Após a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, as feministas portuguesas decidiram, tal como tinham feito as feministas dos diversos países, suspender as lutas, dar prioridade à defesa dos interesses nacionais e apoiar os militares e respectivas famílias.

No segundo período, a associação, a única do género em Portugal, atingiu o seu apogeu. As ligações com o movimento feminista internacional intensificaram-se com a participação de delegadas da associação em reuniões internacionais, realizaram-se os Congressos Feministas e da Educação, em 1924 e 1928, nos quais se debateram questões relacionadas com a condição da mulher portuguesa e o Conselho colaborou nos Congressos Nacionais Abolicionistas de 1926 e 1929, organizados pela LPA. Por outro lado, verificou-se a adesão de novas sócias, muitas delas licenciadas em Direito, Medicina e Letras e de estudantes universitárias que imprimiram uma nova dinâmica à agremiação.

O terceiro período foi difícil para o Conselho, que enfrentou dificuldades de implantação um pouco por todo o país. O número de associadas, em 1933, não ultrapassava um pouco mais de duas centenas, apesar de ser a única agremiação feminista a partir dos anos

20. Por outro lado, a existência de organização estatais femininas como a OMEN e a intensificação da campanha de retorno das mulheres ao lar encetada pelo Estado Novo, contribuíram para que a acção das mulheres, fora do âmbito das instituições fundadas pelo regime, fosse pouco propícia. A nível internacional assistia-se à quase paralisação das organizações feministas internacionais devido à Segunda Guerra Mundial.

Apesar destes contratemplos, o Conselho continuou a promover os ideais feministas através da organização de conferências, embora em menor número comparativamente com a década de 20, e a publicar o seu órgão oficial, que não foi editado somente em 1937. A participação em reuniões internacionais diminuiu devido, essencialmente, às dificuldades económicas da associação e ao deflagrar do conflito mundial.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a associação, sob a presidência de Maria Lamas, entrou numa nova fase que durará até à sua dissolução. Além do alargamento às mulheres de todos os estratos sociais, verificou-se, pela primeira vez, a constituição de delegações em vários pontos do país, fundadas por mulheres burguesas, muitas delas licenciadas, intelectuais e estudantes universitárias. Estas mulheres reuniam-se para discutir os problemas que mais afectavam a mulher portuguesa, como o analfabetismo e a situação profissional e económica, e encontrar respostas para estes problemas. Organizaram diversas actividades, cujas destinatárias foram as mulheres de todas as camadas sociais, cumprindo um objectivo consignado nos Estatutos da associação, ou seja, a melhoria da situação da mulher proletária.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Nunes de, *Bibliografia sobre a Família e a Mulher no Portugal do Século XX*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1987.
- BARRADAS, Ana, *Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes*, Lisboa, Edições Antígona, 1998.
- BOCH, Gisela, “História, história das mulheres, história do género”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 4, 1989, pp. 157.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa. Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- BRAZÃO, Arnaldo, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação (Relatório)*, Lisboa, Edições Spartacus, 1925.
- CABETE, Adelaide, *Relatório do Congresso Internacional Feminista de Roma*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1923.
- CABETE, Adelaide, *Relatório do Congresso Internacional Feminista de Washington*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1923.
- CAMPOS, Luís Esteves de Melo, *A Mulher em Textos e Contextos – Um Recenseamento Bibliográfico, Tematicamente Indexado sobre Publicações Periódicas Portuguesas (1974-1988)*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1989.
- CASTRO, Zília Osório de, “As intelectuais”, CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João, MONTEIRO, Natividade (coord.), *Mulheres na 1.ª República. Percursos, Conquistas e Derrotas*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 79-107.
- CASTRO, Zília Osório de, “Seminário evocativo do I Congresso Feminista e de Educação em Portugal”, AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa (org.), *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, 2007, pp.19-26.
- CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João (dir.), *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- COSTA, Célia Rosa Batista, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007.
- COSTA, Fernando Marques da, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Vega, 1981.
- COVA, Anne, “Duas associações internacionais de mulheres de iniciativa americana (1888-1918)”, PIRES, Maria Laura Bettencourt (org.), *Europa e América. Mitos e Confrontos*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, pp. 73-80.

COVA, Anne, “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e as organizações internacionais de mulheres 1914-1947”, TOMÉ, Irene, STONE, Maria Emília, SANTOS, Maria Teresa (coord.), *Olhares sobre as Mulheres. Homenagem a Zília Osório de Castro*, Lisboa, CESNOVA, 2001, pp. 27-40.

COVA, Anne, “Mulheres e associativismo: O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (1914-1945)”, COVA, Anne, RAMOS, Natália, JOAQUIM, Teresa (org.), *Desafios da Comparação. Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp.89-96.

COVA, Anne, “O Primeiro Congresso Feminista e da Educação em Portugal numa perspectiva comparada”, AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa (org.), *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, 2007, pp. 27-43.

COVA, Anne, “Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)”, CABRAL, Manuel Villaverde, WALL, Karin, ABOIM, Sofia, SILVA, Filipa Carreira da (eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, pp. 583-602.

COVA, Anne, “O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918)”, SERRÃO, José, PINHEIRO, Magda de Avelar, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (eds), *Desenvolvimento e Mudança Social. Portugal nos últimos dois Séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 33-347.

COVA, Anne, PINTO, António Costa, “O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 17, pp. 71-94.

EDUARDO, Joaquim Mário Cortes, *Adelaide Cabete (1867-1935). Biografia de Uma Professora Feminista*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.

Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Lisboa, Tipografia La Bécarre, 1917.

ESTEVES, João, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.

ESTEVES, João, *As Origens do Sufragismo Português. A Primeira Organização Sufragista: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998.

ESTEVES, João, “O movimento feminista em Portugal. A pesquisa em periódicos (1899-1928)”. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.ºs 1 e 2, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 185-196.

ESTEVES, João, “Feminismo, feminismos e sufragismo na 1.ª República”, CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João, MONTEIRO, Natividade (coord.), *Mulheres na 1.ª República. Percursos, Conquistas e Derrotas*, Lisboa, Edições Colibri, 2001a, pp. 19-46.

ESTEVES, João, “O movimento sufragista em Portugal na 1.ª metade do século XX (1896-1947)”, *A Mulher na História. Actas dos Colóquios sobre a Temática da Mulher (1999-2000)*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2001b, pp. 239-260.

ESTEVES, João, “Contactos internacionais do feminismo português (1906-1928)”, TOMÉ, Irene, STONE, Maria Emília, SANTOS, Maria Teresa (coord.), *Olhares sobre as Mulheres. Homenagem a Zília Osório de Castro*, Lisboa, CESNOVA, 2001c, pp. 27-40.

ESTEVES, João, “Falar de mulheres: silêncios e memórias”, CASTRO, Zília Osório de (dir.), *Falar de Mulheres - Da Igualdade à Paridade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 63-84.

ESTEVES, João, “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 15, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 113-135.

ESTEVES, João, “Os anos 20: a afirmação de uma nova geração de feministas”, AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa (org.), *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, 2007, pp. 74-89.

ESTEVES, João, *Mulheres e Republicanismo (1908-1928)*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2008.

ESTEVES, João Gomes, “Reivindicações feministas na Primeira República”, ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, COVA, Anne, *Fazer a História das Mulheres – Da Casa à Escola, da Escola à Universidade*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004, pp. 63-85.

FIADÉIRO, Maria Antónia, “Maria Lamas e o Certame Mulheres Portuguesas”, *História*, Ano XXII, n.º 24, Abril, 2000, pp. 47-55.

FIADÉIRO, Maria Antónia, *Maria Lamas, Biografia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2003.

FIADÉIRO, Maria Antónia, “Inquéritos feministas nos anos trinta em Portugal: uma cronologia anotada”, COVA, Anne, RAMOS, Natália, JOAQUIM, Teresa, (org.), *Desafios da Comparação. Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp. 119-132.

GORJÃO, Vanda, *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994.

GORJÃO, Vanda, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

GUIMARÃES, Elina, “Para a História do feminismo em Portugal”, *Coisas de Mulheres*, Porto, Editorial Promoção, 1975, pp. 305-307.

GUIMARÃES, Elina, *Mulheres Portuguesas: ontem e hoje*, 3.ª edição, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1989.

GUIMARÃES, Elina, *Sete Décadas de Feminismo*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.

LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco, *Mulheres para além do seu Tempo*, Venda Nova, Bertand Editora, 1995.

LEAL, Ivone de Freitas (coord.), *Fontes Portuguesas para a História das Mulheres*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

LEAL, Ivone, “Os papéis tradicionais femininos: continuidade e rupturas de meados do século XIX a meados do século XX”, *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Uma Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 353-368.

LEAL, Ivone, *Um século de Periódicos Femininos*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992.

LOUSADA, Isabel, *Adelaide Cabete (1867-1935)*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2001.

LOUSADA, Isabel Cruz, “International expectations: ICW – Prelúdio para o CNMP”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 22, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp. 51-69.

MACEDO, Ana Gabriela, AMARAL, Ana Luísa (org.), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto, Edições Afrontamento, 2005.

MARIANO, Maria de Fátima da Silva, *Génese e Desenvolvimento do Movimento Feminista Português (1890–1930)*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal – Da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

MAURÍCIO, Maria José, *Mulheres e Cidadania: Alguns Perfis e Acção Política 1949-1973*, Lisboa, Editorial Caminho, 2005.

NEVES, Helena, “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Para a história dos movimentos de mulheres em Portugal (IX)”, *Mulheres*, n.º 29, Setembro, 1980, pp. 22-23.

NEVES, Helena, *O Estado Novo e as Mulheres*, Lisboa, Câmara Municipal, Biblioteca Museu República e Resistência, 2001.

NÓVOA, António (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Edições Asa, 2003

ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES COMUNISTAS, *Subsídios para a História das Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o Regime Fascista (1926-1974)*, Lisboa, Edições Avante, 1994.

PIMENTEL, Irene Flunser, “Cem anos de vida das mulheres em Portugal”, *História*, Ano XXIII, III série, n.º 34, Março, 2001, pp. 12-23.

PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

RAPOSO, Maria Manuela Palma, *A Imprensa Feminista e Feminina e a Grande Guerra*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 2001.

RODRIGUES, António Simões (coord.), *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

SAMARA, Maria Alice, *Operárias e Burguesas – As Mulheres no Tempo da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

SANTOS, Luísa Esmeralda Sarreira, “O Primeiro Congresso Feminista em Portugal”, *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, n.º 2, Abril-Junho, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1982, pp. 26-38.

SERRALHEIRO, Maria Lúcia Marques, *Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Delegação do Porto (1942-1952)*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, 2002.

SILVA, Maria Regina Tavares da, “História no feminino: os movimentos feministas em Portugal”, MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, vol. XV, Amadora, Ediclube, 1993, pp. 287-297.

SILVA, Maria Regina Tavares da, *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (Monografias: 1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

SILVA, Maria Regina Tavares da, *Feminismo em Portugal na Voz de Mulheres Escritoras do Início do Século XX*, 3.ª edição, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2002.

SOUZA, Maria Reynolds de, *A Concessão do Voto às Portuguesas – Breve Apontamento*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006.

ANEXOS

Índice de Anexos

Anexo I: Agremiações federadas no CNMP (1914-1947)	79
Anexo II: Estatutos do CNMP (1917)	82
Anexo III: Programa Geral do CNMP (1945)	86
Anexo IV: Sócias eleitas para a Direcção do CNMP (1914-1947)	87
Anexo V: Sócias eleitas para a Assembleia Geral do CNMP (1917-1947)	91
Anexo VI: Sócias eleitas para o Conselho Fiscal do CNMP (1917-1947)	93
Anexo VII: Secções do CNMP (1917-1947)	95
Anexo VIII: Subscritoras do abaixo-assinado para a formação de uma delegação do CNMP em Coimbra (1946)	105
Anexo IX: Subscritoras do abaixo-assinado para a formação de uma delegação do CNMP na Figueira da Foz (1946)	108
Anexo X: Cartão de sócia do CNMP (1946)	109
Anexo XI: Sócias proponentes e propostas (1929-1944)	110
Anexo XII: Circular para angariação de sócias	114
Anexo XIII: Sócias auto-propostas (1938-1945)	115
Anexo XIV: Sócias identificadas do CNMP (1914-1947)	118
Anexo XV: Circular do Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)	127
Anexo XVI: Regulamento do Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)	128
Anexo XVII: Personalidades nacionais e estrangeiras que enviaram mensagens, cartas e telegramas ao Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)	129
Anexo XVIII: Colectividades e instituições que enviaram representantes ao Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)	130
Anexo XIX: Colectividades e instituições que aderiram ao Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)	131
Anexo XX: Teses apresentadas ao Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)....	132
Anexo XXI: Individualidades que participaram no Primeiro Congresso Nacional Abolicionista (1926)	135
Anexo XXII: Teses apresentadas ao Segundo Congresso Feminista e de Educação (1928)	137
Anexo XXIII: Teses apresentadas ao Segundo Congresso Nacional Abolicionista (1929)....	138
Anexo XXIV: Boletim da Biblioteca do CNMP (1946)	139
Anexo XXV: Catálogo da Exposição de Livros Escritos por Mulheres (1947)	140
Anexo XXVI: Órgão de propaganda do CNMP – <i>Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas</i> (1914)	141
Anexo XXVII: Órgão de propaganda do CNMP – <i>Alma Feminina</i> (1919)	142
Anexo XXVIII: Órgão de propaganda do CNMP – <i>A Mulher</i> (1946)	143

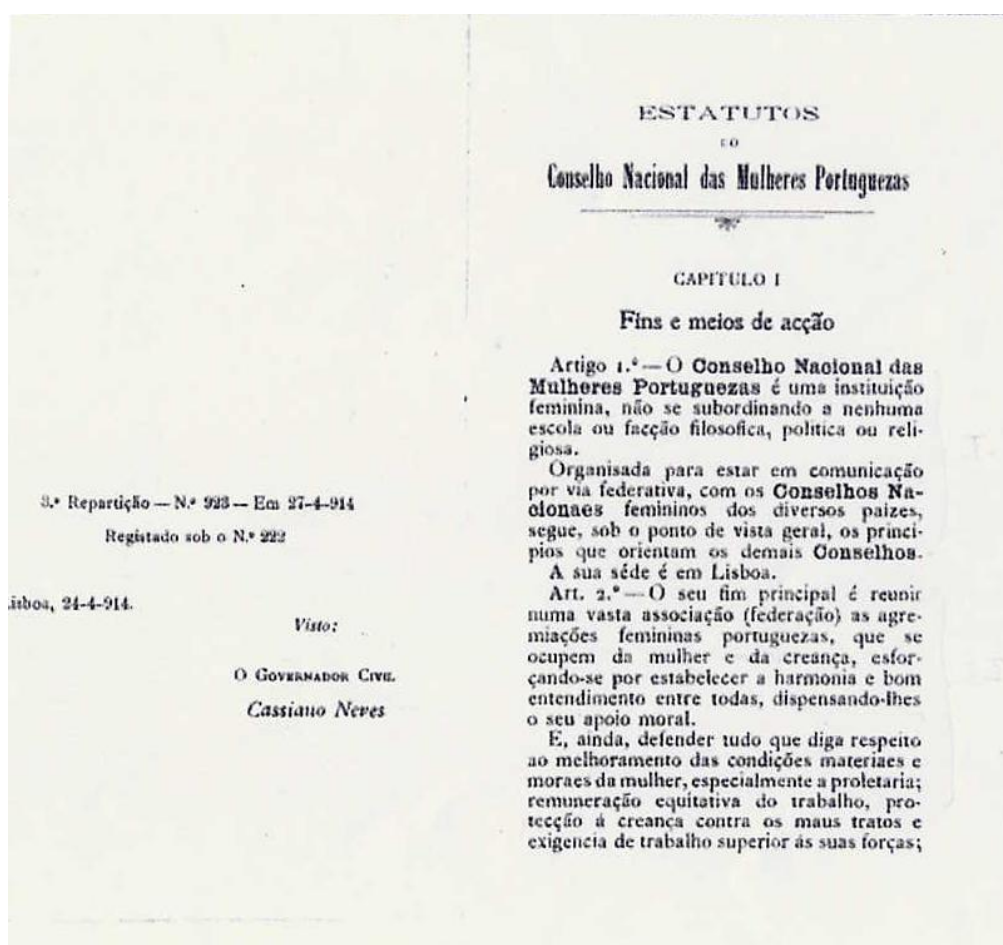
Anexo I
Agremiações federadas no CNMP (1914-1947)

Anos	Agremiações	Delegadas efectivas	Delegadas suplentes
1914	Associação dos Professores do Instituto de Odivelas	Domicília Xavier (1915)	Deolinda Santos (1915)
	Liga Portuguesa dos Educadores	Percina A. Barros e Vasconcelos (1915)	Idalina Maia Maria Evangelina Brito (1915)
	Sociedade Amigável Mariana Gasul	Cesária Santos (1915)	Clara G. Correia Georgina Monteiro Pinto (1915)
	Recreatórios Post-Escolares	Otília G. S. Simões Adelaide Perestrelo (1915)	Adelaide Perestrelo Otília G. S. Simões (1915)
	Grupo Balbina Brasão	Ermelinda Mascarenhas (1915)	Margarida Pimenta (1915)
	Tuna das Costureiras de Lisboa	Elvira da Conceição Zacarias (1915)	Aurora F. L. Serrão (1915)
	Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino	Emília de Sousa Costa Ilda Craveiro Simões Ribeiro (1915)	Ilda Craveiro Simões Ribeiro
	Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões	Maria Rodrigues Simões (1915)	Percina A. Barros e Vasconcelos (1915)
	União Amigável Maria Scintia	Isabel Pires Mafalda da Silva (1915)	Margarida Pimenta (1915)
	Grupo Feminista Português	Maria Amália Baptista Ferreira (1915)	Maria Sofia Cruz Albertina Gamboa (1915)
	Associação dos Professores de Ensino Livre	Olívia P. da Cunha (1915)	Maria José Gomes (1915)

Anos	Agremiações	Delegadas efectivas	Delegadas suplentes
1914	Grémio dos Professores Primários Oficiais	Maria da Conceição Martins (1915)	Adelaide Ferreira de Carvalho
1915	Associação das Alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho	Alice Brito	Branca Nunes
	Liga Portuguesa da Moralidade Pública	Emília Silva	Virgínia C. Silva
	Associação das Amigas das Flores	Maria Eugénia Nascimento	Noémia Beça
	Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – Núcleo do Porto	Amélia Malheiro de Aguiar	Carmen Montenegro dos Santos
1917	Associação de Propaganda Feminista		
1923	Ligas de Bondade		
1924	Liga Portuguesa Abolicionista		
1928	Associação das Mulheres Universitárias de Portugal		
1946	Associação Feminina Portuguesa para a Paz	Maria da Luz Espírito Santo	
1947	Ginásio Feminino Português		
	Sociedade de Propaganda de Portugal – Núcleo Feminino		
	Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro		

Fontes: *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Folha Suplementar*, n.º 1, Novembro de 1914; *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, n.º 2, Maio de 1915; *Alma Feminina*, n.º 1, Janeiro de 1917; *Alma Feminina*, n.ºs 9 e 10, Setembro e Outubro de 1923; *Alma Feminina*, n.º 5, Setembro e Outubro de 1928; *A Mulher*, n.º 1, Dezembro de 1946; Célia Rosa Batista Costa, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007.

Anexo II
Estatutos do CNMP (1917)



higiene das grávidas e puerperas; repressão do tráfico das brancas; protesto contra a prostituição de menores e investigação dos meios de a evitar.

Pôr, enfim, incondicionalmente o seu esforço ao serviço de todas as ideias, que possam concorrer para o bem estar da mulher em particular, e da humanidade em geral.

Art. 3.º — Constituem seus meios de acção:
O boletim em brochura;
Organização de conferencias publicas.

CAPITULO II

Das socias

Art. 4.º — Para poder pertencer ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguezas é preciso:

a) Bom comportamento e reputação ilibada.

b) Possuir a cultura de espirito indispensavel para compreender o alcance social da instituição.

Art. 5.º — As socias dividem-se em:

a) ~~Socias fundadoras: as que, por iniciativa propria, tiverem prestado serviços relevantes a Associação ou á causa da mulher em geral (Gratuito).~~

b) Socias honorarias: individualidades que por terem prestado serviços relevantes a Associação ou á causa da mulher em geral o Conselho assim entenda distinguir (Gratuito).

c) Socias delegadas: as representantes das associações. (Quota annual ~~quatrocentos~~)

Mínima: 20.00

d) Socias auxiliares: todas as pessoas, homens ou mulheres, que desejem aderir a esta colectividade. (Quota annual minima: ~~quatrocentos~~). 40.00

Art. 6.º — Perde-se a qualidade de socio:
a) Por falta de pagamento de quotas durante trez mezes.

b) Por motivos que o Conselho considere graves.

Art. 7.º — Mediante o pagamento da respectiva quota todas as agremiações femininas do paiz podem aderir. E bem assim, quaesquer sociedades mixtas, que tenham por fim proteger a mulher ou a creança, desde que dessas instituições faça parte, pelo menos, um grupo de 10 mulheres.

§ unico. — As sociedades que desejarem pertencer ao Conselho Nacional devem dirigir, por escripto, o seu pedido á Direcção fazendo acompanhar a requisição dum relatório resumido dos seus trabalhos. A Direcção apresentará esses pedidos na proxima reunião do Conselho Nacional, o qual votará a sua aprovação ou rejeição.

Art. 8.º — Cada associação terá uma representante efectiva, devendo nomear uma outra suplente para substituir a primeira na falta desta.

CAPITULO III

Direitos e deveres das socias

Art. 9.º — Toda a socia tem o dever de:

a) Ser pontual no pagamento das quotas.
b) Exercer gratuitamente os cargos para que for eleita.

c) Zelar pelos interesses da Associação, empregando todos os meios ao seu alcance.

Art. 10.º — A cada associado cabe o direito de:

a) Comparecer, pessoalmente, nas assembleias geraes. (Sendo socio auxiliar tem, apenas voto consultivo).

b) Indicar por escripto á Direcção tudo que julgar conveniente ao bem comum.

c) Propor socios.

d) Recorrer para a Assembleia Geral sempre que se julgue ofendido nos seus direitos.

e) Interpelar na Assembleia Geral ou em qualquer occasião (por escripto) a Direcção sobre os actos da sua gerencia.

f) Receber gratuitamente o boletim.

CAPITULO IV

Administração e funcionamento

Art. 11.º — A Associação é administrada por um Conselho Administrativo de que emquanto existirem, deverão fazer parte pelo menos dez socias fundadoras.

Esse Conselho Administrativo é constituído por:

a) Meza da Assembleia Geral;

b) Direcção;

c) Conselho Fiscal.

A meza da Assembleia Geral compõe-se de: presidente, vice-presidente, duas secretárias e duas vogaes.

A Direcção é composta: de uma presidente, uma vice-presidente, uma secretária geral, uma tesoureira e trez vogaes.

O Conselho Fiscal é composto: de uma presidente, uma secretária e uma relatora.

§ unico. — Fazem, ainda, parte do Conselho Administrativo:

a) A Comissão do Boletim composta de redactora, gerente, editora, secretária de redacção e tesoureira;

b) A Comissão de Propaganda que se compõe: de trez membros que escolhem entre si a presidente;

c) A Comissão de Assistencia tambem composta de trez membros.

§ unico. — Estas comissões devem trabalhar de acordo com a Direcção.

Art. 12.º — O Conselho Nacional das Mulheres Portuguezas limita-se, apenas, a agrupar obras e sociedades existentes e a provocar iniciativas; mas nunca em caso algum a fundar instituições.

Art. 13.º — A Conselho Administrativo deve tambem ser informado de todos os trabalhos feitos juntos dos poderes publicos; e, pelo menos, dois dos seus membros devem fazer parte das comissões delegadas.

Art. 14.º — As reuniões publicas e outras manifestações (que devem ser sempre ordeiras) só podem ser feitas com o consentimento da Direcção.

Art. 15.º — Os ataques pessoais são absolutamente prohibidos. Tambem todas as pessoas que causarem escandalo serão expulsas da Associação, depois da decisão da Assembleia Geral por proposta da Direcção.

Art. 16.º — Com o fim de facilitar o trabalho nas provincias, as sociedades filiadas

formam um ramo, do **Conselho** nas terras onde tem as suas sedes. As delegadas respectivas podem nomear uma comissão encarregada de organizar as suas reuniões e trabalhos comuns. Mas todo o trabalho de propaganda, nessas terras, fica sujeito aos estatutos do **Conselho Nacional das Mulheres Portuguezas** e aos seus regulamentos.

CAPITULO V

Fundos de reserva

Art. 17.º — Constituem fundos de reserva:
a) A decima parte das receitas da Associação;

b) O capital proveniente de liberalidades, a menos que o seu emprego immediato não tenha sido autorizado.

§ unico. — Os fundos de reserva serão colocados em papeis do Estado, cujo interesse seja garantido.

Art. 18.º — As receitas compõem-se de:

a) Quotizações e subscrições dos seus membros;

b) Productos de liberalidades cujo emprego immediato tenha sido autorizado;

c) Recursos criados a titulo excepcional.

d) Qualquer donativo que lhes for concedido;

e) Rendimento dos bens de reserva.

§ unico. — Sempre que o capital de receita exceda cem escudos, deverá este ser depositado no Montepio Geral, á ordem.

Para levantar qualquer quantia precisa-se

De todas as sessões serão lavradas actas no livro respectivo.

Art. 23.º — Em todas as sessões as oradoras não poderão falar mais de dez minutos de cada vez. Apenas a secretária geral será permitido falar as vezes indispensaveis para elucidar as questões.

§ unico. — Todas as propostas ou moções submetidas ás assembleias serão arquivadas. Os relatorios apresentados pelo **Conselho Administrativo** e aprovados pela Assembleia Geral devidamente assinados pela presidente e secretária geral, serão enviados todos os annos ao Ex.º Sr. Ministro do Interior. Igualmente serão distribuidas gratuitamente copias desses relatorios a todas as socias.

Art. 24.º — A Direcção reúne todos os mezes, e ainda de trez em trez mezes em sessões, ditas **Assembleias Ordinarias** em que tomam parte, tambem as delegadas das associações federadas.

Art. 25.º — Cabe ás **Assembleias Ordinarias**:

a) Ouvir o relatorio dos trabalhos trimestraes da Direcção;

b) Examinar a situação moral e economica da Associação;

c) Ouvir ler o balancete que deve ter já o visto do Conselho Fiscal;

d) Deliberar sobre os assuntos apresentados para ordem do dia.

§ unico. — De todas as sessões serão passadas actas no livro respectivo.

Art. 26.º — O Conselho Fiscal reúne apenas de trez em trez mezes para examinar não só as contas do Conselho, como tam-

das rubricas da presidente, tesoureira e secretaria geral.

CAPITULO VI

Assembleias

Art. 19.º — A meza da Assembleia Geral reúne uma vez cada anno e sempre que for necessario a pedido de vinte socias ou da Direcção.

Art. 20.º — Cabe á Assembleia Geral:

a) Ouvir o relatorio da Direcção e a leitura das contas;

b) Deliberar sobre as questões apresentadas para ordem do dia;

c) Promover quaesquer logares que estejam vagos.

Art. 21.º — A assembleia tem direito de assistir todas as socias. Mas só tem voto deliberativo os membros do **Conselho Administrativo** e as delegadas. As outras socias tem apenas voto consultivo.

Compreende-se que assim seja porque o **Conselho** é uma federação de associações e não de individuos.

Tem portanto voto o **Conselho Administrativo** representando o **Conselho Nacional** e tem voto as delegadas representando as suas respectivas associações.

Art. 22.º — A Assembleia Geral deve ser composta pelo menos da quarta parte da totalidade dos seus membros em exercicio. Não havendo numero, sera convocada para daí a quinze dias, sendo dessa vez valido deliberar com qualquer numero de socias.

bem as do Boletim a que porá o visto. Tera um livro de actas onde mencionará as suas impressões acerca das contas.

§ unico. — Pelo menos um dos seus membros deve assistir a todas as reuniões e assembleias.

Art. 27.º — A Comissão do Boletim cabe:

a) A redacção, direcção e administração do jornal que deverá manter sempre a feição acentuadamente feminista;

b) A distribuição do Boletim.

Art. 28.º — A Comissão de Propaganda cabe:

a) Promover sessões de propaganda feminista ou festas que tenham por fim tornar conhecido o nome do **Conselho**;

b) Auxiliar a Direcção em todas as manifestações e movimentos que o **Conselho** entenda realisar, prestando-lhe todo o seu concurso;

c) Elaborar anualmente o seu relatorio.

Art. 29.º — A Comissão de Assistencia cabe:

a) Deligenciar arranjar recursos por meio de quotas, donativos ou producto de festas, para poder levar a efeito obras de assistencia tendo sempre em mira, principalmente, a protecção a mulher e a creança.

CAPITULO VII

Modificações dos estatutos e dissolução da associação

Art. 30.º — Os estatutos não podem ser modificados senão por proposta do **Corpo Administrativo** ou por reclamações de

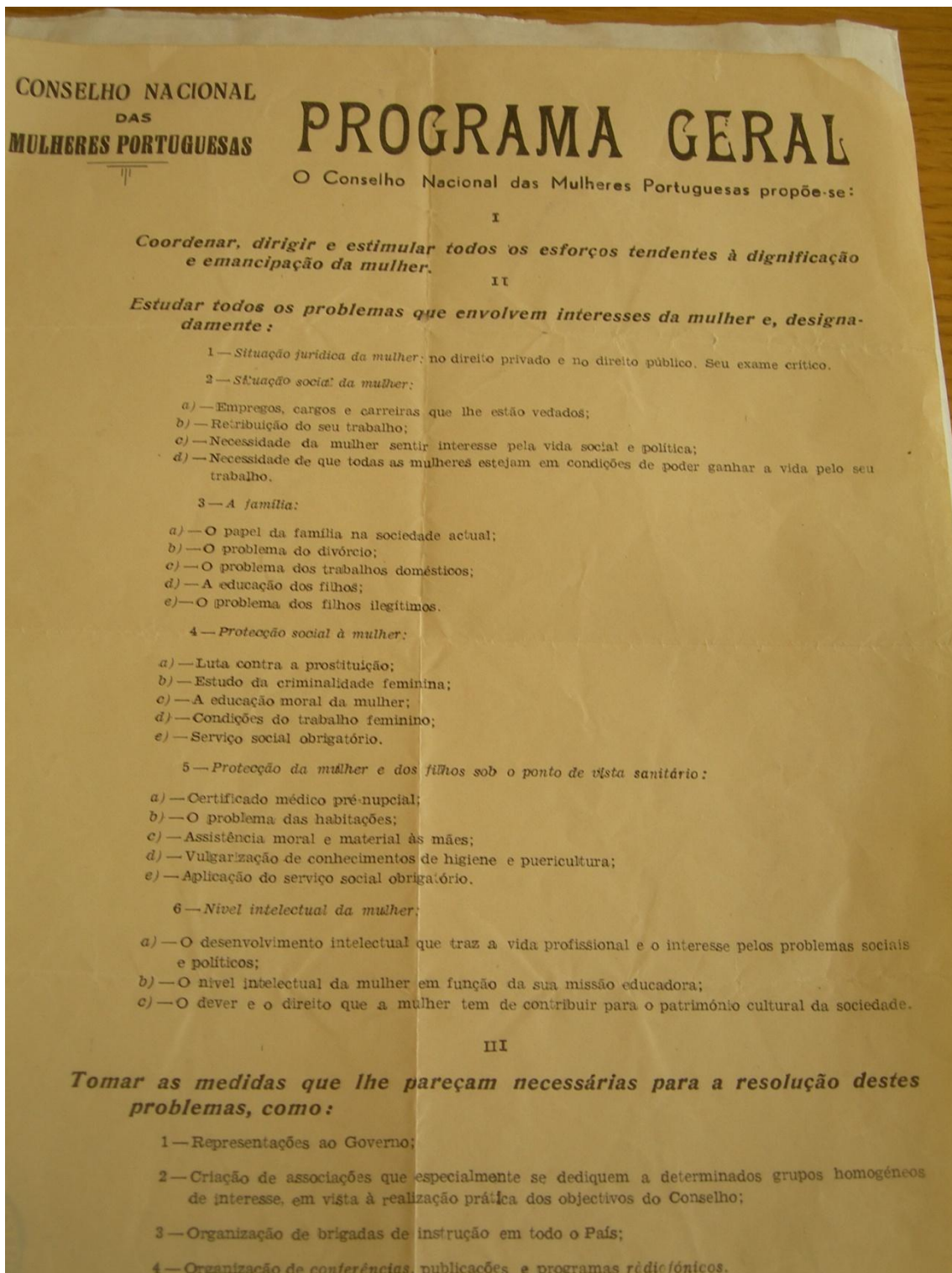
metade dos membros que compõem a Assembleia Geral; mas, sempre com a antecedência dum mez.

§ único. — Apenas o art. 11.º não poderá ser alterado senão por proposta do **Corpo Administrativo**.

Art. 31.º — Na hipótese da dissolução da Associação, o **Corpo Administrativo** indicará em Assembleia Geral a instituição ou instituições em favor de quem deva reverter o saldo se o houver.



Anexo III
Programa Geral do CNMP (1945)



Programa Geral do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. AHS – ICS, Espólio Deolinda Lopes Vieira, cx. 1.

Anexo IV

Sócias eleitas para a Direcção do CNMP (1914-1947)

Cargos	Nomes
Presidentes	Adelaide Cabete (1914-1935)
	Sara Beirão (1936-1941)
	Isabel Cohen von Bonhorst (1942-1944)
	Maria Lamas (1945 -1947)
Vice-Presidentes	Camila de Sousa Lopes (1916)
	Maria da Luz Pereira e Silva (1914-1916; 1921-1923; 1925)
	Claudina de Almeida (1914-1919)
	Percina Barros (1920)
	Adelaide de Carvalho (1920)
	Maria Clara Correia Alves (1921)
	Maria Amália Baptista Ferreira (1922-1923)
	Aurora Teixeira de Castro (1926 -1927)
	Berta Garção (1928)
	Elina Guimarães (1928 -1929)
	Angélica Porto (1929; 1931-1934; 1936)
	Sara Beirão (1931-1934; 1943 -1945)
	Isabel Cohen von Bonhorst (1937-1941)
	Manuela Porto (1946 -1947)
Secretárias-gerais	Maria Clara Correia Alves (1914-1919)
	Elina Guimarães (1927)
	Tetralda Teixeira de Lemos (1929)
	Cândida de Sousa Madeira Pinto (1936-1937)
	Beatriz Teixeira de Magalhães (1939)
	Maria Lívia B. Ramos Lopes da Silva (1940)
	Alice Martins Carneiro (1942; 1944-1945)
	Maria Manuela Campos (1946-1947)
Secretárias do Exterior	Maria Clara Correia Alves (1920)
	Aurora Teixeira de Castro (1921-1922)
	Antónia Laclaud da Silva (1923; 1925-1929; 1931)
	Zoé Grabit Pereira (1932-1934)
Secretária do Estrangeiro	Zoé Grabit Pereira (1939-1945)
Secretárias do Interior	Angélica Porto (1920)
	Aurora Fernandes da Silva (1921)
	Domingas Lazary do Amaral (1926)
	Maria Luísa Amaro (1928)
	Nídia Neto Ferreira (1929; 1931-1934)
Secretárias do Interior - Arquivistas	Bárbara Rosa Pereira (1923)
	Dinah dos Santos Lima (1925)
Secretária do Interior - Bibliotecária	Ema Rua (1925)
Secretárias do Interior – Actas	Aurora Fernandes da Silva (1922)
	Domingas Lazary do Amaral (1923; 1925)

Cargos	Nomes
Secretárias do Interior - Correspondência	Domingas Lazary do Amaral (1922)
	Laura Corte Real (1923)
	Rosalina Simões (1925)
Secretária Arquivista	Irene Duarte (1926)
Secretárias das Actas	Albertina Rua de Gamboa (1926)
	Beatriz Teixeira de Magalhães (1927-1929; 1931-1934)
Secretárias Adjuntas, Primeira e Segunda Secretárias	Maria Brazão (1914 -1916)
	Maria J. Lopes Nogueira (1914–1916)
	Celeste Pinto Moniz (1922)
	Luísa Gouveia Pinto (1922)
	Maria José Ramos de Sousa (1922 -1923; 1925)
	Madalena Cândido (1927-1928)
	Maria da Conceição Lopes (1931)
	Zoé Grabit Pereira (1931; 1936 -1938)
	Zulmira Costa (1932)
	Sara Schultz Correia (1933 -1934; 1936 -1937)
	Cândida de Sousa Madeira Pinto (1938)
	Antónia Laclaud da Silva (1939)
	Margarida de Oliveira (1939; 1940 -1943)
	Maria Lívia B. Ramos Lopes da Silva (1941)
	Alice Martins Carneiro (1943)
	Cecília Simões (1945)
Tesoureiras – Tesoureiras Gerais	Aurora Fernandes da Silva (1914 -1916; 1920)
	Maria Amália Baptista Ferreira (1917-1919)
	Elisa Santos Lima (1921-1923; 1925)
	Vitória Pais Madeira (1926)
	Maria Leonarda Correia (1927-1928)
	Mariana da Assunção da Silva (1931-1934; 1936 -1945)
	Maria Cesarina G. de Castro (1946-1947)
Tesoureiras Adjuntas	Maria Rita das Dores Silva (1922)
	Bárbara Rosa Pereira (1927)
	Adelaide Santos (1929)
Tesoureira do Interior	Maria Leonarda Correia (1929)
Tesoureiras da Província	Bárbara Rosa Pereira (1928; 1931-1934; 1936-1945)
	Rosa Branquinho (1929)
Tesoureira da Revista	Maria do Céu Branquinho (1927-1929)
Vogais	Filomena Costa (1914-1916)
	Virgínia Costa (1914-1916)
	Ida Pereira e Silva (1914-1916)
	Elisa Santos Lima (1914-1916; 1917-1919)
	Judite Sara Pereira e Silva Melo Vieira (1914-1916)
	Marta Ferreira (1914-1916)
	Palmira Borges (1914-1916)
	Maria Emília Baptista Ferreira (1914-1916)
	Maria Brazão (1917-1919)
	Albertina Rua de Gamboa (1917-1919; 1922-1923; 1927)
	Cipriana Nogueira (1920-1923; 1925-1926; 1928-1929)

Cargos	Nomes
Vogais	Vitória Pais Madeira (1920; 1922)
	Maria Amélia Kopke Pinto (1920)
	Guilhermina Kopke Pinto (1920)
	Ema Rua (1921-1923; 1926)
	Angélica Porto (1921-1923)
	Josefina Ribeiro (1921-1923; 1925-1929; 1932-1934)
	Fábia Ochôa Arez (1921; 1928-1929)
	Amélia Trigueiros (1922-1923; 1925; 1934)
	Eulália Lino da Silva (1922)
	Maria Benedita de Sá (1923; 1925-1926)
	Maria Rita das Dores Silva (1923; 1925-1929; 1931-1932; 1936)
	Irene Duarte (1925)
	Fernanda Pimentel (1925-1929; 1931-1933; 1936-1937)
	Laura Leite (1925)
	Celeste Pinto Moniz (1925)
	Maria Leonarda Correia (1925)
	Laura Corte Real (1925)
	Caetana Almeida (1925-1929)
	Sara Beirão (1925; 1927-1928)
	Mariana da Assunção da Silva (1925-1926; 1928-1929)
	Teresa Leitão de Barros (1925)
	Sara Schultz Correia (1926; 1932; 1938-1939; 1940-1944)
	Maria José Ramos de Sousa (1926)
	Madalena Cândido (1926)
	Domingas Lazary do Amaral (1927)
	Zoé Grabit Pereira (1928-1929)
	Alexandrina Mourato Vermelho (1928-1929; 1932-1934)
	Berta Garção (1929)
	Maria Luísa Amaro (1929; 1932-1934)
	Maria Lopes Marques (1929)
	Maria Gertrudes Amarante (1929; 1931)
	Maria da Nazaré Ferraz (1931)
	Noémia Neto Ferreira (1931)
	Maria Lúcia da Glória Silva (1931-1934)
	Dília de Barros da Costa (1931-1934; 1936)
	Maria Sousa Amaro (1931)
	Adelaide de Carvalho (1931)
	Adelaide Gomes Santos (1931)
	Ofélia de Carvalho Gonçalves (1931)
	Maria Emília Gonçalves (1931)
	Deolinda Lopes Vieira (1932)
	Acácia Gonçalves de Resende (1932-1934)
	Maria da Luz de Campos Santos (1932-1934)
	Margarida de Oliveira (1936-1937)
	Rosa Franqueira (1937)

Cargos	Nomes
Vogais	Isaura Seixas Marques (1938-1943)
	Fernanda Tasso de Figueiredo (1944-1947)
	Alda Maia Henriques (1944)
	Maria Livia B. Ramos Lopes da Silva (1944)
	Cristina da Cunha (1945-1947)
	Gabriela Castelo Branco (1945)
	Maria Teresa Arriaga (1945-1947)

* Em 1924 integraram o elenco directivo Adelaide Cabete, Maria da Luz Pereira e Silva, Maria Emília Baptista Ferreira, Domingas Lazary do Amaral, Dinah dos Santos Lima, Albertina Rua de Gamboa, Laura Corte Real, Antónia Laclaud da Silva, Elisa Santos Lima, Josefina Ribeiro, Maria Rita das Dores Silva, Cipriana Nogueira, Amélia Trigueiros, Maria Benedita de Sá, Eulália Lino da Silva e Irene Duarte.

Fontes: *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, n.º 1, Novembro de 1914; *Alma Feminina*, n.º 4, Abril de 1917; *Alma Feminina*, n.º 12, Dezembro de 1919; *Alma Feminina* n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1921; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1922; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1923; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1924; *Alma Feminina*, n.º 1, Primeiro trimestre de 1925; *Alma Feminina*, n.º 1, Primeiro trimestre de 1926; *Alma Feminina*, n.º 3, Maio e Junho de 1927; *Alma Feminina*, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1928; *Alma Feminina*, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1929; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1931; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1932; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1933; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1934; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1936; *Alma Feminina*, n.ºs 11 e 12, Novembro e Dezembro de 1936; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1938; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1939; *Alma Feminina*, n.º 5, Outubro de 1940; *Alma Feminina*, n.º 6, Maio de 1941; *Alma Feminina*, n.º 7, Março de 1942; *Alma Feminina*, n.º 10, Agosto de 1943; *Alma Feminina*, n.º 12, Outubro de 1944; *A Mulher*, n.º 1, Dezembro de 1946.

Anexo V

Sócias eleitas para a Assembleia Geral do CNMP (1917-1947)

Cargos	Nomes
Presidentes	Regina Quintanilha (1917-1919)
	Maria Emília Baptista Ferreira (1920)
	Percina Barros (1921-1922)
	Vitória Pais Madeira (1923; 1925)
	Berta Garção (1926-1927)
	Teresa Leitão de Barros (1928; 1932-1934; 1936-1946)
	Sara Beirão (1929)
	Cipriana Nogueira (1931)
	Isabel Cohen von Bonhorst (1947)
Vice-Presidentes	Maria Emília Baptista Ferreira (1917-1919; 1922-1923)
	Maria J. Lopes Nogueira (1920)
	Maria Amália Baptista Ferreira (1921)
	Célia Leite (1925)
	Adelaide de Carvalho (1925)
	Maria O' Neill (1926)
	Aurora Fernandes da Silva (1927-1929)
	Isabel Cohen von Bonhorst (1945-1946)
	Elna Guimarães (1947)
Secretárias	Maria J. Lopes Nogueira (1917-1919)
	Palmira Fernão Pires (1917-1920)
	Ema Rua (1920)
	Marta Ferreira (1921)
	Maria Luísa Amaro (1921-1923)
	Irene Duarte (1922-1923)
	Berta Garção (1925)
	Sara Schultz Correia (1925; 1927)
	Maria Leonarda Correia (1926)
	Dinah dos Santos Lima (1926)
	Maria José Ramos de Sousa (1927)
	Tetralda Teixeira de Lemos (1928)
	Maria Alice Taveira Martins de Sousa (1928)
	Noémia Neto Ferreira (1929)
	Hercília Teixeira Rocha (1929; 1931; 1933-1934)
	Aurora Fernandes da Silva (1931-1932)
	Emília Figueira Rocha (1932)
	Beatriz Arnut (1933-1934; 1938-1942)
	Laurinda de Magalhães (1936)
	Alda Maia Henriques (1936)
	Palmira Helena do Carmo (1937)
	Margarida de Oliveira (1938)
	Maria Lúvia B. Ramos Lopes da Silva (1939; 1943-1945)
	Beatriz Teixeira de Magalhães (1940-1944)
	Maria Gertrudes Amarante (1945)
	Maria Lúcia Silva Rosa (1947)

Cargos	Nomes
Secretárias	Alice Martins Carneiro (1947)
Suplentes	Maria Amélia Kopke Pinto (1921)
	Guilhermina Kopke Pinto (1921)
	Domingas Lazary do Amaral (1921)
	Marta Ferreira (1922)
	Maria J. Côrte Real (1922)
	Celeste Pinto Moniz (1923)
	Luísa Gouveia Pinto (1923; 1928-1929)
	Regina Santos (1925)
	Maria do Céu Branquinho (1925-1926)
	Rolanda Figueiredo (1926)
	Aurora Fernandes da Silva (1926)
	Dinah dos Santos Lima (1927)
	Maria da Nazaré Ferraz (1927)
	Hercília Teixeira Rocha (1927-1928)
	Irene Duarte (1928-1929)
	Ema Rua (1928-1929)
Vogais	Maria da Luz Pereira e Silva (1917-1919)
	Ida Pereira e Silva (1917-1919)
	Celeste Pinto Moniz (1926)
	Cipriana Nogueira (1933-1934)
	Mariana da Assunção da Silva (1947)
	Bárbara Rosa Pereira (1947)
Adjuntas	Maria Luísa Barreto (1920)
	Marta Ferreira (1920)

* Em 1924 integraram a Assembleia Geral Vitória Pais Madeira, Maria Amália Baptista Ferreira, Berta Garção, Sara Schultz Correia, Ofélia de Carvalho Gonçalves, Regina Santos e Maria do Céu Branquinho.

Fontes: *Alma Feminina*, n.º 4, Abril de 1917; *Alma Feminina*, n.º 12, Dezembro de 1919; *Alma Feminina* n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1921; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1922; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1923; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1924; *Alma Feminina*, n.º 1, Primeiro trimestre de 1925; *Alma Feminina*, n.º 1, Primeiro trimestre de 1926; *Alma Feminina*, n.º 3, Maio e Junho de 1927; *Alma Feminina*, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1928; *Alma Feminina*, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1929; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1931; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1932; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1933, *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1934; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1936; *Alma Feminina*, n.ºs 11 e 12, Novembro e Dezembro de 1936; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1938; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1939; *Alma Feminina*, n.º 5, Outubro de 1940; *Alma Feminina*, n.º 6, Maio de 1941; *Alma Feminina*, n.º 7, Março de 1942; *Alma Feminina*, n.º 10, Agosto de 1943; *Alma Feminina*, n.º 12, Outubro de 1944; *A Mulher*, n.º 1, Dezembro de 1946.

Anexo VI

Sócias eleitas para o Conselho Fiscal do CNMP (1917 – 1947)

Cargos	Nomes
Presidentes	Percina Barros (1917-1919; 1923; 1925)
	Albertina Rua de Gamboa (1920; 1928-1929)
	Adelaide de Carvalho (1921-1922)
	Elisa Santos Lima (1926-1927)
	Amélia Trigueiros (1931)
	Cipriana Nogueira (1932)
	Palmira Bruno do Carmo (1933-1934; 1939)
	Noémia Neto Ferreira (1936-1937)
	Maria Gertrudes Amarante (1938; 1943-1944)
	Leontina Hogan (1940-1942)
	Isabel Cohen von Bonhorst (1945)
	Eufрасinda Teixeira (1946-1947)
Vice-Presidente	Maria Lívia B. Ramos Lopes da Silva (1945)
Relatorias	Aurora Fernandes da Silva (1917-1919)
	Maria João Luna Camarate (1920)
	Maria Emília Gonçalves (1923; 1925; 1932-1934)
	Celeste Pinto Moniz (1928-1929)
	Madalena Cândido (1931)
	Gabriela Salgueiro (1947)
Secretárias	Camila de Sousa Lopes (1917-1919)
	Maria Leonarda Correia (1920)
	Maria Emília Gonçalves (1922; 1936-1937)
	Etelvina Silva (1922-1923)
	Ofélia de Carvalho Gonçalves (1925)
	Alexandrina Mourato Vermelho (1936-1937)
	Maria Berta Paneiro Duarte (1947)
Vogais	Vitória Pais Madeira (1921)
	Maria Leonarda Correia (1921)
	Celeste Pinto Moniz (1926)
	Luísa Gouveia Pinto (1926)
	Ofélia de Carvalho Gonçalves (1926-1927)
	Maria da Nazaré Ferraz (1926; 1929)
	Irene Duarte (1927)
	Ema Rua (1927)
	Maria Benedita de Sá (1927-1928)
	Amélia Trigueiros (1929)
	Maria Alice Taveira Martins de Sousa (1929)
	Maria da Luz de Campos Santos (1929; 1931)
	Maria Gertrudes Amarante (1932; 1945)
	Cipriana Nogueira (1933-1934)
	Zulmira Costa (1933-1934)
	Alexandrina Mourato Vermelho (1938-1945)

Cargos	Nomes
Vogais	Maria Emília Gonçalves (1938-1942)
	Fernanda Tasso de Figueiredo (1943-1944)
	Acácia Gonçalves de Resende (1943-1944)
	Sara Schultz Correia (1945)
	Alda Maia Henriques (1945)
Suplentes	Nazaré Ferreira (1922-1923)
	Aurora Ataíde Pinheiro (1922-1923)
	Eulália Lino da Silva (1925)
	Luísa Gouveia Pinto (1925)
	Júlia Paiva (1925)
	Amélia Trigueiros (1928)
	Maria da Nazaré Ferraz (1928)
	Maria da Luz de Campos Santos (1928)

*Em 1924 integraram o Conselho Fiscal Percina Barros, Maria Emília Gonçalves, Etelvina Silva e Luísa dos Santos.

Fontes: *Alma Feminina*, n.º 4, Abril de 1917; *Alma Feminina*, n.º 12, Dezembro de 1919; *Alma Feminina* n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1921; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1922; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1923; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1924; *Alma Feminina*, n.º 1, Primeiro trimestre de 1925; *Alma Feminina*, n.º 1, Primeiro trimestre de 1926; *Alma Feminina*, n.º 3, Maio e Junho de 1927; *Alma Feminina*, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1928; *Alma Feminina*, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1929; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1931; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1932; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1933; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1934; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1936; *Alma Feminina*, n.ºs 11 e 12, Novembro e Dezembro de 1936; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1938; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1939; *Alma Feminina*, n.º 5, Outubro de 1940; *Alma Feminina*, n.º 6, Maio de 1941; *Alma Feminina*, n.º 7, Março de 1942; *Alma Feminina*, n.º 10, Agosto de 1943; *Alma Feminina*, n.º 12, Outubro de 1944; *A Mulher*, n.º 1, Dezembro de 1946.

Anexo VII

Secções do CNMP

(1917-1947)

Anos	Secções	Presidentes	Adjuntas/Secretárias	Vogais efectivas	Vogais adjuntas
1917-1927	Beneficência	Cândida de Aguiar Santos (1917-1919) Maria João Luna Camarate (1920) Maria Simões Torres (1921) Amélia Trigueiros (1922-1923) Bárbara Rosa Pereira (1924-1926) Mariana da Assunção da Silva (1927)	Maria Amélia Kopke Pinto (1920) Maria Alice Taveira Martins de Sousa (1920) Angélica Porto (1921) Mariana da Assunção da Silva (1921)	Clara Charrier (1917-1919) Ema Rua (1917-1919)	Regina do Carmo (1917-1919) Isilda Madeira (1917-1919) Maria Leonarda Correia (1917-1919)
1917-1921	Jornalística	Maria Clara Correia Alves (1917-1919) Adelaide Cabete (1920-1921)	Maria Amélia Kopke Pinto (1917-1919) Vitória Pais Madeira (1920) Cipriana Nogueira (1920-1921) Ema Rua (1921)		
1917-1920 1922-1923 1925-1926 1932-1934 1936-1937 1939-1947	Propaganda	Vitória Baptista Ribeiro Gomes (1917-1919) Maria Leonarda Correia (1920) Albertina Gamboa (1922-1923; 1925) Vitória Pais Madeira (1926) Rosa Franqueira (1932-1934)	Guilhermina Kopke Pinto (1920) Maria Luísa Barreto (1920) Aida Santos (1932-1934) Margarida de Oliveira (1932-1934; 1944)	Maria João Luna Camarate (1917-1919) Maria Luísa Barreto (1917-1919)	Otília Paiva Rua (1917-1919) Maria Alice Taveira Martins de Sousa (1917-1919)

	Propaganda	<p> Maria Alice Lamy (1936) Eugénia Ochôa (1937) Alda Maia Henriques (1939) Maria da Luz Albuquerque (1940-1942) Elina Guimarães (1943-1944) Maria Lúcia V. Namorado (1945) Cecília Simões (1946-1947) </p>	<p> Palmira Bruno do Carmo (1932; 1943) Argentina da Silva (1936-1937) Modesta Gamboa Abranches (1939) Maria do Carmo Vieira Viana (1940-1944) Octávia Mayer (1940-1943) Maria Emília Vaz Ferreira (1943) Maria da Luz Albuquerque (1943-1947) Alice Pina Lopes Boullosa (1944-1945) Maria Antónia Ornelas de Oliveira (1945) Maria Cristina de Barros Queirós (1945) Cecília Simões (1945) Gabriela Castelo Branco (1945) Alda Forjaz (1945) Maria Teresa Arriaga (1945) Hortência Neves (1945) Fernanda Tasso de Figueiredo (1945) Virgínia Lima (1945) Lucinda de Andrade (1946-1947) </p>		
--	------------	---	---	--	--

1921	Educação e Propaganda	Albertina Gamboa (1921)	Otília Paiva Rua (1921) Maria Emília Baptista Ferreira (1921)		
1922-1924 1927-1929 1931-1934	Emigração	Aurora Teixeira de Castro (1922) Rosalina Simões (1923-1924) Laura Corte Real (1927) Alexandra de Carvalho Araújo (1928-1929) Eugénia Ochôa (1931-1934)	Alexandra de Carvalho Araújo (1931) Maria Emília Gonçalves (1931) Antónia Laclaud da Silva (1932-1934)		
1922-1923 1925-1929 1931-1934	Finanças	Elisa Santos Lima (1922-1923; 1925-1927) Maria Amélia de Matos (1928-1929) Maria Leonarda Correia (1931-1934)	Mariana da Assunção da Silva (1931-1934) Bárbara Rosa Pereira (1931-1934)		
1922-1929 1931 1933-1934	Imprensa	Adelaide Cabete (1922-1929; 1931; 1933-1934)	Noémia Neto Ferreira (1931) Beatriz Teixeira de Magalhães (1931; 1933-1934) Sara Beirão (1933-1934)		
1922-1928 1932-1934	Legislação	Aurora Teixeira de Castro (1922; 1924-1925) Laura Corte Real (1923) Elina Guimarães (1926-1928; 1932-1934)	Nídia Neto Ferreira (1932-1934)		

1922-1924 1939	Biblioteca	Ema Rua (1922-1924) Margarida de Oliveira (1939)			
1922-1923 1925 1927-1929 1931-1934 1936-1945	Paz	Vitória Pais Madeira (1922) Adelaide de Carvalho (1923) Fábia Ochôa Arez (1925) Adelaide Cabete (1927) Branca de Gonta Colaço (1928-1929; 1931-1934) Isabel Cohen von Bonhorst (1936; 1938) Beatriz Arnut (1937) Filomena Vieira da Rocha (1939-1944) Cândida Madeira Pinto (1945)	Sara Beirão (1931) Adelaide de Carvalho (1931- 1934) Beatriz Arnut (1932) Sara Schultz Correia (1933- 1934) Maria Alice Lamy (1936-1937) Alda Maia Henriques (1938) Zulmira Homem de Melo (1939-1942) Maria Isabel Guerra Junqueiro (1939) Maria Filipa Franco Rodrigues (1940-1942) Maria da Luz Albuquerque (1943) Fernanda Tasso de Figueiredo (1943-1945) Cândida Madeira Pinto (1943- 1944) Fernanda Pimentel (1945) Margarida de Oliveira (1945) Flávia Marinho Alves (1945)		

1922-1929 1931-1934	Sufrágio	Fábia Ochôa Arez (1922-1924) Vitória Pais Madeira (1925) Sara Beirão (1926; 1932-1934) Aurora Teixeira de Castro (1927) Elina Guimarães (1928-1929; 1931)	Fernanda Pimentel (1931-1934) Maria Gertrudes Amarante (1931-1934)		
1922-1923 1925-1929 1931-1934	Assistência Social	Maria O' Neill (1922-1923; 1925-1929; 1931-1932) Amélia Trigueiros (1933-1934)	Maria Luísa Amaro (1931) Maria da Nazaré Ferraz (1931-1932) Maria Augusta de Oliveira (1933-1934) Beatriz Pinto (1933-1934)		
1922-1929 1931-1934 1936-1938	Moral	Angélica Porto (1922-1929; 1931-1934; 1936) Maria Lívia B. Ramos Lopes da Silva (1937) Beatriz Arnut (1938)	Amélia Trigueiros (1931-1932) Maria Rita das Dores Silva (1932-1934) Rosa Coelho Rita (1936-1937) Fernanda Pimentel (1938)		
1920 1922-1926 1931 1933-1934 1936-1945	Educação	Albertina Gamboa (1920) Deolinda Lopes Vieira (1922-1926) Teresa Leitão de Barros (1931) Beatriz Teixeira de Magalhães (1933-1934) Maria Ermelinda de Stuart Gomes (1936) Maria Lamas (1937)	Vitória Pais Madeira (1920) Beatriz Teixeira de Magalhães (1931) Deolinda Lopes Vieira (1931; 1933-1934) Laura Corte Real (1933-1934) Arminda Barbosa (1936)		

	Educação	<p>Maria Lívia B. Ramos Lopes da Silva (1938)</p> <p>Maria Rita das Dores Silva (1939)</p> <p>Maria Gertrudes Amarante (1940-1942)</p> <p>Maria da Luz Albuquerque (1943-1945)</p>	<p>Acácia Gonçalves de Resende (1937)</p> <p>Noémia Neto Ferreira (1938)</p> <p>Fernanda Pimentel (1939-1944)</p> <p>Maria Rita das Dores Silva (1940-1941)</p> <p>Adelina de Almeida (1940-1943)</p> <p>Maria da Luz de Deus (1944)</p> <p>Maria Lúcia V. Namorado (1945)</p> <p>Virgínia Lima (1945)</p> <p>Maria Teresa Arriaga (1945)</p>		
<p>1922-1929</p> <p>1931-1934</p> <p>1936-1945</p>	Higiene	<p>Branca Lopes (1922-1923)</p> <p>Adelaide Cabete (1924)</p> <p>Célia Leite (1925-1926)</p> <p>Cristina da Cunha (1927; 1929; 1936-1940; 1943; 1945)</p> <p>Eufрасinda Teixeira (1928; 1944)</p> <p>Noémia Neto Ferreira (1931-1934)</p> <p>Alice Martins Carneiro (1941)</p> <p>Carlota Múrias (1942)</p>	<p>Maria da Conceição Lopes (1931-1932)</p> <p>Cristina da Cunha (1931-1934)</p> <p>Argentina da Silva (1936-1937)</p> <p>Rosa Coelho Rita (1938-1939)</p> <p>Carlota Múrias (1940-1941; 1943)</p> <p>Laura Corte Real (1943)</p> <p>Isaura Seixas Marques (1944-1945)</p> <p>Eufрасinda Teixeira (1945)</p>		
1924	Paz e Arbitragem	Adelaide de Carvalho (1924)			

1924	Assistência e Trabalho	Maria O' Neill (1924)			
1924	Ligas de Bondade	Maria O' Neill (1924)			
1925-1926	Emigração e Imigração	Rosalina Simões (1925-1926)			
1927-1929	Educação Geral	Teresa Leitão de Barros (1927-1929)			
1927-1929	Educação Infantil	Deolinda Lopes Vieira (1927-1929)			
1932-1934 1936-1945	Arte	Maria Amélia Teixeira (1932) Abigail de Paiva Cruz (1933-1934; 1938) Branca de Gonta Colaço (1936-1937) Eduarda Lapa (1939) Alda Maia Henriques (1940-1942) Maria Lamas (1943-1944) Gabriela Castelo Branco (1945)	Palmira Patrício (1932) Abigail de Paiva Cruz (1932; 1934; 1936-1937) Maria Amélia Teixeira (1933) Ana Patrício (1933-1934) Beatriz Arnut (1934) Antónia Laclaud da Silva (1938) Maria Carolina Pereira de Melo (1939)		

	Arte		Flávia Marinho Alves (1940-1944) Alice Martins Carneiro (1941) Maria da Luz de Deus (1943-1944) Alda Maia Henriques (1943-1944) Fernanda C. Marques (1945) Beatriz Pimentel de Faro (1945) Marieta Roque da Fonseca (1945)		
1936-1938	Trabalho	Maria Gertrudes Amarante (1936-1937) Cândida Madeira Pinto (1938)	Maria Augusta de Oliveira (1936) Laurinda de Magalhães (1937) Ana Patrício (1938)		
1938-1947	Assistência	Viscondessa de Olivã (1938; 1940-1943) Maria Gertrudes Amarante (1939) Modesta Gamboa Abranches (1944) Maria Cristina de Barros Queirós (1945) Emiliana Cabrita (1946-1947)	Argentina da Silva (1938) Viscondessa de Olivã (1939; 1944-1945) Berta Seia (1939) Modesta Gamboa Abranches (1940; 1943; 1945) Palmira Bruno do Carmo (1943) Acácia Gonçalves de Resende (1945)		

	Assistência		Maria do Carmo Vieira Viana (1945) Maria Octávia Teixeira Bastos Andrea (1945) Marieta Roque da Fonseca (1946-1947) Lucinda Relvas (1946-1947)		
1938	Propaganda e Biblioteca	Margarida de Oliveira (1938)	Acácia Gonçalves de Resende (1938)		
1938-1947	Jurídica	Elina Guimarães (1938-1944; 1946-1947) Elina Guimarães (consultora jurídica – 1945)	Maria Filipa Franco Rodrigues (1938) Ilda Bulhão Pato (1939) Cândida Madeira Pinto (1940-1942) Teresa Leitão de Barros (1943) Laura Corte Real (1944)		
1939-1943	Literatura	Maria Lamas (1939-1941; 1943) Leontina Hogan (1942)	Leontina Hogan (1939-1941) Olímpia Bastos (1940-1943) Teresa Leitão de Barros (1943) Maria da Luz Albuquerque (1943) Maria da Luz de Deus (1943)		

1917-1919 1946-1947	Boletim	Maria Clara Correia Alves (directora 1917-1919) Maria Amália Neves (directora – 1946-1947)	Maria das Dores Cabrita (secretária de redacção – 1946-1947)		
------------------------	---------	---	--	--	--

* Em 1917-1919, Palmira Neves do Carmo desempenhou as funções de tesoureira da Comissão Jornalística.

Fontes: *Alma Feminina*, n.º 4, Abril de 1917; *Alma Feminina*, n.º 12, Dezembro de 1919; *Alma Feminina* n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1921; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1922; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1923; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1924; *Alma Feminina*, n.º 1, Primeiro trimestre de 1925; *Alma Feminina*, n.º 1, Primeiro trimestre de 1926; *Alma Feminina*, n.º 3, Maio e Junho de 1927; *Alma Feminina*, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1928; *Alma Feminina*, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1929; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1931; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1932; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1933, *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1934; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1936; *Alma Feminina*, n.ºs 11 e 12, Novembro e Dezembro de 1936; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1938; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1939; *Alma Feminina*, n.º 5, Outubro de 1940; *Alma Feminina*, n.º 6, Maio de 1941; *Alma Feminina*, n.º 7, Março de 1942; *Alma Feminina*, n.º 10, Agosto de 1943; *Alma Feminina*, n.º 12, Outubro de 1944; *A Mulher*, n.º 1, Dezembro de 1946.

Anexo VIII

Subscritoras do abaixo-assinado para a formação de uma delegação do CNMP em Coimbra
(1946)

Nomes	Ocupações/Profissões	Habilitações literárias
Maria da Luz Elias Casanova	Doméstica	
Celeste Teles de Oliveira	Doméstica	
Maria Judite Pinto Mendes de Abreu		Licenciada em Direito
Madalena Coelho Marques de Almeida		Licenciada em Germânicas
Maria Madalena Biscaia Farinha		Licenciada em Matemática
Maria Helena Moreira Álvares P. Loureiro	Estudante universitária	
Maria Raquel Santos Oliveira Ribeiro	Estudante	
Maria Helena Pereira Martins	Estudante	
Arménia Correia Duarte	Estudante	
Trindade Gama Matutino	Estudante	
Maria Alice Ribeiro Correia	Estudante	
Maria da Natividade Mateus das Neves	Estudante	
Maria do Céu de Jesus Santos	Estudante	
Marília Leonor Cardoso de Vasconcelos	Estudante	
Maria Alzira de Moura Pires Machado	Estudante	
Maria Celeste da Silva Tavares Pinto	Estudante	
Maria de Fátima da Silva Tavares Pinto	Estudante	
Maria Isabel de Campos Matos da Silva	Estudante universitária	
Maria Fernanda Pires Correia Mourão	Estudante universitária	
Ângela Maria da Silva Venâncio Ferrer		Licenciada em Letras
Maria do Carmo Alarcão Júdice	Doméstica	
Aurora Godinho Moreira		Licenciada em Físico- Químicas
Branca de Araújo F. de Oliveira Pegado	Doméstica	
Maria Gouveia Telo Gonçalves da Silva	Proprietária	
Maria Olívia do Nascimento Duarte	Doméstica	
Maria Helena de Quadros S. Gomes Madahil	Estudante	
Balbina da Costa Braga	Doméstica	
Maria José Osório		
Maria Luísa Isabel Braga Themido	Farmacêutica	
Lucinda Mariana Gomes Franco	Farmacêutica	
Manuela Trindade Neto	Parteira	
Guiomar Alice Figueiredo Paixão e Castro	Doméstica	
Branca de Sousa Femisa	Doméstica	
Maria Guiomar Ferreira de Abreu e Lima	Estudante	
Maria Helena de Sousa F. de Abreu e Lima	Doméstica	
Maria Manuela Ferreira de Abreu e Lima	Funcionária pública	
Maria Manuela Delgado de Oliveira	Estudante universitária	
Maria Fernanda de Albuquerque Amaral	Doméstica	

Nomes	Ocupações/Profissões	Habilitações literárias
Maria Elisa M. D. Corte-Real de C. Sá Marta		Licenciada em Direito
Guilhermina Carrajola Namorado		Diplomada com o curso da Escola Normal
Maria Martins Pereira de Sá Marta	Doméstica	
Maria Emília T. de Pina C. do Espírito Santo	Doméstica	
Maria Joana Rosendo Dias	Professora de Educação Física	
Maria Fernanda Antão Pinto Loureiro	Mestra do ensino técnico	
Carmen de Assunção Rodrigues Ribeiro Crespo	Mestra do ensino técnico profissional	
Maria Miquelina Neves Coelho	Doméstica	
Gracilda Gouveia Carneiro	Estudante	
Aldina Neve de Pinto	Estudante	
Maria Luísa F. de Sousa Andrade	Estudante	
Ernestina Baptista Miranda	Doméstica	
Maria Isabel Mallaguerra Franco	Doméstica	
Judite Rosales Marques de Almeida	Doméstica	
Odete Rosales de Almeida	Doméstica	
Adélia Rosales Marques de Almeida	Doméstica	
Adelaide de Almeida	Doméstica	
Maria Adelina de Queiroz B. Campos		
Celeste de Almeida Costa	Professora	
Maria Antónia Pereira Martinho Ferrão		Licenciada em Letras
Maria da Graça Dória Cochofel		
Maria Albina de Melo Cochofel		
Maria de Lurdes Nascimento Duarte Braga Themido	Professora de piano	
Osita Ribeiro	Estudante	
Branca Rosa Valença Marques Pinto	Estudante	
Glória Mendes dos Santos	Estudante	
Maria Augusta Campos	Estudante	
Maria Aida Fernandes Gerardo Vaz	Estudante	
Celeste Araújo Pereira e Sousa	Estudante	
Isaura de Castro César da Silva	Estudante	
Maria Adelaide Cristina da Silva	Estudante	
Áurea de Jesus Ribeiro	Estudante universitária	
Sofia de Jesus Ribeiro	Doméstica	
Beatriz Mendes Arnaut de Almeida		
Adelaide Ramos Pamplona		
Maria Fernanda Ramos Pamplona		
Sofia Amélia Zato Baptista de Ornelas		
Maria Manuela Ramos Pamplona		
Celeste da Cruz David dos Reis e Cunha		
Maria de Lurdes Reis e Cunha		
Esmeralda Braancamp Mancelos da Silva	Estudante	
Alice de Quadros Figueiredo	Estudante	
Maria José Osório dos Santos Carvalheira	Estudante	
Armanda Fernandes Ferreira da Costa	Doméstica	

Nomes	Ocupações/Profissões	Habilitações literárias
Maria do Carmo Canelas de Castro Duarte		
Maria A. C. de Campos		
Maria Fernanda Rocha de Moraes		
Amália Santiago da Silva Soares		
Maria Augusta Cancela de Amorim	Professora liceal	
Luciana Navarro Duarte Pedro		
Julietta Ribeiro de Carvalho	Professora do ensino particular	
Maria de Lurdes Castro Lopes Duarte Pedro		
Maria Luísa Nogueira Sêco		Licenciada em Letras
Maria Virgínia Nogueira Sêco		Licenciada em Matemática
Maria Luísa Vieira Martins		Licenciada em Germânicas
Maria Isabel Vieira Martins	Estudante	
Maria Quadros de Moraes Sarmento		Licenciada em Físico-Químicas
Maria José de Sousa Varanda		Licenciada em Germânicas
Maria Irene Fernandes Vaz		Licenciada em Ciências
Maria Isabel Beato Deniz Jacinto	Doméstica	
Alzira Bouchet Gomes Simões		Licenciada em Matemática
Maria José Vitorino Namorado		Licenciada em Filosóficas
Maria Delfina de Cunha Borges		Licenciada em Germânicas
Maria da Anunciação Almeida Oliveira	Estudante	
Angelina Vaz Moraes	Estudante universitária	
Matilde C. de Seixas Nogueira de Lemos	Doméstica	
Maria Benedita Albuquerque	Doméstica	
Maria da Natividade Pinheiro Correia	Doméstica	
Margarida de Vasconcelos Martins Férrin	Doméstica	
Maria da Anunciação Trindade Pinharanda		
Maria Rita Trindade Pinharanda	Doméstica	
Maria Isabel Trindade Pinharanda	Doméstica	
Maria Margarida de Bulhões Magalhães Mexia Salazar		
Maria José Horta e Costa Henriques		
Inoi Aires de Andrade	Doméstica	

Fonte: *Alma Feminina*, n.º 15, Maio de 1946.

Anexo IX

Subscritoras do abaixo-assinado para a formação de uma delegação do CNMP na Figueira da Foz (1946)

Nomes	Profissões/Ocupações
Celeste Pereira Harrisson	Poetisa
Cesaltina Benguela Carrapiço Vasco	
Dulce Coelho Costa Redondo	
Maria C. Esteves	
Maria Celinda Dias Carvalheiro	
Maria do Carmo Costa	Professora de Inglês
Maria Eugénia Cruz	
Maria Fernanda das Neves	Estudante universitária
Maria Hermínia Miranda Macário	
Maria Isabel Marques de Andrade Salgado	
Maria Madalena Nogueira e Silva	
Maria Regina Dias Carvalheiro	
Maria Rosa dos Santos	
Natividade Pinheiro	

Fonte: Zília Osório de Castro e João Esteves (dir.), *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Anexo X
Cartão de sócia do CNMP (1946)

E/28/cx.26

**Conselho Nacional das
Mulheres Portuguesas**

Instituição de protecção
moral à mulher e à criança

Alcanc. registado sob o N.º 92
3.ª repartição - N.º 25 em 27-1-44

CARTÃO DE IDENTIDADE N.º _____

Ex.ª Sr.ª _____


PRESIDENTE

Lisboa, _____ *de* _____ *de 194* _____

Artigo 6.º dos Estatutos:
Perde-se a qualidade de sócio:
a) por falta de pagamento de quotas durante três meses;
b) por motivos que o Conselho considere graves.

Assinatura da portadora

Aprovado pelo Ministério do Interior
Modelo A — Portaria N.º 10.905 — Registo N.º 205
«Diário do Governo» N.º 231 de 8 de Dezembro de 1943



ACPC — BN, Espólio Maria Lamas, E/28, 2.28, cx.26.

Anexo XI

Sócias proponentes e propostas (1929-1944)

Anos	Sócias proponentes	Sócias propostas
1929	Elina Guimarães	Carmen Marques
		Carolina Otélia Duarte Gomes
	Adelaide Cabete	Matilde Pereira
	Maria Rita das Dores Silva	Maria Lúcia da Glória Silva
1930	Adelaide Cabete	Angélica de Oliveira Barroso
		Ilda Cunha
		Maria Gabriela Costa Gomes
		Sara Loureiro Pinto Leite
	Ilda Castro	Maria Emília Fonseca Esmeriz Nobre
	Amélia Trigueiros	Maria da Glória Hilário Ramos
		Maria Irene Zuzarte
1931	Elina Guimarães	Celeste da Conceição Marques
		Abigail de Paiva Cruz
		Ana Patrício
		Beatriz Arnut Baptista
		Emília dos Santos Braga
		Ilda Rodrigues
		Justa do Nascimento
		Margarida de Oliveira
		Maria Amélia Teixeira
		Maria Ermelinda de Stuart Gomes
		Maria Magna de Carvalho Costa
		Maria Valadares
		Modesta de Gamboa Abranches e Silvs
		Palmira Bruno do Carmo
		Rosa Franqueira
	Sara Beirão	Zulmira Azevedo Costa
		Irene Leão Guerra Baltazar
		Guilhermina B. Sousa Gouveia
		Maria Amélia Manso
		Palmira de Sousa Coutinho
		Maria Aida de Oliveira Santos
		Maria do Carmo Nobre da Cunha Abreu Peixoto
		Antónia Lima Brito
		Maria Genoveva Lopes Cardoso
		Vicência Pereira de Vasconcelos
	Amélia Trigueiros	Antónia Sá Osório de Andrade
		Maria Teresa Sá Osório de Andrade
	Maria O' Neill	Maria José de Carvalho
	Zulmira Azevedo Costa	Bebiana Rocha Freitas
	Rosa Franqueira	Acácia Gonçalves de Resende
	Beatriz Arnut	Júlia Alves
	Maria da Luz Santos	Maria Augusta Vaz
		Branca Dias Costa
	Maria Valadares	Ema Dias Costa
	Margarida de Oliveira	Sara de Vasconcelos
	Maria Rita das Dores Silva	
	Maria Emília Gonçalves	
	Beatriz de Magalhães	
1932	Sara Beirão	

Anos	Sócias proponentes	Sócias propostas
1932	Sara Beirão	Alda Maia Henriques
		Carlota Múrias
	Beatriz Arnut	Bernardina Velez Faria Pereira
	Adelaide Cabete	Adelaide Ivone de Sousa Marrocos
	Maria Baldemero Blanco Macias	Jovita Alvarez Luizelo Godinho
	Carlota Múrias	Fernanda de Sousa Carvalho
	Margarida de Oliveira	Dilar Ribeiro da Cunha
		Olívia Peralta
1933	Elina Guimarães	Maria do Carmo de Lima Bandeira Ferreira
	Sara Beirão	Emília Dias
		Fernanda da Silva Loureiro
	Margarida de Oliveira	Ermelinda da Conceição Viegas Pimentel de Carvalho
		Irene Pinto de Oliveira
	Fernanda Loureiro	Rosa Coelho Rita
1934	Maria do Carmo de Lima B. Ferreira	Maria Georgina da Costa Correia
	Sara Beirão	Cândida Florinda Ferreira
	Margarida de Oliveira	Clarisse Costa
1938	Maria do Carmo Vieira Viana	Maria da Glória Vieira Duarte
		Amélia Gondeiro
		Elisa Augusta da Cruz Dias
		Euridice Maria Bernadete Pinheiro Sobral
		Maria Augusta Cruz Viana
		Maria da Conceição Fernandes Portela
		Maria de Jesus Fernandes Araújo
		Maria Rosa Dias Sárria
1939	Leontina Hogan	Natividade Fernandes Araújo
		Benvinda de Almada Cabral
		Octávia Fuschini de Lima Mayer
	Sara Beirão	Domingas Barreira
		Maria da Luz Albuquerque
		Maria das Dores de Castro Ferreira Alves
		Maria Eduarda Lapa de Sousa Caldeira
		Marinha Alice Correia de Sá
	Maria do Carmo Vieira Viana	Alzira de Castro Rebelo de Sousa
		Rita Luísa de Matos Sara
1940	Maria da Luz Albuquerque	Adelaide Valente de Almeida
		Aida da Cruz Amorim
		Albertina Luísa Ribeiro
		Alice de Pinho Marques
		Alzira Brandão Neves
		Alzira Correia Marques
		Angelina Lopes de Aguiar
		Aurora Pereira
		Bárbara Winkler F. Marques
		Beatriz Alves Dias
		Beatriz Santos
		Brígida dos S. Soares de Sá
		Cândida Amorim
		Carmen de Jesus Alves
		Carmina Gonçalves de Albuquerque
		Carolina de Oliveira
		Dormélia Jorge Santos

Anos	Sócias proponentes	Sócias propostas
1940	Maria da Luz Albuquerque	Elvira Maia de Andrade
		Emília Ramos Saraiva
		Etelvina Lemos de Araújo
		Fernanda M. Regal de Castro
		Idalina de Oliveira Quinta
		Isaura Vaz Ferreira de Andrade
		Judite Fernandes de Brito
		Júlia Campos Lima
		Júlia Moreira da Costa
		Leopoldina Ramos Saraiva
		Liberata da Silva Fonseca
		Lídia Carneiro Silva
		Lígia Fernanda Mata e Albuquerque
		Lígia Pires de Lima Lamoso
		Lucinda Brandão
		Marcela Carneiro de Andrade
		Margarida Alice Coelho dos Santos
		Maria Albertina Fernandes de Brito
		Maria Arlete Gonçalves da Cunha
		Maria Augusta Formozinho Vaz de Oliveira
		Maria Claudina Fonseca Figueiredo
		Maria da Conceição Magalhães
		Maria da Luz
		Maria do Carmo Campos
		Maria do Céu de Oliveira Almeida
		Maria do Céu Regal de Castro
		Maria Emília de Abreu Vaz Ferreira
		Maria Emília Toscano Coimbra
		Maria Jorge Gonçalves
		Maria José Brandão Neves
		Maria José de Oliveira
		Maria José Vilanova
		Maria Julieta Aguiar Neves
		Maria Luísa Carelhas
		Maria Luísa dos S. Soares de Sá
		Olga Brandão
		Palmira Ramos Saraiva
		Regina Celeste de O. Quinta
		Umetília Olga da Cruz
		Zélia Maria Ferreira Palma
1941	Maria do Carmo Vieira Viana	Alda Martins Branco Cabral
		Arlete Augusta Gonçalves
		Carolina Brilhante Paiva
		Genoveva Rita Torres
		Maria da Graça Lopes de Mendonça Barros Pereira
	Maria da Luz Albuquerque	Maria Ângela Carneiro
1942	Maria da Luz Albuquerque	Júlia Gomes de Lima Ferreira
		Teresa de Albuquerque
		Violette Teixeira Cardoso
1943	Maria da Luz Albuquerque	Cacilda Cabral de Campos Gonzaga
		Clara Maria Cristo da Silva e Rosa
		Ema Pinto

Anos	Sócias proponentes	Sócias propostas
1944	Fernanda Tasso de Figueiredo	Alda Forjaz
		Alice Pina Lopes Boullosa
		Fernanda C. Marques
		Hermínia Lacombe
		Judite Tasso de Figueiredo Couceiro Albuquerque
		Julieta Soares Ferreira e Sousa
		Maria da Assunção Lobo de Lacerda Melo Fogaça
		Maria da Conceição Ferreira Carvalho
		Maria de Lurdes Nunes de Noronha
		Maria Helena Moreira Rato Morais David
		Marieta Roque da Fonseca
		Noémia Caldeira Ribeiro Matos Neves
		Tomázia Vaz Serra
	Maria da Luz Albuquerque	Maria Augusta Bragadas
	Zoé Grabit Pereira	Maria da Conceição Ferreira Carrilho

Fonte: *Alma Feminina*, n.º 4, Julho e Agosto de 1929; *Alma Feminina*, n.ºs 1 e 2, 7 e 8, 9 e 10, Janeiro e Fevereiro, Julho e Agosto, Setembro e Outubro de 1930; *Alma Feminina*, n.ºs 1 a 10, Janeiro a Outubro de 1931; *Alma Feminina*, n.ºs 1 a 12, Janeiro a Dezembro de 1932; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, 5 e 6, 7 e 8, 9 a 12, Março e Abril, Maio e Junho, Julho e Agosto, Setembro a Dezembro de 1933; *Alma Feminina*, n.ºs 5 e 6, Maio e Junho de 1934; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1938; *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4, Março e Abril de 1939; *Alma Feminina*, n.º 5, Outubro de 1940; *Alma Feminina*, n.º 6, Maio de 1941; *Alma Feminina*, n.º 7, Março de 1942; *Alma Feminina*, n.º 9, Abril de 1943; *Alma Feminina*, n.º 11, Março de 1944.

Anexo XII
Circular para angariação de sócias

CONSELHO NACIONAL
DAS
MULHERES PORTUGUEZAS
Associação feminista, fundada em 1914
e federada no
INTERNATIONAL COUNCIL OF WOMEN
Sede social:
Praça dos Restauradores, 13, 2.^o
LISBOA

Ex.^{ma} Senhora

Em 1914, um grupo de mulheres fundou em Portugal, com sede em Lisboa, uma associação de propaganda feminista á qual deu o nome de **Conselho Nacional das Mulheres Portuguezas** e que se encontra federada no *International Council of Women*, vasta organização feminista mundial.

A defesa de todos os principios que interessam a causa da mulher tem sido feita nestes ~~14~~ anos de existencia, quer por meio de conferencias quer por meio da revista **Alma Feminina**, órgão da nossa colectividade e unica que se publica em Portugal, e de que enviamos um exemplar para apreciação.

O avanço sempre crescente das ideias feministas no estrangeiro, tem sido devidamente posto em fôco pelo nosso órgão no patriotico intuito de bem informar as suas leitoras.

Bastaria que cada uma das nossas associadas propozesse pelo menos uma aderente para se duplicar o numero das sócias do **Conselho Nacional das Mulheres Portuguezas** com a maior das facilidades.

Estamos certas no bom exito deste nosso pedido.

De V. Ex.^{cia}

Att.^{as} Ven.^{ras}

A Direcção

Anexo XIII

Sócias auto-propostas (1938 -1945)

Anos	Nomes	Localidades
1938	Alice de Oliveira Horta Santos	
	Arminda Homem de Melo	
	Berta Seia	
	Catilina de Deus Paiva	
	Filomena Vieira da Rocha	
	Ilda Adelina Jorge de Bulhão Pato	
	Irene do Carmo	
	Isabel Paiva	Albufeira
	Ivone Marques	
	Leontina Hogan	
	Maria Carolina Alves de Carvalho Pereira de Melo	
	Maria Isabel Guerra Junqueiro Mesquita de Carvalho	
	Maria Olinda Cortegaça Alves	
	Maria Rita das Dores Silva	
	Mary Frances Rice de Moura	
	Zulmira Homem de Melo	
1943	Raquel Sara da Conceição Vasconcelos	
1944	Maria Antónia Ornelas de Oliveira	
	Maria Gabriela de Azevedo Castelo Branco	
	Maria Octávia Teixeira Bastos Andrea	
	Senhora de Barros Durães	
1945	Adelaide Bramão	Lisboa
	Adelaide Pires Frade	Monte Estoril
	Adélia Passos de Carvalho Matos Beja	Lisboa
	Alexandrina Rodrigues Simas	Almada
	Alexandrina Rodrigues Simões	Lisboa
	Alice Ogando Costa de Oliveira Brun	Lisboa
	Alice Pereira	Lisboa
	Alzira Gomes	Lisboa
	Amélia Piloto César	Lisboa
	Ana de Sousa Dias Goulão	Coimbra
	Anália Torres	
	Armanda de Sousa Narciso	Lisboa
	Arminda Gonçalves	Lisboa
	Avelina Fernandes	Lisboa
	Berta Rosa Limpo	
	Cândida Anselmo	Lisboa
	Carmen Dolores	
	Carolina da Silva Marques Ayala	
	Consuelo Bigas Belo	
	Deolinda Lopes Vieira Pinto Quartin	
	Doroteia Bettencourt Pimenta	
	Elvira de Freitas	Lisboa

Anos	Nomes	Localidades
1945	Elza Matos Dias Antunes	Lisboa
	Emília Gaudêncio	Lisboa
	Ester da Rocha Calixto	Lisboa
	Ester de Passos Águas	Lisboa
	Etelvina Lopes de Almeida	Lisboa
	Fernanda Augusta Alves Vera Cardoso	Loures
	Helena Burguete de Avilez	Lisboa
	Henriqueta de Paula Pereira	Lisboa
	Hortência Drago Neves de Sousa	
	Ida Pereira e Silva	Lisboa
	Ilda Carneiro	Lisboa
	Ilda Felgueiras	Lisboa
	Irene de Portugal Durão Cid de Carvalho Leitão	
	Irene Guimarães	Lisboa
	Ivone Guimarães Cardoso	Lisboa
	Ivone Neves Prescott	Lisboa
	Joana Correia da Mota	Lisboa
	Josefa de Passos Pinto	Ribaldeira-Torres Vedras
	Josefina Gaudêncio Simões	Lisboa
	Judite Maggiolly Serra Ribeiro	Lisboa
	Júlia Anacion	
	Julieta Bárbara Ferrão	Lisboa
	Laura Meneses Alves dos Santos	Lisboa
	Leonilde Pinto Faria Ferreira	Lisboa
	Lucinda de Andrade	Lisboa
	Lucinda Relvas	Lisboa
	Manuela de Melo Freitas	Coimbra
	Maria Alice Mendes	Lisboa
	Maria Alice Morgado Miranda	Lisboa
	Maria Amália Marques	Lisboa
	Maria Amélia Raposo de Oliveira	Lisboa
	Maria Ana Marchial Franco	Lisboa
	Maria Ângela Montenegro Miguel	Lisboa
	Maria Antónia Viana Baptista	
	Maria Augusta Peres Fernandes	Lisboa
	Maria Augusta Serra	
	Maria Beatriz Pimentel de Faro	
	Maria Clementina Maia	Lisboa
	Maria Cristina de Sousa de Barros Queirós	
	Maria da Ascensão Louro	Lisboa
	Maria da Conceição Almeida Neto	Lisboa
	Maria da Conceição de Sousa Brandão	Coimbra
	Maria da Conceição Gaudêncio Soares	Lisboa
	Maria da Glória Passos Pinto Monteiro	Lisboa
	Maria das Mercês Amaral	Lisboa
	Maria de Lurdes de Santa Clara	Lisboa
	Maria de Lurdes Pimentel	Lisboa
	Maria do Carmo Azancot	Lisboa
	Maria Elisa Antunes	Lisboa

Anos	Nomes	Localidades
1945	Maria Elisa Suzette de Almeida Relvas	Lisboa
	Maria Emília Cordeiro Ferreira	Lisboa
	Maria Emília Figueiredo	Lisboa
	Maria Eugénia Cruz Ferreira	Ribaldeira-Torres Vedras
	Maria Eulália Duarte Leite Fernandes Costa	Lisboa
	Maria Evelina Aguiar Bustorff	Lisboa
	Maria Fernanda Corte-Real Graça e Silva	Lisboa
	Maria Ferrie Carvalho Conte	Lisboa
	Maria Gabriela Ferrão	Lisboa
	Maria Helena Baeta D. Neves	
	Maria Helena Costa Andrade	Lisboa
	Maria Helena Nogueira	Lisboa
	Maria Isabel Branca de Sousa	Lisboa
	Maria José de Sousa Narciso	Lisboa
	Maria José Oliveira de Albuquerque	Lisboa
	Maria Júlia Poppe Lopes Cardoso	Lisboa
	Maria Letícia Clemente da Silva	Lisboa
	Maria Luísa Campos Barbosa	Lisboa
	Maria Luísa Chaves de Faro Viana	Lisboa
	Maria Luísa Serrão de Faria	Lisboa
	Maria Natália Monteiro Freire	Coimbra
	Maria Teresa Amado Neves	Lisboa
	Maria Teresa Arriaga	
	Maria Teresa Cruz Ferreira Pinto	Ribaldeira-Torres Vedras
	Maria Teresa Furtado Dias	Lisboa
	Marisabel Xavier de Fogaça	Lisboa
	Matilde Lehmann Taveira	Lisboa
	Matilde Taveira Santos	Lisboa
	Miquelina Alfena	Coimbra
	Natália Dreque de Moraes	Lisboa
	Natércia Drago Neves	
	Olívia Mascarenhas Pinto	Atalaia de Cima-Lourinhã
	Olívia Pimentel Lacombe	Lisboa
	Palmira Ribeiro	
	Regina de Faro Viana	Lisboa
	Rogéria Henriques Pinheiro	Lisboa
	Rosalina Passos	Lisboa
	Ruth Arons	Oeiras
	Sara Augusta de Lima Abreu Pinto Coelho	Lourenço Marques
	Satiza de Sousa Delgado	Olhão
	Sofia Sampaio Ramos	Lisboa
	Stella Fiadeiro	
	Susana César	Lisboa
	Teresa Mourão Ferreira	Lisboa
	Vera Bordalo Pinheiro	Lisboa

Fonte: *Alma Feminina*, n.º 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1938; *Alma Feminina*, n.º 10, Agosto de 1943; *Alma Feminina*, n.º 12, Outubro de 1944; *Alma Feminina*, n.º 13, Março de 1945; *Alma Feminina*, n.º 14, Novembro de 1945.

Anexo XIV
Sócias identificadas do CNMP (1914-1947)

Nomes	Nomes
A. Enea de Sousa	Alzira Boavida
Abigail de Paiva Cruz	Alzira Bouchet Gomes Simões
Acácia de Carvalho Gonçalves de Resende	Alzira Brandão Neves
Adelaide Bramão	Alzira Correia Marques
Adelaide de Almeida	Alzira de Castro Rebelo de Sousa
Adelaide de Jesus Damas Brazão e Cabete	Alzira Gomes
Adelaide Ferreira de Carvalho	Amália Magalhães Pedroso
Adelaide Gomes Santos	Amália Santiago da Silva Soares
Adelaide Ivone de Sousa Marrocos	Amélia Gondeiro
Adelaide Lopes da Silva	Amélia Grácio
Adelaide Perestrelo	Amélia Malheiro de Aguiar
Adelaide Pires Frade	Amélia Piloto César
Adelaide Ramos Pamplona	Amélia Rodrigues Bento
Adelaide Valente de Almeida	Amélia Trigueiros de Sampaio
Adélia Passos de Carvalho Matos Beja	América Dulce Freitas Ferreira
Adélia Rosales Marques de Almeida	Ana das Neves Patrício Álvares
Adelina de Almeida	Ana de Sousa Dias Goulão
Aida da Cruz Amorim	Ana Maria Ribeiro da Silva
Aida David e Silva	Ana Peres de Féria
Aida Monteiro Caldeira	Ana Rosa da Piedade
Albertina Luísa Ribeiro	Ana Rosa Gonçalves
Albertina Olinda Paiva Rua de Gamboa	Anália Niny Pereira Cardoso Torres
Albertina Soares	Ângela Maria da Silva Venâncio Ferrer
Alda Forjaz	Angélica Cristina Irene L. Viana Porto
Alda Maia Henriques	Angélica de Oliveira Barroso
Alda Martins Branco Cabral	Angelina Lopes de Aguiar
Aldina Neve de Pinto	Angelina Vaz Moraes
Alexandra de Carvalho Araújo	Antónia Laclaud Gonçalves da Silva
Alexandrina Maravilha Cunha	Antónia Lima Brito
Alexandrina Rodrigues Simas	Antónia Sá Osório de Andrade
Alexandrina Rodrigues Simões	Argentina C. Ferraz
Alice Brito	Argentina da Silva
Alice de Oliveira Horta Santos	Arlete Augusta Gonçalves
Alice de Pinho Marques	Armanda de Sousa Narciso
Alice de Quadros Figueiredo	Armanda Fernandes Ferreira da Costa
Alice Ferreira Nunes	Arménia Correia Duarte
Alice Maia Magalhães	Arminda Barbosa
Alice Martins Carneiro	Arminda Falé de Almeida
Alice Nery Faria Cardoso	Arminda Gonçalves
Alice Ogando Costa de Oliveira Brun	Arminda Homem de Melo
Alice P. Gomes	Áurea de Jesus Ribeiro
Alice Pereira	Áurea Judite do Amaral
Alice Pina Lopes Boullosa	Aurora Ataíde Pinheiro
Alice Sequeira Martins	Aurora F. L. Serrão
Almerinda Correia	Aurora Fernandes da Silva
Alzira Augusta de Lourdes Pinto Vieira	Aurora Godinho Moreira

Nomes	Nomes
Aurora Pereira	Carolina W. Michaelis de Vasconcelos
Aurora Soares da Silva	Catilina de Deus Paiva
Aurora Teixeira de Castro	Cecília Simões
Avelina Fernandes	Celeste Araújo Pereira e Sousa
Balbina da Costa Braga	Celeste da Conceição Marques
Bárbara Rosa de Carvalho Pereira	Celeste da Cruz David dos Reis e Cunha
Bárbara Winkler F. Marques	Celeste de Almeida Costa
Beatriz Alves Dias	Celeste Pereira Harrisson
Beatriz de Jesus Arnut Baptista	Celeste Regina Pinto Moniz
Beatriz Mendes Arnaut de Almeida	Celeste Teles de Oliveira
Beatriz Pinto	Célia de Almeida Leite
Beatriz Santos	Cesaltina Benguela Carrapiço Vasco
Beatriz Teixeira de Magalhães	Cesária Santos
Bebiana Rocha Freitas	Cipriana Nogueira
Benvinda de Almada Cabral	Clara Charrier
Benvinda Martins de Caíres	Clara G. Correia
Benvinda Soares Martins	Clara Maria Cristo da Silva e Rosa
Bernardina Velez Faria Pereira	Clarisse Costa
Berta David	Clarisse de Almeida
Berta Rosa Limpo	Clarisse do Rosário
Berta Santos Garção	Claudina de Almeida
Berta Seia	Claudina Gaudêncio
Branca Braga de Macedo	Clélia Ribeiro Varanda Vital
Branca de Araújo F. de Oliveira Pegado	Consuelo Bigas Belo
Branca de Sousa Femisa	Cristina Campos
Branca Dias Costa	Cristina da Cunha
Branca Eva de Gonta S. Ribeiro Colaço	Dália da Conceição Faro de Gouveia
Branca Lopes	Dalila Roque Soares
Branca Nunes	Delfina do Nascimento Correia Santos Serrão
Branca Rosa Valença Marques Pinto	Deolinda de Jesus Pinheiros
Brígida dos S. Soares de Sá	Deolinda Lopes Vieira Pinto Martin
Broglie Couterie Tean de Pange	Deolinda Ribeiro da Silva
Cacilda Cabral de Campos Gonzaga	Deolinda Santos
Caetana Eduarda de Campos Almeida	Dilar Ribeiro da Cunha
Camila de Sousa Lopes	Dília de Barros da Costa
Cândida Amorim	Dinah dos Santos Lima
Cândida Anselmo	Domicília Xavier
Cândida de Aguilar Santos	Domingas Barreira
Cândida de Sousa Madeira Pinto	Domingas Lazary do Amaral
Cândida Florinda Ferreira	Dormélia Jorge Santos
Cândida Gaspar Caraça	Doroteia Bettencourt Pimenta
Carlota Múrias	Dulce Barroso de Moraes e Castro
Carmen de Assunção R. Ribeiro Crespo	Dulce Castro
Carmen de Jesus Alves	Dulce Coelho Costa Redondo
Carmen Dolores	Dulce Leote da Silva
Carmen Marques	Edite Soares Dias
Carmen Montenegro dos Santos	Elina Júlia C. P. Guimarães da Palma Carlos
Carmina Gonçalves de Albuquerque	Elisa Augusta da Cruz Dias
Carolina Brilhante Paiva	Elisa da Conceição Santos Lima
Carolina da Silva Marques Ayala	Elisa da Visitação Lagos
Carolina de Oliveira	Elisa Isabel dos Santos
Carolina Otélia Duarte Gomes	Elisa Rosa Pimentel de Moraes Pereira

Nomes	Nomes
Elisabete Thuieil	Gabriela de Oliveira Vitorino
Elvira da Conceição Zacarias	Gabriela Pereira
Elvira de Freitas	Gabriela Reis de Oliveira
Elvira Maia de Andrade	Gabriela Salgueiro
Elza Matos Dias Antunes	Genoveva Rita Torres
Ema Barreiros	Georgina Augusta Gomes Monteiro
Ema C. S. Caldeira Câmara	Georgina Monteiro Pinto
Ema Camila de Paiva Rua	Glicínia Vieira Quartín
Ema Dias Costa	Glória Mendes dos Santos
Ema Machado da Cruz	Gracilda Gouveia Carneiro
Ema Pinto	Guilhermina B. Sousa Gouveia
Emília Adelaide dos Santos Braga	Guilhermina Carrajola Namorado
Emília da Piedade C. T. L. de Sousa Costa	Guilhermina da Luz Santos Beirão
Emília de Araújo Pereira	Guilhermina Kopke Pinto
Emília Dias	Guiomar Alice Figueiredo Paixão e Castro
Emília Figueira Rocha	Helena Burguete de Avilez
Emília Gaudêncio	Helena Mourato Vermelho
Emília Ramos Saraiva	Henriqueta de Paula Pereira
Emília Rosa	Hercília Teixeira Rocha
Emília Silva	Hermínia Lacombe
Emiliana Cabrita	Hortência Drago Neves de Sousa
Ermelinda da Conceição V. P. de Carvalho	Hortense da Silva Neto
Ermelinda Mascarenhas	Hortense de Almeida
Ermelinda Melo Casimiro Penedo	Ida Pereira e Silva
Ernestina Baptista Miranda	Idalina de Oliveira Quinta
Esmeralda Braancamp Mancelos da Silva	Idalina Maia
Ester da Rocha Calixto	Ilda Adelina Jorge de Bulhão Pato
Ester de Passos Águas	Ilda Avelar Ferrão
Ester Vital	Ilda Carneiro
Etelvina de Jesus Magalhães	Ilda Castro
Etelvina Lemos de Araújo	Ilda Craveiro Simões Ribeiro
Etelvina Lopes de Almeida	Ilda Cunha
Etelvina Silva	Ilda Felgueiras
Eufрасinda Guedes Teixeira	Ilda Pinto de Lima
Eugénia da Gama Ochôa	Ilda Rodrigues
Eugénia Ferreira de Sousa	Ioni Aires de Andrade
Eulália Lino da Silva	Irene de Portugal Durão C. de Carvalho Leitão
Eunice Silva Lyon de Castro	Irene do Carmo
Euridice Maria Bernardete Pinheiro Sobral	Irene Ernestina Miranda Duarte
Fábia Ochôa Arez	Irene Guimarães
Fernanda Almeida	Irene Leão Guerra Baltazar
Fernanda Augusta Alves Vera Cardoso	Irene Pinto de Oliveira
Fernanda C. Marques	Isabel Cohen von Bonhorst
Fernanda da Silva Loureiro	Isabel Paiva
Fernanda de Pinho Ferreira Pimentel	Isabel Pires
Fernanda de Sousa Carvalho	Isaura de Castro César da Silva
Fernanda M. Regal de Castro	Isaura Seixas Marques
Fernanda Tasso de Figueiredo	Isaura Vaz Ferreira de Andrade
Filomena Honorina da Costa	Isilda Madeira
Filomena Vieira da Rocha	Ivone de Carvalho
Flávia Marinho Alves	Ivone Costa Alegre

Nomes	Nomes
Ivone Guimarães Cardoso	Lucinda Mariana Gomes Franco
Ivone Marques	Lucinda Relvas
Ivone Neves Prescott	Luísa dos Santos
Joana Correia da Mota	Luísa Gouveia Pinto
Josefa de Passos Pinto	Luzia Godina
Josefina Gaudêncio Simões	Madalena Coelho Marques de Almeida
Josefina Gusmão	Mafalda da Silva
Josefina Ribeiro	Manuela de Melo Freitas
Jovita Alvarez Luizelo Godinho	Manuela Porto Araújo Pereira
Judite Fernandes de Brito	Manuela Silva
Judite Maggiolly Serra Ribeiro	Manuela Trindade Neto
Judite Rosales Marques de Almeida	Manuela Veres
Judite Sara Pereira e Silva Melo Vieira	Marcela Carneiro de Andrade
Judite Tasso de Figueiredo C. Albuquerque	Margarida Alice Coelho dos Santos
Júlia Alves	Margarida de Oliveira
Júlia Anacion	Margarida de Vasconcelos Martins Férrin
Júlia Antunes Franco	Margarida Pimenta
Júlia Augusta Nogueira	Margarida Ribeiro
Júlia Campos Lima	Margarida Salaviza
Júlia da Costa Pereira	Maria A. C. de Campos
Júlia Gomes de Lima Ferreira	Maria Adelaide Cristina da Silva
Júlia Moreira da Costa	Maria Adelaide Paneiro Taborda Duarte
Júlia Paiva	Maria Adelina de Queiroz B. Campos
Júlia Santos	Maria Aida de Oliveira Santos
Júlia Villa Nova	Maria Aida Fernandes Gerardo Vaz
Julieta Bárbara Ferrão	Maria Albertina Fernandes de Brito
Julieta de Carvalho	Maria Albina de Melo Cochofel
Julieta Ribeiro de Carvalho	Maria Alda Barbosa Nogueira
Julieta Soares Ferreira e Sousa	Maria Alexandrina Mourato Vermelho
Justa do Nascimento	Maria Alice C. Franco
Justa Mendes	Maria Alice Jorge
Laura de Almeida Leite	Maria Alice Lamy
Laura de Castro Corte Real	Maria Alice Marques dos Santos
Laura Ferreira Borga	Maria Alice Mendes
Laura Meneses Alves dos Santos	Maria Alice Morgado Miranda
Laura Santos Piteira	Maria Alice Ribeiro Correia
Laurinda de Magalhães	Maria Alice Santos
Leonarda Paiva Martins	Maria Alice Silva Coelho
Leonilde Pinto Faria Ferreira	Maria Alice Taveira Martins de Sousa
Leontina Hogan	Maria Alzira de Moura Pires Machado
Leopoldina Ramos Saraiva	Maria Alzira Silva
Liberata da Silva Fonseca	Maria Amália Amado Neves
Lídia Carneiro Silva	Maria Amália Baptista Ferreira
Lídia Correia Serras Pereira	Maria Amália Faria Neves
Lígia Fernanda Mata e Albuquerque	Maria Amália Harberts Borges
Lígia Pires de Lima Lamoso	Maria Amália Lobo Gomes
Lúcia da Silva	Maria Amália Marques
Luciana Ferro Santos	Maria Amália Neves
Luciana Navarro Duarte Pedro	Maria Amélia Dores Costa
Lucília Grima Rodrigues	Maria Amélia Kopke Pinto
Lucinda Brandão	Maria Amélia Manso
Lucinda de Andrade	Maria Amélia Raposo de Oliveira

Nomes	Nomes
Maria Amélia Teixeira	Maria da Conceição de Sousa Brandão
Maria Amélia Teixeira de Matos	Maria da Conceição Fernandes Portela
Maria Ana Marchial Franco	Maria da Conceição Ferreira Carrilho
Maria Ângela Carneiro	Maria da Conceição Ferreira Carvalho
Maria Ângela Montenegro Miguel	Maria da Conceição Fonseca Severino
Maria Antónia Maldonado Freitas	Maria da Conceição Gaudêncio Soares
Maria Antónia Ornelas de Oliveira	Maria da Conceição O' Neill
Maria Antónia Pereira Martinho Ferrão	Maria da Conceição Lopes
Maria Antónia Pulido Valente	Maria da Conceição Magalhães
Maria Antónia Viana Baptista	Maria da Conceição Martins
Maria Antonieta de Melo Relvas	Maria da Conceição Vassalo e Silva C. Lamas
Maria Arlete Gonçalves da Cunha	Maria da Glória Hilário Ramos
Maria Augusta Bragadas	Maria da Glória Maldonado
Maria Augusta Campos	Maria da Glória Passos Pinto Monteiro
Maria Augusta Cancela de Amorim	Maria da Glória Vieira Duarte
Maria Augusta Cruz Viana	Maria da Graça Cunha
Maria Augusta de Oliveira	Maria da Graça Dória Cochofel
Maria Augusta Formozinho Vaz de Oliveira	Maria da Graça Lopes de Mendonça B. Pereira
Maria Augusta Gil Goris Serra	Maria da Graça Veloso
Maria Augusta Peres Fernandes	Maria da Luz
Maria Augusta Serra	Maria da Luz Albuquerque
Maria Augusta Vaz	Maria da Luz de Campos Santos
Maria Baldemero Blanco Macias	Maria da Luz Elias Casanova
Maria Batista Silveira da Cunha	Maria da Luz Espírito Santo
Maria Beatriz de Vasconcelos	Maria da Luz Pereira e Silva
Maria Beatriz Pimentel de Faro	Maria da Luz S. de Deus R. P. de Carvalho
Maria Benedita Albuquerque	Maria da Madre de Deus Santo Melo
Maria Benedita de Oliveira e Sá	Maria da Natividade Mateus das Neves
Maria Berta Paneiro Duarte	Maria da Natividade Pinheiro Correia
Maria Brazão	Maria da Nazaré Ferraz
Maria C. Esteves	Maria da Piedade Alçada Padez
Maria Camila Barbosa Sueiro	Maria das Dores Cabrita
Maria Carolina Alves de Carvalho P. de Melo	Maria das Dores de Castro Ferreira Alves
Maria Cecília Silva Rosa	Maria das Dores Paulinha
Maria Celeste da Silva Tavares Pinto	Maria das Dores Rodrigues
Maria Celinda Dias Carvalheiro	Maria das Mercês Amaral
Maria Cesarina G. de Castro	Maria de Fátima da Silva Tavares Pinto
Maria Clara Correia Alves	Maria de Jesus Fernandes Araújo
Maria Claudina Fonseca Figueiredo	Maria de Lurdes Castro Lopes Duarte Pedro
Maria Clementina Carneiro de Moura	Maria de Lurdes Coelho
Maria Clementina Maia	Maria de Lurdes de Santa Clara
Maria Cristina de Sousa de Barros Queirós	Maria de Lurdes Domingues Silva
Maria da Anunciação Almeida Oliveira	Maria de Lurdes Marques Pires
Maria da Anunciação Trindade Pinharanda	Maria de Lurdes N. Duarte Braga Themido
Maria da Ascensão Louro	Maria de Lurdes Nunes de Noronha
Maria da Assunção L. de Lacerda M. Fogaça	Maria de Lurdes Pimentel
Maria da Conceição Aguiar	Maria de Lurdes Reis e Cunha
Maria da Conceição Almeida Neto	Maria de Lurdes Roboredo
Maria da Conceição da Costa M. C. Azevedo	Maria de Lurdes Simões

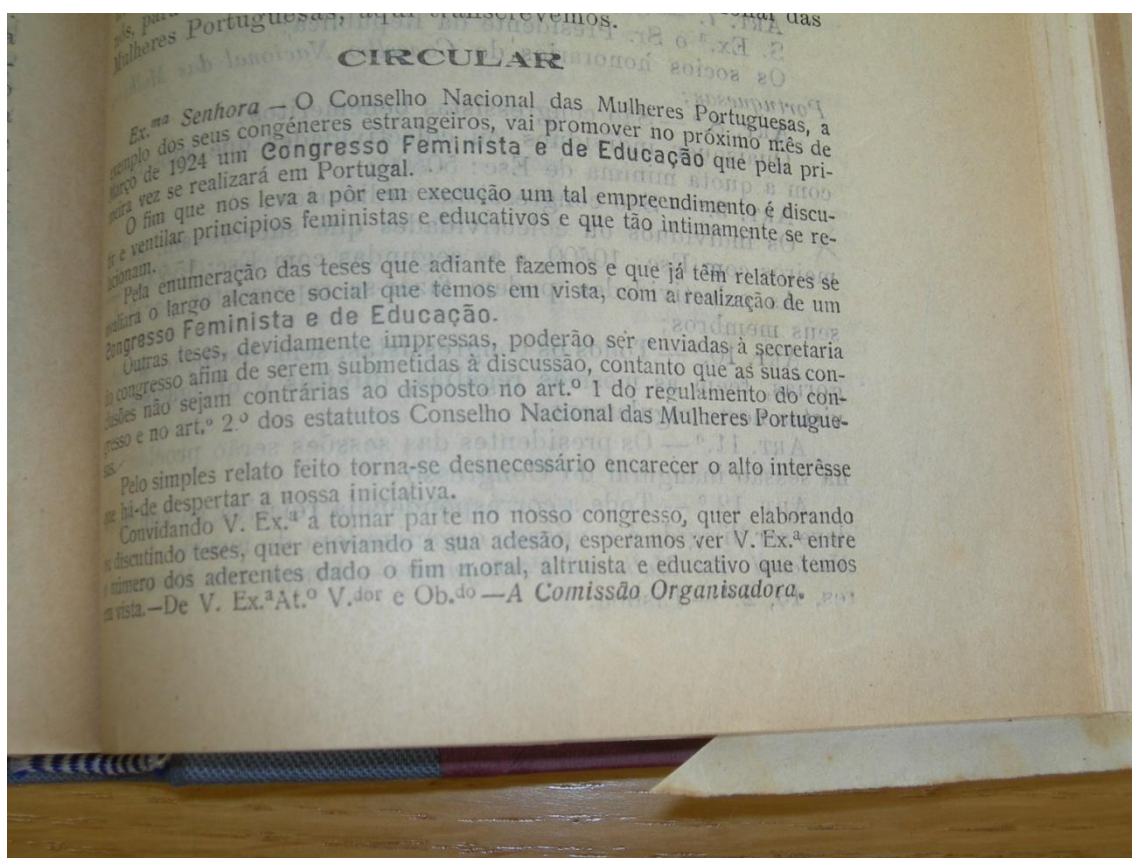
Nomes	Nomes
Maria de Lurdes Tinoco	Maria Fernanda Corte-Real Graça e Silva
Maria Delfina de Cunha Borges	Maria Fernanda das Neves
Maria do Carmo Alarcão Júdice	Maria Fernanda de Albuquerque Amaral
Maria do Carmo Azancot	Maria Fernanda Pires Correia Mourão
Maria do Carmo Campos	Maria Fernanda Ramos Pamplona
Maria do Carmo Canelas de Castro Duarte	Maria Fernanda Rocha de Moraes
Maria do Carmo Costa	Maria Ferrie Carvalho Conte
Maria do Carmo de Lima Bandeira Ferreira	Maria Filipa Franco Rodrigues
Maria do Carmo Martinho	Maria Gabriela Costa Gomes
Maria do Carmo Nobre da Cunha A. Peixoto	Maria Gabriela de Azevedo Castelo Branco
Maria do Carmo Vieira Viana	Maria Gabriela Ferrão
Maria do Céu Branquinho	Maria Genoveva Lopes Cardoso
Maria do Céu de Jesus Santos	Maria Georgina da Costa Correia
Maria do Céu de Oliveira Almeida	Maria Georgina Santos
Maria do Céu Regal de Castro	Maria Gertrudes Amarante
Maria do Céu Valente de Almeida	Maria Gouveia Telo Gonçalves da Silva
Maria dos Santos Moreira	Maria Guiomar Ferreira de Abreu e Lima
Maria Dulce Peres Machado	Maria Helena Baeta D. Neves
Maria Eduarda de Melo Relvas	Maria Helena Baptista Lucas
Maria Eduarda Lapa de Sousa Caldeira	Maria Helena Costa Andrade
Maria Elisa Antunes	Maria Helena de Oliveira
Maria Elisa M. D. Corte-Real de Carvalho Sá Marta	Maria Helena de Quadros Sampaio G. Madahil
Maria Elisa Suzette de Almeida Relvas	Maria Helena de Sousa Ferreira de Abreu e Lima
Maria Elvira de Vasconcelos Pasqueiro	Maria Helena de Vinha Novais
Maria Ema Franco	Maria Helena Moreira Álvares P. Loureiro
Maria Emília Baptista Ferreira	Maria Helena Moreira Rato Moraes David
Maria Emília Cabrita	Maria Helena Nogueira
Maria Emília Cordeiro Ferreira	Maria Helena Pereira Martins
Maria Emília de Abreu Vaz Ferreira	Maria Helena Portey
Maria Emília de Carvalho Gonçalves	Maria Helena Rosa Torres Peres
Maria Emília de Medeiros Tavares	Maria Helena Salazar
Maria Emília Dias	Maria Hermínia Duarte
Maria Emília Figueiredo	Maria Hermínia Miranda Macário
Maria Emília Fonseca Esmeriz Nobre	Maria Irene Fernandes Vaz
Maria Emília Grima Rodrigues	Maria Irene Zuzarte
Maria Emília T. de Pina C. do Espírito Santo	Maria Isabel Beato Deniz Jacinto
Maria Emília Toscano Coimbra	Maria Isabel Branca de Sousa
Maria Ermelinda de Stuart Gomes	Maria Isabel de Campos Matos da Silva
Maria Eugénia Cruz	Maria Isabel de Noronha Nápoles
Maria Eugénia Cruz Ferreira	Maria Isabel Guerra Junqueiro M. de Carvalho
Maria Eugénia Cunhal	Maria Isabel H. Saavedra de Aboim Inglês
Maria Eugénia Nascimento	Maria Isabel Marques de Andrade Salgado
Maria Eulália Duarte Leite F. Costa	Maria Isabel Trindade Pinharanda
Maria Evangelina Brito	Maria Isabel Vieira Martins
Maria Evelina Aguiar Bustorff	Maria J. Côte Real
Maria Faria Gomes	Maria J. Lopes Nogueira
Maria Felícia Clemente da Silva	Maria Joana Duarte Rosendo Dias
Maria Fernanda Antão Pinto Loureiro	Maria João Allen de Vasconcelos
Maria Fernanda Botelho Rabaça	Maria João Luna Camarate

Nomes	Nomes
Maria Jorge Gonçalves	Maria Magna de Carvalho Costa
Maria José Brandão Neves	Maria Manuela Araújo Pereira de Campos
Maria José de Carvalho	Maria Manuela Campos
Maria José de Oliveira	Maria Manuela Delgado de Oliveira
Maria José de Sousa Narciso	Maria Manuela Ferreira de Abreu e Lima
Maria José de Sousa Varanda	Maria Manuela H. S. de Sousa Marques
Maria José Gomes	Maria Manuela Ramos Pamplona
Maria José Horta e Costa Henriques	Maria Margarida de B. M. M. Salazar
Maria José Oliveira de Albuquerque	Maria Martins Pereira de Sá Marta
Maria José Osório	Maria Miquelina Neves Coelho
Maria José Osório dos Santos Carvalheira	Maria Natália Monteiro Freire
Maria José P. Rocha	Maria Octávia Teixeira Bastos Andrea
Maria José Ramos de Sousa	Maria Odete Leonardo
Maria José Vilanova	Maria Olga Severino
Maria José Vitorino Namorado	Maria Olinda Cortegaça Alves
Maria Júdice da Costa	Maria Olívia do Nascimento Duarte
Maria Judite Jacobetty Vieira	Maria Palmira Tito de Morais
Maria Judite Pinto Mendes de Abreu	Maria Quadros de Morais Sarmento
Maria Júlia Poppe Lopes Cardoso	Maria Quitéria Amado da Cunha
Maria Julieta Aguiar Neves	Maria Raquel Santos Oliveira Ribeiro
Maria Leonarda Correia da Costa	Maria Regina Dias Carvalheiro
Maria Letícia Clemente da Silva	Maria Rita das Dores Silva
Maria Lígia Valente da Fonseca Severino	Maria Rita Trindade Pinharanda
Maria Lívia Battaglia Ramos Lopes da Silva	Maria Rodrigues Simões
Maria Lopes Marques	Maria Rosa Dias Sárria
Maria Lúcia da Glória Silva	Maria Rosa dos Santos
Maria Lúcia Vassalo Namorado	Maria Russel Loureiro
Maria Luísa Alais	Maria Simões Torres
Maria Luísa Amaro	Maria Sofia Cruz
Maria Luísa Avelar	Maria Soledade Batista
Maria Luísa Barreto	Maria Sousa Amaro
Maria Luísa Caldas	Maria Suzette Rodrigues Gomes
Maria Luísa Campos Barbosa	Maria Teresa Amado Neves
Maria Luísa Carrelhas	Maria Teresa Arriaga
Maria Luísa Chaves de Faro Viana	Maria Teresa Cruz Ferreira Pinto
Maria Luísa de Azevedo Correia	Maria Teresa de Freitas de Lucena Valladas
Maria Luísa de Vasconcelos Pasqueiro	Maria Teresa Furtado Dias
Maria Luísa dos S. Soares de Sá	Maria Teresa Sá Osório de Andrade
Maria Luísa F. de Sousa Andrade	Maria Valadares
Maria Luísa Guilherme Gonçalves	Maria Valentina Trigo de Sousa
Maria Luísa Isabel Braga Themido	Maria Virgínia Nogueira Sêco
Maria Luísa Nogueira Sêco	Maria Virgínia Torres de Carvalho
Maria Luísa Serrão de Faria	Maria Vitória de Almeida
Maria Luísa Silva Bastos	Maria Vitória Sovelas Pereira
Maria Luísa Silva Neves	Mariália Marques
Maria Luísa Vieira Martins	Mariana da Assunção da Silva
Maria Lurdes Silva	Marieta Roque da Fonseca
Maria Lurdes Simões	Marília Baptista Cunha
Maria Luz Silva Neves	Marília da Costa Branco
Maria Madalena Biscaia Farinha	Marília da Cunha Maia
Maria Madalena Cândido	Marília Leonor Cardoso de Vasconcelos
Maria Madalena Nogueira e Silva	Marinha Alice Correia de Sá

Nomes	Nomes
Marisabel Xavier de Fogaça	Regina de Faro Viana
Marta Ferreira	Regina do Carmo
Mary Frances Rice de Moura	Regina Santos
Matilde C. de Seixas Nogueira de Lemos	Rita da Conceição Botelho de Oliveira
Matilde de Araújo	Rita Luísa de Matos Sara
Matilde de Carvalho	Rogéria Henriques Pinheiro
Matilde Lehmann Taveira	Rolanda Figueiredo
Matilde Pereira	Rosa Coelho Rita
Matilde Taveira Santos	Rosa Franqueira
Miquelina Alfena	Rosa Pereira
Modesta de Gamboa Abranches e Silva	Rosalina Lobato Guerra
Natália Dreque de Moraes	Rosalina Passos
Natércia Drago Neves	Rosalina Simões
Natividade Fernandes Araújo	Ruth Arons
Natividade Pinheiro	Ruth de Farias e Sousa
Nazaré Ferreira	Sara Augusta de Lima Abreu Pinto Coelho
Nídia Neto Ferreira	Sara de Vasconcelos
Noémia Beça	Sara de Vasconcelos Carvalho Beirão
Noémia Caldeira Ribeiro Matos Neves	Sara Loureiro Pinto Leite
Noémia dos Santos Moreira	Sara Serzedelo Schultz Correia
Noémia Lamy	Satiza de Sousa Delgado
Noémia Neto Ferreira	Senhora de Barros Durães
Octávia Fuschini de Lima Mayer	Sofia Amélia Zato Baptista de Ornelas
Odete Rosales de Almeida	Sofia de Jesus Ribeiro
Ofélia de Carvalho Gonçalves	Sofia Sampaio Passos
Olga Brandão	Sofia Sampaio Ramos
Olímpia Perry Vidal Pereira Bastos	Stella Fiadeiro
Olívia da Encarnação Pimentel da Cunha	Susana César
Olívia Dias Gomes dos Santos Cortez	Teresa de Albuquerque
Olívia Mascarenhas Pinto	Teresa Emília Marques Leitão de Barros
Olívia Peralta	Teresa Mourão Ferreira
Olívia Pimentel Lacombe	Tetralda Teixeira de Lemos
Osita Ribeiro	Tomázia Vaz Serra
Otília Berta de Paiva Rua	Trindade Gama Matutino
Otília G. S. Simões	Umetília Olga da Cruz
Palmira Borges	Vera Bordalo Pinheiro
Palmira Bruno do Carmo	Vicência Pereira de Vasconcelos
Palmira de Sousa Coutinho	Violette Teixeira Cardoso
Palmira Fernão Pires	Virgínia C. Silva
Palmira Guerreiro Bruno	Virgínia Heitor Faustino
Palmira Neves do Carmo	Virgínia Jardim Gomes
Palmira Patrício	Virgínia Lima
Palmira Ramos Saraiva	Virgínia Mota
Palmira Ribeiro	Virgínia Perolina da Costa
Paulina Luisi	Viscondessa de Olivã
Percina Augusta da Silva B. e Vasconcelos	Vitória Alves
Principelina Soares Dias	Vitória Baptista de Sousa Ribeiro Gomes
Raquel Maria Bettencourt de Sousa	Vitória Pais Freire de Andrade Madeira
Raquel Sara da Conceição Vasconcelos	Zélia Maria Ferreira Palma
Regina Celeste de O. Quinta	Zoé Grabit Pereira
Regina da Glória Pinto de Magalhães Quintanilha de Sousa e Vasconcelos	Zulmira Azevedo Costa
	Zulmira Homem de Melo

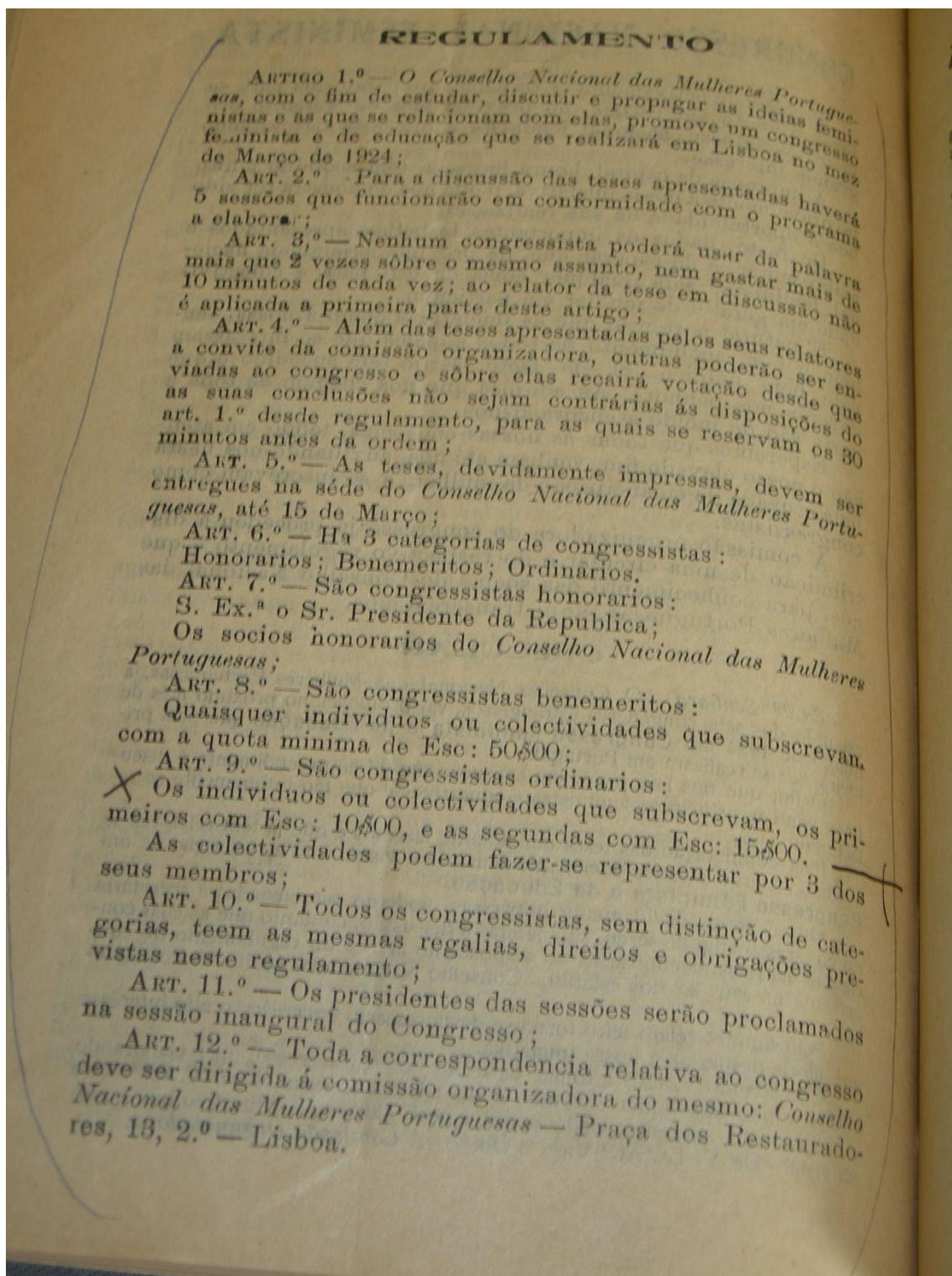
Fontes: *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, 1914 a 1916; *Alma Feminina*, 1917 a 1936; *Alma Feminina*, 1938 a Maio de 1946; *A Mulher* n.º 1, Dezembro de 1946; *A Mulher*, n.º 2, Maio de 1947; Zília Osório de Castro e João Esteves (dir.), *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005; Célia Rosa Batista Costa, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007.

Anexo XV
Circular do Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)



Alma Feminina, n.^{os} 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1924, p. 5.

Anexo XVI
Regulamento do Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)



Anexo XVII

Personalidades nacionais e estrangeiras que enviaram mensagens, cartas e telegramas ao Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)

Nomes	Cargos	Tipo de apoio ao Congresso
Marquesa de Aberdeen	Presidente do International Council of Women	Enviou Mrs. Milne, em sua representação
Ana Bernal		Enviaram mensagens, cartas e telegramas
Anna Becker	Secretária-geral do International Council of Women	
Armelim Júnior		
Avril de Sainte-Croix	Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Francesas	
Bertha Nordentau		
Carmen de Burgos	Presidente da Cruzada das Mulheres Espanholas	
Carneiro de Moura		
Carolina Michaelis de Vasconcelos		
César Juarros		
Chaponnière-Chaix		
Domingos Pereira		
Elena Arizmendi	Presidente da Federação Internacional das Mulheres Ibero e Hispano-Americanas	
Elisa Soiyer		
Elisa Soriano	Presidente da Juventude Universitária Feminina Espanhola	
Elzira Dantas Machado		
Eugene Simon		
Fernão Boto Machado		
Jacinto Nunes		
Laurinda Alambre		
Luís Leitão		
Maria Palharés Roca		
Norton de Matos		
Paulina Luisi	Presidente do Conselho Nacional das Mulheres do Uruguai	
Pilar Jorge de Tella		
Pilar Morlon de Menendez	Presidente da Federação das Associações Femininas de Cuba	
Rosa Vidal	Presidente do Comité Feminista da União Cívica Radical da Argentina	

Fonte: *Alma Feminina*, n.^{os} 3 e 4, Março e Abril de 1924; *Alma Feminina*, n.^{os} 5-8, Maio a Agosto de 1924.

Anexo XVIII
Colectividades e instituições que enviaram representantes ao Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)

Colectividades e instituições	Representantes
Associação de Professores de Portugal	Canhão Júnior
Escola Normal de Coimbra	Branca Alves
Grémio Acácia	Armando Luís Rodrigues
Grémio Humanidade	Adelaide Cabete
Instituto Feminino de Educação e Trabalho	Ferreira Simas Regina do Carmo
Sociedade Naturista Portuguesa	Fonseca Vidal
União do Professorado Primário Oficial	Manuel da Silva

Fonte: *Alma Feminina*, n.^{os} 5-8, Maio a Agosto de 1924.

Anexo XIX
Colectividades e instituições que aderiram ao Primeiro Congresso Feminista e de Educação
(1924)

Colectividades e instituições	Tipo de apoio ao Congresso
Academia dos Estudos Livres	Deram a sua adesão ou dirigiram saudações
Círculo Arenal de Barcelona	
Comité Feminista da União Cívica Radical da Argentina	
Confederação Geral do Trabalho	
Conselho Nacional das Mulheres Belgas	
Conselho Nacional das Mulheres Francesas	
Conselho Nacional das Mulheres Suecas	
Federação Nacional das Associações Femininas de Cuba	
Juventude Universitária Feminina Espanhola	
Liga Pró-Moral	
Sindicalistas revolucionários presos na cadeia do Limoeiro	
Sociedade de Cultura Social	
Sociedade Espanhola de Abolicionismo	
Universidade Livre	

Fonte: *Alma Feminina*, n.ºs 5-8, Maio a Agosto de 1924.

Anexo XX

Teses apresentadas ao Primeiro Congresso Feminista e de Educação (1924)

Relatoras/Relatores	Teses/Ordem de apresentação	Temáticas			
		Direitos políticos e civis	Educação	Assistência	Higiene e saúde
Aurora Teixeira de Castro	“Reivindicações políticas da mulher portuguesa” (1ª)	X			
	“Situação da mulher casada nas relações matrimoniais dos bens do casal” (14ª)	X			
Ilda Pinto de Lima	“Bibliotecas infantis” (2ª)		X		
Tito de Sousa Larcher	“As pensões de estudantes” (3ª)			X	
Maria Isabel Correia Manso	“A mulher na administração dos municípios” (4ª)	X			
A. C. Amaral Frazão	“Assistência e educação à infância desvalida” (5ª)			X	
Jaime de Gouveia	“Nacionalidade da mulher casada” (6ª)	X			
Angélica Porto	“Assistência às delinquentes” (7ª)			X	
Deolinda Lopes Vieira	“A educação dos anormais” (8ª)		X		

Relatorias/Relatores	Teses/Ordem de apresentação	Temáticas			
		Direitos políticos e civis	Educação	Assistência	Higiene e saúde
Maria O' Neill	"Assistência e trabalho" (9ª)			X	
	"As ligas de bondade" (18ª)			X	
Jorge das Neves Larcher	"A influência da mulher na extinção da mendicidade" (10ª)			X	
Adelaide Cabete	"A luta anti-alcoólica nas escolas" (11ª)		X		
	"Protecção à mulher grávida e à criança" (20ª)				X
	"Papel que o estudo da puericultura, da higiene feminina, do ensino dos primeiros cuidados em caso de acidente e da pedagogia maternal deve desempenhar no ensino doméstico" (23ª)		X		
Regina do Carmo	"Escolas ao ar livre" (12ª)		X		
Albertina Gamboa	"A mulher como educadora" (13ª)		X		

Relatorias/Relatores	Teses/Ordem de apresentação	Temáticas			
		Direitos políticos e civis	Educação	Assistência	Higiene e saúde
Domingas Lazary do Amaral	“Educação das indígenas nas colónias e suas vantagens” (15ª)		X		
Arnaldo Brazão	“Abolicionismo” (16ª)				X
Paulina Luisi	“Educação sexual” (17ª)		X		
Vitória Pais Freire de Andrade	“A influência dos espectáculos públicos na educação” (19ª)		X		
António Carvalho Brandão	“A mulher e a alimentação vegetariana” (21ª)				X
Julietta Ribeiro	“A mulher naturista” (22ª)				X
Bentes Castel- Branco	“Solução biológica do problema educativo” (24ª)		X		
	“Solução biológica do problema da assistência” (25ª)			X	

Fontes: *Alma Feminina*, n.ºs 5-8, Maio a Agosto de 1924; Arnaldo Brazão, *Breve Relato do Congresso Feminista e de Educação (Separata da revista Alma Feminina)*, Lisboa, Oficinas Gráficas do IPPE, 1924; Arnaldo Brazão, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação (Relatório)*, Lisboa, Edições Spartacus, 1925.

Anexo XXI

Individualidades que participaram no Primeiro Congresso Nacional Abolicionista (1926)

Datas	Nomes	Cargos	Funções
1 de Agosto	J. Reelfs	Representante da Federação Internacional Abolicionista	Presidiu e discursou na sessão inaugural
	César Juarros	Representante da Sociedade Espanhola de Abolicionismo	Secretariaram e discursaram na sessão inaugural
	Arnaldo Brazão	Presidente da Liga Portuguesa Abolicionista	
	Deolinda Lopes Vieira	Representante do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	Discursaram na sessão inaugural
	Angélica Porto	Representante da Secção de Moral do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	
	Adelaide Cabete	Representante do Grémio Humanidade	
	António Freire	Representante da Federação Espírita Portuguesa	
	Sena Cardoso	Representante da Liga de Acção Educativa	
	Virgílio Marques	Representante da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem	
	Maria O' Neill		
2 de Agosto	César da Silva		Presidiram à 1ª sessão ordinária
	César Juarros		
	Delfina dos Santos Serrão	Representantes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	Secretariaram a 1ª sessão ordinária
	Júlia Franco		
	Arnaldo Brazão		Apresentou a tese “Abolição do registo policial das meretrizes”
	Angélica Porto	Representantes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	Apresentou a tese “Memória do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”
	Aurora Teixeira de Castro		Apresentou a tese “Idades legais da mulher”
	Adelaide Cabete		Apresentou a tese “Polícia feminina
3 de Agosto	Carneiro de Moura		Presidiu à 2ª sessão ordinária
	Rosa Pereira	Representantes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	Secretariaram a 2ª sessão ordinária
	Mariana da Assunção da Silva		
	Maria O' Neill	Representante do CNMP	Apresentou a tese “A escravidão feminina”

Datas	Nomes	Cargos	Funções
3 de Agosto	Delfina dos Santos Serrão	Representantes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	Apresentou a tese “A coeducação como agente preventivo da prostituição”
	Vitória Pais Freire Andrade		Apresentou a tese “Moral única”
	Albertina Gamboa		Apresentou a tese “Pornografia”
	Eduardo Moreira		Apresentou a tese “Moral única”
4 de Agosto	Adelaide Cabete		Presidiu à 3ª sessão ordinária
	António Freire		Secretariaram a 3ª sessão ordinária
	Canhão Júnior	Representante da Universidade Popular Portuguesa	
	César Juarros		Apresentou as teses “Trabalhos da Sociedade Espanhola de Abolicionismo” e “Educação sexual e prostituição”
	Álvaro Viana de Lemos		Apresentou a tese “O ensino médio e a prostituição”
	Adolfo Lima		Apresentou a tese “Os costumes dissolutos e prostituição”
5 de Agosto	Magalhães Lima		Presidiu à sessão de encerramento
	Aurora Teixeira de Castro	Representantes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	Secretariaram a sessão de encerramento
	Angélica Porto		
	José Ribeiro Alves Júnior		Apresentou a tese “A casa de tolerância como agente desmoralizador”
	José Carlos de Sousa	Representante do grupo anarquista O Semeador	Discursaram na sessão de encerramento
	Augusto Carlos Rodrigues	Representante da Universidade Popular Portuguesa	
	Manuel da Silva	Representante da Liga de Acção Educativa	
	António Vilela	Representante da Federação Espírita Portuguesa	
	César da Silva		Proferiram o discurso de encerramento
	Emílio Costa		

Fonte: *Alma Feminina*, n.º 4, Quarto trimestre de 1926.

Anexo XXII

Teses apresentadas ao Segundo Congresso Feminista e de Educação (1928)

Reladoras/Relator	Teses/Ordem de Apresentação	Temáticas		
		Direitos políticos e civis	Educação	Trabalho
Elina Guimarães	“Protecção à mulher trabalhadora” (1ª)			X
	“Da situação da mulher profissional no casamento” (5ª)	X		
Beatriz Teixeira de Magalhães	“Leitura e bibliotecas infantis” (2ª)		X	
Adelaide Cabete	“O ensino da puericultura na escola infantil” (3ª)		X	
Sara Beirão	“A mulher portuguesa no comércio” (4ª)			X
Palma Carlos	“Da recusa dos alimentos” (6ª)	X		
Manuela da Palma Carlos	“Coeducação” (7ª)		X	
Deolinda Lopes Vieira	“Escola única” (8ª)		X	
Maria O’ Neill	“O voto às mulheres” (9ª)	X		
Aurora Teixeira de Castro	“Reivindicações feministas” (10ª)	X		
Angélica Porto	“A acção moral do trabalho” (11ª)			X
Júlia Franco	“A mulher como valor social” (12ª)	X		

Fonte: *Alma Feminina*, n.º 2, Março e Abril de 1928; *Alma Feminina*, n.º 3, Maio e Junho de 1928.

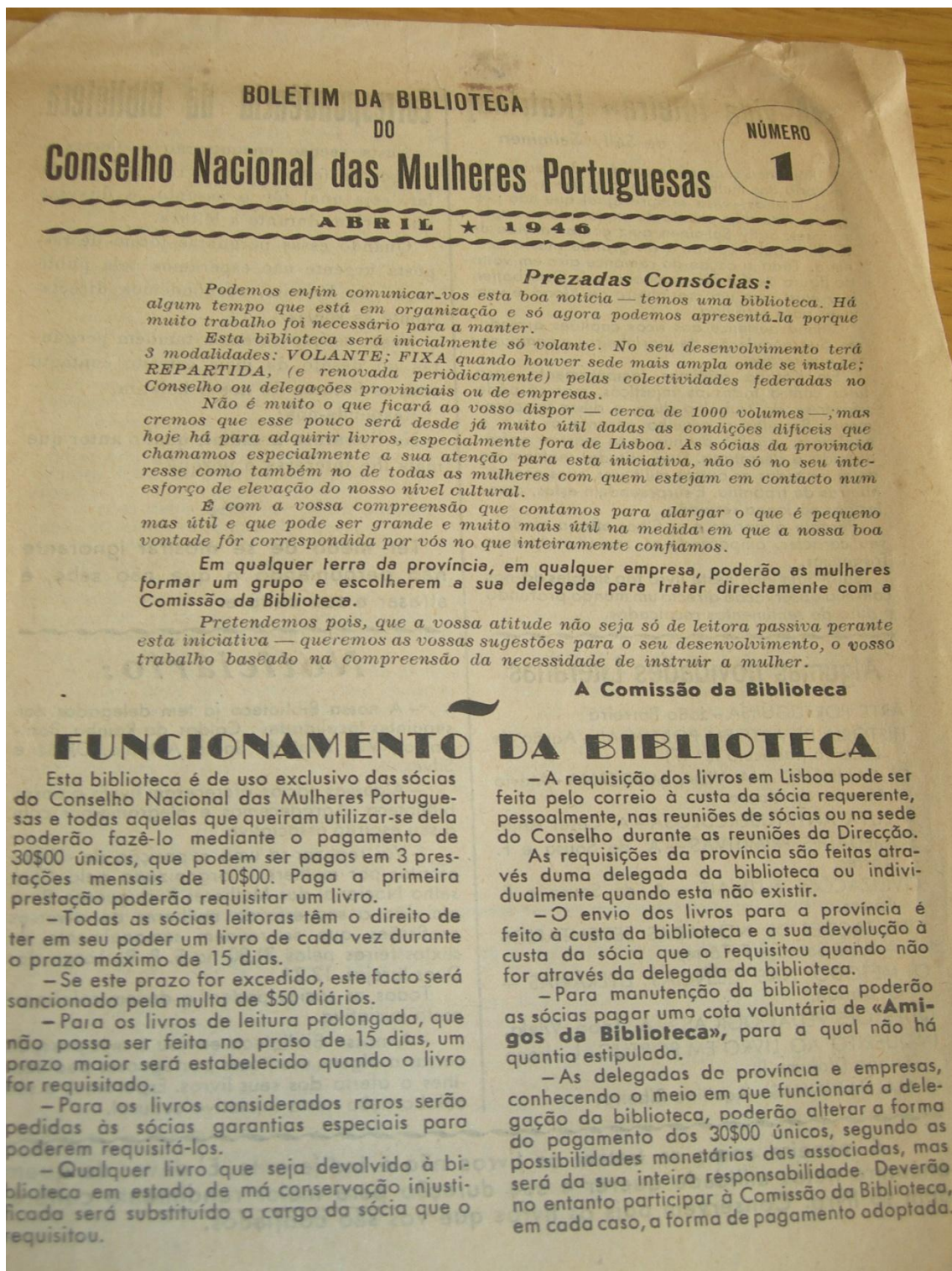
Anexo XXIII

Teses apresentadas ao Segundo Congresso Nacional Abolicionista (1929)

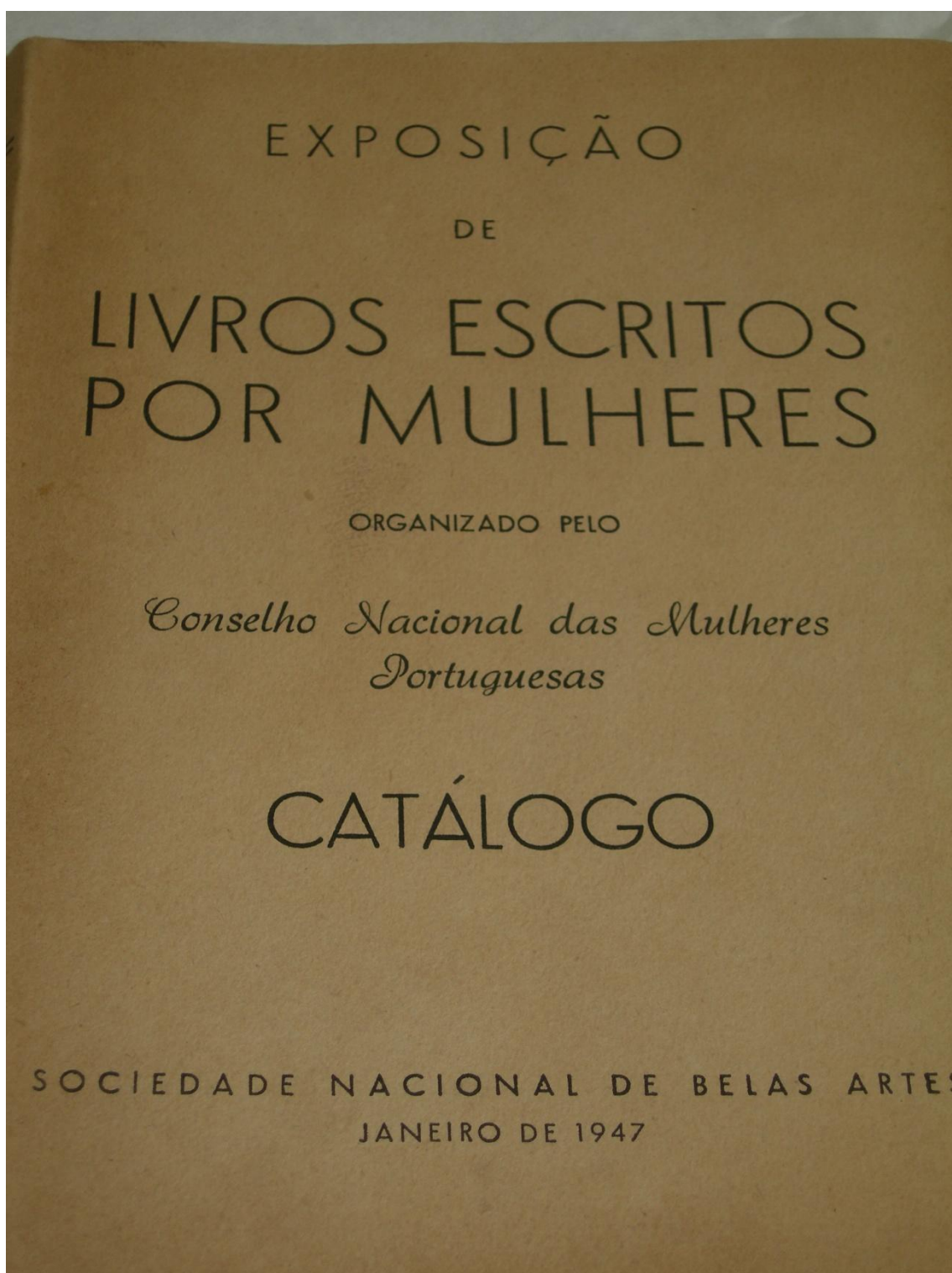
Relatoras/Relatores	Teses
Adelaide Cabete	“A eugénica e a eugenética”
Emílio Costa	“O trabalho fora de casa como factor de prostituição”
Francisco de Melo e Noronha	“Meretrizes estrangeiras”
Angélica Porto	“A valorização do trabalho feminino”
Álvaro Viana de Lemos	“A prostituição regulamentada e a reabilitação das suas vítimas
Eduardo Moreira	“Algumas questões sobre a educação sexual da mulher”
Arnaldo Brazão	“O direito de ser mãe”
	“Abolição da revista sanitária das meretrizes”
João Correia Guimarães	“As casas de tolerância. O seu encerramento”
Maria O’ Neill	“A causa primordial do não-abolicionismo”
Tomaz da Fonseca	“Causas da prostituição. A miséria”
José Ribeiro Alves Júnior	“Consequências da prostituição”
Maria da Conceição Lopes	“Ilusão humana - Acabar com a prostituição ... Santa e bela utopia ...”

Fonte: *Alma Feminina*, n.º 2, Março e Abril de 1929; *Alma Feminina*, n.º 3, Maio e Junho de 1929.

Anexo XXIV
Boletim da Biblioteca do CNMP (1946)



Boletim da Biblioteca do CNMP, n.º 1, Abril, 1946, p. 1. AHS - ICS, Espólio Deolinda Lopes Vieira, cx. 1.



Catálogo da Exposição de Livros Escritos por Mulheres. AHS - ICS, Espólio Deolinda Lopes Vieira, cx. 1.

N.º 2 FEVEREIRO DE 1919 Ano III

ALMA FEMININA

BOLETIM OFICIAL

— DO —

CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES PORTUGUESAS

(Publicação Mensal) Directora-gerente — Maria Clara Correia Alves

ADMINISTRAÇÃO:

Avenida Almirante Reis, 139, 1.ª — LISBOA

Distribuição gratuita aos socios

ANUNCIOS — CONTRATO ESPECIAL.

SUMARIO

<p>O salario feminino.....</p> <p>Preparando o terreno</p> <p>Assuntos de arte — Musica</p> <p>Meditando</p> <p>A educação profissional da Mulher (transcrição)</p> <p>Biblioteca — Um livro novo.</p> <p>Acta da assembléa geral do C. N. M. P.</p> <p>Anuncios.</p>	<p>MARIA CLARA CORREIA ALVES</p> <p>MARIA LUIZA</p> <p>CÓDI</p> <p>ALBERTINA GAMBÔA</p>
--	---

O SALARIO FEMININO

Tem-se dito e com justiça que os problemas economicos foram sempre os mais espinhosos e dificeis de resolver.

E' assim que, apesar da admiravel propaganda sustentada, lá fóra, pelas mulheres que trabalham, no intuito de fazerem valorisar o esforço que produzem, é ainda relativamente insignificante o que neste sentido se tem conseguido.

O salario minimo, reclamado, desde sempre, como um principio de equidade, e que deveria permitir a quem trabalha não só poder prover ás suas necessidades pessoais mais imediatas e prever o risco da vida, mas, ainda, fazer face aos encargos de familia, continúa, a despeito das mais generosas dedicações, a ser um problema para estudar.

No entanto a verdade é que hoje, mais do que nunca se impõe a urgencia de se entrar na posse dessa justissima reivindicação, parte pequena do programa feminista, mas que repre-

Anexo XXVIII
Órgão de Propaganda do CNMP – *A Mulher* (1946)



A Mulher, n.º 1, Maio de 1946. Hemeroteca Municipal.

Cronologia do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914 – 1947)

1914

- Fundação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP). Adelaide Cabete assume o cargo de presidente do Corpo Administrativo (Março).
- Carolina Michaelis de Vasconcelos é nomeada presidente honorária da associação.
- Os Estatutos do CNMP são aprovados por Cassiano Neves, Governador Civil de Lisboa (27-04).
- Ofício do International Council of Women (ICW) reconhecendo o Conselho como sua secção (30-05).
- Reunião da Assembleia Ordinária do Conselho para leitura de um relatório e apresentação das contas (29-10).
- *Publica-se o primeiro número, em formato de jornal, do Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, dirigido por Maria Clara Correia Alves (Novembro).
- A Associação dos Professores do Instituto de Odivelas, a Liga Portuguesa dos Educadores, a Sociedade Amigável Mariana Gasul, os Recreatórios Post-Escolares, o Grupo Balbina Brasão, a Tuna das Costureiras de Lisboa, a Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino, a Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões, a União Amigável Maria Scintia, o Grupo Feminista Português, a Associação dos Professores de Ensino Livre e o Grémio dos Professores Primários Oficiais federam-se no CNMP.
- O Conselho emite o Cartão de Identidade que comprova a condição de sócia da associação.

1915

- Reunião da Assembleia Geral para leitura do relatório anual da Comissão Administrativa e apresentação das contas (08-04).
- A Associação das Alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, a Liga Portuguesa da Moralidade Pública, a Associação das Amigas das Flores e a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas - Núcleo do Porto filiam-se no Conselho.
- Reunião da Assembleia Ordinária para leitura do relatório trimestral da Comissão Executiva e apresentação das contas (24-07).
- Reunião da Assembleia Ordinária para leitura do relatório trimestral da Comissão Executiva e aprovação das contas (30-10).

1916

- Reunião da Assembleia Ordinária para leitura do relatório trimestral da Comissão Executiva e apresentação das contas (03-02).
- Reunião da Assembleia Geral para leitura do relatório anual da Comissão Administrativa e apresentação do balancete do último trimestre de 1915 (25-03).
- A Assembleia Geral aprova a formação de uma comissão para prestar assistência às crianças das escolas infantis, sendo preferidos os filhos dos mobilizados (25-03).
- Reunião da Assembleia Ordinária para leitura do relatório trimestral da Comissão Executiva e apresentação do balancete do primeiro trimestre (24-04).
- O Conselho adere à iniciativa promovida pelo Grémio Carolina Ângelo, reivindicando ao governo a criação de escolas agrícolas femininas.
- A reunião da Assembleia Ordinária não se realiza por motivo de força maior (27-11).

- Reunião da Assembleia Ordinária para leitura do relatório trimestral da Comissão Executiva e apresentação do balancete de 1916 (28-12).

1917

- O órgão de propaganda do Conselho passa a designar-se *Alma Feminina – Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (Janeiro).
- Os Estatutos do Conselho são revistos.
- A associação adere ao apelo das associações femininas francesas contra as deportações.
- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes. Formação das Secções de Beneficência, Jornalística e Propaganda (25-03).
- Uma comissão do Conselho envia uma mensagem de agradecimento ao deputado Barbosa Magalhães por ter apresentado no Parlamento uma proposta de lei que reconhece à mulher o direito de ser procuradora em juízo, pertencer ao conselho de família, prestar fiança e testemunhar contratos e testamentos.
- Barbosa Magalhães agradece a mensagem enviada pela associação (10-05).
- Os Recreatórios Post-Escolares, associação federada no Conselho, realiza a festa comemorativa do quinto aniversário da sua fundação no Teatro Avenida (13-05).
- Reunião da Assembleia Ordinária para leitura do relatório trimestral da Direcção e dos relatórios das Secções de Propaganda e Jornalística (23-06).
- O Conselho envia uma petição ao Presidente da República Portuguesa, Bernardino Machado, pedindo a clemência de Maria Fermiana, condenada, em 1913, a vinte anos de degredo em África (22-09).
- A *Alma Feminina* publica a representação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas dirigida ao Presidente da República e ministro da Justiça, onde solicita que seja perdoada a pena de Maria Fermiana (Outubro).
- Maria Clara Correia Alves representa o Conselho na comemoração do centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade (18-10).
- A Associação de Propaganda Feminista filia-se no Conselho.
- Reunião da Assembleia Ordinária para leitura do relatório trimestral da Direcção e do relatório dos trabalhos da Comissão Jornalística (31-10).
- A Assembleia aprova uma nova categoria de associadas, as sócias aderentes, e nomeia uma comissão encarregada de criar um pensionato destinado às raparigas saídas dos asilos e sem família (31-10).
- A sócia Adelaide Ferreira de Carvalho propõe a formação de uma secção para a colocação de mulheres que pertencem a qualquer associação de classes federadas no Conselho. A proposta é aprovada e a Assembleia Ordinária nomeia uma comissão para estudar e diligenciar a iniciativa (31-10).

1918

- A reunião da Assembleia Ordinária não se realiza por falta de quórum (Janeiro).
- A reunião da Assembleia Geral não se realiza por falta de quórum (23-03).
- Reunião da Assembleia Geral para leitura dos relatórios da Direcção e da Comissão Jornalística. É nomeada uma nova comissão encarregada de criar um pensionato para as raparigas saídas dos asilos e sem família (06-04).
- O Conselho associa-se à homenagem à escritora Maria Amália Vaz de Carvalho.

- A associação envia a Avril de Sainte-Croix, secretária-geral do Conselho Nacional das Mulheres Francesas, um telegrama pela assinatura do armistício.

1919

- A reunião da Assembleia Geral não se realiza por falta de quórum (25-01).
- Reunião da Assembleia Geral para leitura do relatório anual da Direcção e apresentação do balancete de contas. Maria Clara Correia Alves, secretária-geral do Conselho, informa que o projecto para a criação de um pensionato destinado às raparigas saídas dos asilos e sem família é entregue a uma comissão especial (07-02).
- Reunião da Assembleia Extraordinária do Conselho. Claudina de Almeida apresenta a demissão do cargo de vice-presidente da Direcção (30-10).
- A sócia Adelaide Ferreira de Carvalho propõe, na Assembleia Extraordinária, a criação do curso de esperanto a funcionar na sede da associação. A proposta é aprovada por unanimidade (30-10).
- Adelaide Ferreira de Carvalho e Cândida de Aguiar Santos, sócias da agremiação, contribuem com donativos.
- Na sede do Conselho começa a funcionar um curso de esperanto, ministrado por Adelino Carvalho, representante da Lisbona Esperantista Societo.
- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes. São aprovadas por unanimidade as seguintes propostas: divisão do secretariado geral em secretariado do exterior e do interior e realização de eleições anuais (22-12).

1920

- Adelaide Cabete substitui Maria Clara Correia Alves na direcção da *Alma Feminina* (Janeiro - Fevereiro).
- O curso de esperanto continua a funcionar na sede do Conselho.
- Anuncia-se a publicação, na *Alma Feminina*, de uma secção em esperanto.
- A associação envia uma mensagem de congratulação ao deputado socialista, Ramada Curto, por ter apresentado, na Câmara dos Deputados, uma moção que contempla o sufrágio feminino.
- Uma comissão do Conselho entrega uma mensagem de agradecimento ao deputado socialista, António Francisco Pereira, por ter apresentado, na Câmara dos Deputados, um projecto de lei que concede a todas as mulheres maiores de vinte e um anos, que saibam ler e escrever, o direito de serem eleitoras e elegíveis (Fevereiro).
- Adelaide Ferreira de Carvalho, Percina Vasconcelos e Angélica Porto enviam um ofício à Comissão de Legislação da Câmara dos Deputados, pedindo um parecer urgente sobre o projecto de lei apresentado por António Francisco Pereira.
- A conferência "O jogo", a cargo de Maria Clara Correia Alves, não se realiza (07-04).
- A convite do Conselho, Paulina Luisi profere uma conferência intitulada "Feminismo", na Associação dos Lojistas de Lisboa (09-04).
- Carneiro de Moura aborda o tema "A influência da mulher na sociedade moderna", na Universidade Livre. A palestra faz parte das conferências educativas promovidas pela Secção de Educação do Conselho (24-04).
- Na Associação dos Caixeiros de Lisboa realiza-se a terceira conferência educativa, a cargo de Maria O' Neill, sobre "A ferocidade do egoísmo" (08-05).

- O Conselho edita um postal ilustrado da autoria do pintor Álvaro Fonseca, põe à venda uma composição musical de Gustavo Nogueira e colecções completas do boletim Alma Feminina com o intuito de obter receitas.
- Maria Emília Baptista Ferreira, Maria Russel Loureiro, Ana Rosa Gonçalves, Maria Amália Baptista Ferreira e Maria Luísa Barreto, sócias da agremiação, integram a comissão destinada a apoiar moralmente as raparigas saídas dos pensionatos.
- Envio da Alma Feminina a pessoas escolhidas como forma de recrutar novas associadas. A sua não devolução implica serem consideradas novos membros do Conselho.
- A convite da Secção de Educação, João Camoesas realiza, no Ateneu Comercial, a conferência intitulada “A mulher americana” (22-05).
- Paulina Luisi representa a associação no Congresso Internacional Feminista de Genebra, organizado pela IWSA (Junho).
- A sócia Maria Brazão doa a quantia de dez escudos à Secção de Beneficência.
- Abertura de um curso de francês na sede do Conselho.
- Paulina Luisi participa, como presidente do Conselho Nacional das Mulheres do Uruguai e delegada do CNMP, no Congresso Internacional Feminista, promovido pelo ICW, em Cristiânia (Setembro).
- O Conselho decide organizar uma biblioteca feminina e um gabinete de leitura com o objectivo de radicar as ideias feministas em Portugal.
- Ida Magliocchetti convida Adelaide Cabete a colaborar na revista *Attività Femiminile Sociale*, órgão do Conselho Nacional das Mulheres Italianas.
- Maria Clara Correia Alves profere, na Associação dos Lojistas de Lisboa, a quinta conferência feminista intitulada “Luxo”.
- Virgílio Santos, professor da Escola Normal de Benfica, discursa sobre “Coeducação”, no edifício do Jornal A Luta.
- Os periódicos feministas noruegueses *Nylaende*, *Hjemmenes Vel* e *Urd* publicam o retrato de Adelaide Cabete, acompanhado de palavras elogiosas. A revista *Who's Who*, editada pela Comissão de Imprensa do Conselho Nacional das Mulheres Norueguesas, imprime os retratos de Adelaide Cabete e Maria Clara Correia Alves.
- A reunião da Assembleia Geral não se realiza por falta de quórum (09-12).
- Reunião da Assembleia Geral para apreciação dos relatórios, das contas e eleição dos corpos gerentes. A Direcção propõe como sócias honorárias a marquesa de Aberdeen, Avril de Sainte-Croix e Chaponnière-Chaix. A proposta é aprovada por aclamação (23-12).

1921

- Aurora Teixeira de Castro realiza, na Academia de Estudos Livres, a conferência subordinada ao tema “A situação jurídica da mulher em Portugal”.
- Fábila Ochôa Arez, sócia do Conselho, doa a quantia de vinte escudos à Secção de Beneficência.
- Palestra de Adelaide Cabete, no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, sobre “O organismo humano”, direccionada às professoras do curso de aperfeiçoamento ministrado na instituição (11-03).
- Paulina Luisi doa a quantia de cem escudos ao Conselho para desenvolver e intensificar a propaganda feminista em Portugal.
- Conferências de Paulina Luisi sobre “Escravidão branca” e “Mulheres do Uruguai”.

- Maria O' Neill pronuncia uma conferência intitulada "Prostituição infantil".
- O Conselho envia um cartão postal às sócias conjuntamente com o boletim *Alma Feminina* com o intuito de aumentar o número de associadas.
- A associação endereça circulares às livrarias de Lisboa e do Porto, às associações de mulheres nacionais e estrangeiras, pedindo-lhes o envio de livros para a Biblioteca Feminista.
- A revista inglesa *Ocasional Paper*, órgão do Conselho Nacional das Mulheres Inglesas, publica um artigo sobre o projecto de lei do deputado António Francisco Pereira apresentado no ano anterior na Câmara dos Deputados, que concede às mulheres maiores de vinte e um anos que sabem ler e escrever, o direito de serem eleitoras e elegíveis, e um excerto do relatório enviado pelo Conselho ao Congresso Internacional Feminista de Cristiânia.
- A revista de propaganda feminista, *Redencion*, faz referência ao projecto do deputado António Francisco Pereira, enaltecendo os esforços desenvolvidos pelo Conselho para que o mesmo fosse aprovado.
- Reunião da Assembleia Geral para leitura dos relatórios, pareceres e eleição dos corpos gerentes (22-12).

1922

- A Secção de Emigração envia um estudo sobre a emigração portuguesa, suas causas e seus remédios à associação inglesa World's Young Women's Christian Association.
- Conferência de Carneiro de Moura sobre "Influência moral do trabalho" na Universidade Livre, dinamizada pela Secção de Moral.
- A Secção de Moral dirige uma representação ao ministro da Justiça, pedindo a abolição da prostituição regulamentada e envia um ofício ao administrador do concelho de Mértola, solicitando a captura da proxeneta Almerinda Correia.
- Anuncia-se a realização de conferências educativas na Casa Reclusão de Mulheres e de uma Sessão Feminista.
- Abril de Sainte-Croix representa o Conselho no Congresso Internacional Feminista de Haia, promovido pelo ICW.
- Na sede do Conselho começa a funcionar um curso de inglês dirigido por Fábria Ochôa Arez.

1923

- Reunião da Assembleia Geral para leitura dos relatórios, dos pareceres e eleição dos corpos gerentes (04-01).
- A Secção de Moral envia um ofício ao Comissário Geral da Polícia Cívica de Lisboa, pedindo a prisão da proxeneta Almerinda Correia e do seu amante José Parreira, acusados de lenocínio.
- Despacho de Domingos Pereira, ministro dos Negócios Estrangeiros, a nomear Adelaide Cabete representante do governo português no Congresso Internacional Feminista de Roma (27-04).
- Adelaide Cabete representa o governo português e o Conselho no Congresso Internacional Feminista, promovido pela IWSA, em Roma (Maio).
- O Conselho envia um manifesto às sócias, elaborado por Deolinda Lopes Vieira, apelando para iniciarem um movimento de protecção à mulher grávida e à criança.
- Adelaide Cabete elabora um relatório dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a sua participação como delegada do governo português no Congresso Internacional Feminista de Roma (25-07).

- Constituição da comissão organizadora para preparar um congresso feminista em Portugal.
- O Conselho realiza a festa comemorativa do seu aniversário no salão da revista *Ilustração Portuguesa*. Discursam Adelaide Cabete, Angélica Porto, Albertina Gamboa, Deolinda Lopes Vieira, Fábila Ochôa Arez e Maria O' Neill (22-07).
- Fundação das Ligas de Bondade, presidida por Maria O' Neill, sob o patronato do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Providência Geral.
- A Secção de Legislação entrega uma mensagem de agradecimento ao ministro da Justiça e dos Cultos, Abranches Ferrão, por ter apresentado um projecto de lei que altera a legislação vigente sobre a situação jurídica da mulher casada relativamente à administração dos seus bens.
- A Secção de Imprensa traduz, para a língua francesa, um excerto da entrevista dada pelo ministro Abranches Ferrão ao *Diário de Notícias* e envia-o para vários jornais feministas estrangeiros.
- O ministro da Justiça e dos Cultos, Abranches Ferrão, envia uma carta à presidente do CNMP, informando-a da apresentação, na Câmara dos Deputados, de um projecto de lei sobre a situação jurídica da mulher casada e remete-lhe uma cópia da proposta (28-07).
- Reunião da Assembleia Geral para aprovação das contas, leitura dos relatórios e eleição dos corpos gerentes (27-12).
- As Ligas de Bondade filiam-se no CNMP.

1924

- A *Alma Feminina* publica a circular e o regulamento do Primeiro Congresso Feminista e de Educação (Janeiro - Fevereiro).
- Adelaide Cabete profere três conferências sobre o alcoolismo na Universidade Livre.
- O boletim *Alma Feminina* apela às associadas do Conselho para se inscreverem como congressistas no Primeiro Congresso Feminista e de Educação (Março - Abril).
- O Conselho realiza o Primeiro Congresso Feminista e de Educação em Lisboa (04 a 09/05).
- A Liga Portuguesa Abolicionista federa-se no CNMP.

1925

- Reunião da Assembleia Geral para aprovação dos relatórios e eleição dos corpos gerentes (04-01).
- Adelaide Cabete representa o governo português no Congresso Internacional Feminista de Washington, por portaria do ministro do Trabalho, Sampaio e Maia (23-03).
- O Conselho colabora na iniciativa "A semana da criança" organizada pela Associação dos Professores de Portugal (Maio).
- Anuncia-se a organização de uma semana feminista (Maio).
- Adelaide Cabete discursa na sessão solene do Congresso Internacional Feminista de Washington, promovido pelo ICW (06-05).
- A presidente da Direcção entrega, ao ministro Sampaio e Maia, um relatório sobre as resoluções tomadas no Congresso e apresenta as suas reivindicações.
- Reunião da Assembleia Geral para aprovação dos relatórios e eleição dos corpos gerentes. Adelaide Cabete é escolhida para participar no Congresso Internacional Feminista de Paris e é aprovada uma representação ao Parlamento, reivindicando o sufrágio feminino (27-12).

1926

- A *Alma Feminina* presta homenagem póstuma a Carolina Michaelis de Vasconcelos, presidente honorária do Conselho. Branca de Gonta Colaço, Áurea Judite Amaral, Maria Susana Ruivo, Aurora Teixeira de Castro e Henrique Vilhena assinam artigos sobre a vida e obra da professora universitária (Segundo trimestre).
- A Liga Portuguesa Abolicionista promove o Primeiro Congresso Nacional Abolicionista. O Conselho colabora, enviando sete teses (01 a 05-08).
- Reunião da Assembleia Geral para discussão dos relatórios das várias comissões e eleição dos corpos gerentes (30-12).

1927

- O Conselho abre uma subscrição para a aquisição de uma bandeira portuguesa para ser hasteada nas assembleias da IWSA. Maria Leonarda Costa, Bárbara Rosa Pereira e Maria do Céu Branquinho integram a comissão responsável pela recolha de donativos.
- Maria Madalena Cândido, representante do CNMP, discursa no Congresso do Professorado Primário, em Viseu (20-04).
- A Secção da Paz realiza a primeira sessão pacifista sob a presidência de Madeleine Frondoni Lacombe. Distribuição gratuita de um número do boletim *Alma Feminina* dedicado à paz (18-05).
- O Conselho envia uma mensagem ao ministro da Instrução pedindo o ensino da Moral e da Educação Cívica nos cursos secundários.
- A associação protesta junto do ministro da Instrução contra a supressão da coeducação no ensino primário.
- O Conselho entrega uma representação ao ministro do Interior contra as touradas de morte.
- O boletim *Alma Feminina* dedica um número à questão dos touros de morte (Setembro - Outubro).
- A *Alma Feminina* presta homenagem a Angélica Porto, presidente da Comissão de Moral. Arnaldo Brazão, Beatriz Magalhães, Fábila Ochôa Arez, Adelaide Cabete e Bárbara Rosa de Carvalho assinam artigos sobre a vida e obra de Angélica Porto. Maria O' Neill dedica-lhe um poema (Novembro - Dezembro).
- O Conselho dirige uma exposição ao ministro do Interior, protestando por as mulheres não serem consideradas eleitoras no projecto de Código Administrativo (Dezembro).

1928

- Reunião da Assembleia Geral para apreciação dos relatórios das presidentes das comissões e eleição dos corpos gerentes (08-01).
- O Conselho entrega uma representação ao ministro do Interior contra um projecto de lei que suprime o lugar de enfermeira nos barcos que transportam um certo número de emigrantes portugueses. A representação é atendida (Fevereiro).
- A associação organiza o Segundo Congresso Feminista e de Educação em Lisboa (24 a 28-06).
- Reunião da Assembleia Geral para leitura do relato dos trabalhos do Segundo Congresso Feminista e de Educação e aprovação das contas (05-07).
- Fundação da Associação das Mulheres Universitárias de Portugal por iniciativa de Adelaide Cabete. A agremiação filia-se no CNMP.

- Maria O' Neill efectua, por iniciativa do Conselho, uma conferência sobre a Paz Universal na Associação dos Lojistas de Lisboa (Novembro).
- Reunião da Assembleia Geral para leitura dos relatórios e eleição dos corpos gerentes. É nomeada uma comissão formada por Sara Beirão, Angélica Porto e Elina Guimarães para elaborar o plano de conferências feministas e outra para rever os Estatutos da associação, constituída por Maria Amélia de Matos, Tetralda Teixeira de Lemos e Elina Guimarães (30-12).

1929

- A Liga Portuguesa Abolicionista organiza o Segundo Congresso Nacional Abolicionista, que conta com o apoio do CNMP (Maio).
- O Conselho abre uma subscrição para aquisição de uma taça para ser oferecida como prémio de uma série de competições a realizar pelos clubes de futebol da Divisão de Honra. A iniciativa insere-se na campanha de angariação de fundos levada a cabo pela associação, com o objectivo de comprar um avião à primeira aviadora portuguesa, Maria de Lurdes Braga de Sá Teixeira.
- Adelaide Cabete parte para Luanda, Angola.
- Elina Guimarães substitui Adelaide Cabete no cargo de directora-gerente do boletim *Alma Feminina* (Setembro - Outubro).
- O Conselho promove uma sessão comemorativa da Paz Universal na Associação dos Lojistas de Lisboa (11-11).
- O Conselho, através do boletim *Alma Feminina*, lança um inquérito às leitoras com o objectivo de divulgar as mulheres portuguesas que se distinguem nas áreas da literatura, pintura, teatro, desporto e pela sua acção social ou caridosa (Novembro – Dezembro).
- A associação envia uma circular e o boletim como forma de recrutar novos membros.

1930

- O Jornal O Século, por iniciativa de Maria Lamas, realiza a exposição Certame das Mulheres Portuguesas ou Exposição da Obra Feminina Antiga e Moderna de Carácter Literário, Artístico e Científico, em Lisboa. O Conselho colabora na iniciativa (Maio).

1931

- Noémia Neto Ferreira substitui Elina Guimarães no cargo de directora-gerente do boletim *Alma Feminina* (Janeiro – Fevereiro).
- A *Alma Feminina* presta homenagem a Elina Guimarães (Janeiro – Fevereiro).
- Reunião da Assembleia Geral para leitura dos relatórios das secções e eleição dos corpos gerentes (22-01).
- Adelaide Cabete profere a conferência “Seleccção humana” no Liceu Salvador Correia, em Luanda.
- A convite da Instituição Inválidos do Comércio, Sara Beirão discursa sobre “A mulher no comércio como cooperadora das instituições de caridade” no Teatro Taborda.
- O Conselho participa na homenagem à escritora brasileira Iveta Ribeiro. Discurso de Sara Beirão no Clube Brasileiro.
- Representação do Conselho ao Presidente do Conselho de Ministros, Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira, com o objectivo de conseguir alterar o Decreto com força de lei n.º 19694 de 5 de Maio, que concede à mulher o direito de voto com restrições.

- Uma comissão de mulheres, constituída maioritariamente por associadas do Conselho, presta homenagem à pintora Emília Adelaide dos Santos Braga, sócia da agremiação.
- As reuniões da associação realizam-se temporariamente no Grémio Beirão, em Lisboa.
- Deolinda Lopes Vieira participa, como representante do Conselho, no Congresso Internacional de Protecção à Infância, em Lisboa.

1932

- A sócia do Conselho, Maria Baldemero Blanco Macias, angaria donativos para a associação junto de personalidades de Campo Maior e Elvas.
- Reunião da Assembleia Geral para leitura dos relatórios das secções, aprovação das contas e eleição dos corpos gerentes (21-01).
- A professora americana Ana Graves faz uma palestra sobre a paz na sede da associação (04-02).
- O Conselho declina o convite para integrar o Comité Feminino a favor da Paz ou Comité do Desarmamento por razões de ordem económica. Envio de uma representação ao ministro do Interior, solicitando ao governo que represente a associação neste evento em Genebra. A representação não é atendida.
- A associação envia uma mensagem para ser lida no Congresso Internacional Feminista de Marselha, promovido pela IWSA (18 a 22-03).
- No Grémio Beirão realiza-se um Serão de Arte, promovido pelo Conselho, para comemorar a paz (15-06).
- A associação emite “carteirinhas de identidade” que concedem descontos em alguns estabelecimentos comerciais de Lisboa como forma de angariar novas sócias.

1933

- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes (15-01).
- Adelaide Cabete profere uma conferência intitulada “ A paz e a criança”, no Liceu Salvador Correia, em Luanda.
- A convite do Jornal *O Século*, Sara Beirão aborda a temática “Da assistência à criança depende o aperfeiçoamento da humanidade”.
- O Conselho entrega uma representação ao governo, solicitando a não revogação do Decreto n.º 15355, que proíbe as corridas de touros de morte.
- O boletim *Alma Feminina* promove um abaixo-assinado contra os touros de morte.
- Sara Beirão, vice-presidente do Conselho, entrega uma mensagem ao Presidente da República, pedindo o indulto para a camponesa Maria do Sol, presa por ter morto o seu agressor (02-04).
- A associação recebe uma carta da Secção Portuguesa da FIDAC Auxiliar, solicitando a nomeação de uma sócia para integrar o júri responsável pela atribuição de uma bolsa de estudos na Escola de Altos Estudos Comerciais em Bucareste, na Roménia, a uma estudante portuguesa.

1934

- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes (15-01).

- Uma comissão do Conselho cumprimenta a declamadora brasileira Margarida Lopes de Almeida e Regina Pacini Alvear, membro do Conselho Nacional das Mulheres Argentinas, aquando da sua chegada a Portugal.
- Uma comissão da associação solicita ao ministro da Justiça o reembolso dos bens confiscados à alemã Louise Ey, no início da Primeira Guerra Mundial.
- A associação imprime um folheto de propaganda a favor da paz da autoria de Sara Beirão.
- O Conselho promove um chá para celebrar o regresso de Adelaide Cabete, após cinco anos de ausência em África.
- O boletim *Alma Feminina* é dirigido por Sara Beirão (Maio – Junho).
- A agremiação apela ao consumo de produtos nacionais como forma de minorar a crise e o desemprego.

1935

- A *Alma Feminina* transcreve a carta enviada pela IWSA ao Presidente do Conselho de Ministros, comunicando-lhe a resolução adoptada no XII Congresso realizado em Abril na cidade de Istambul (Maio – Junho).
- Adelaide Cabete morre em Lisboa (19-09).
- Sara Beirão visita Avril de Sainte-Croix em Paris.

1936

- O boletim *Alma Feminina* presta homenagem póstuma a Adelaide Cabete. Branca de Gonta Colaço, Angélica Porto, Elina Guimarães, Zoé Grabit Pereira, Mariana da Assunção da Silva, Maria Gertrudes Amarante e Beatriz Arnut assinam artigos sobre a vida e obra da médica (Janeiro – Fevereiro).
- O Conselho organiza uma romagem à campa de Adelaide Cabete, no cemitério dos Prazeres (25-01).
- Sessão evocativa do aniversário da presidente do Conselho na Universidade Popular Portuguesa. Discursam Cândida de Sousa Madeira Pinto, Ferreira de Mira, Sara Benoliel e Henrique Vilhena (25-01).
- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes. Sara Beirão assume o cargo de presidente da Direcção do Conselho (30-01).
- Maria Ermelinda de Stuart Gomes e Cândida de Sousa Madeira Pinto publicam, na *Alma Feminina*, artigos sobre Adelaide Cabete (Março – Abril).
- A *Alma Feminina* presta uma homenagem póstuma à alemã Louise Ey (Maio – Junho).
- A Liga Nacional de Defesa dos Animais convida Sara Beirão a proferir uma conferência no Palácio Camaride (05-07).
- O Conselho não esteve presente no Congresso Internacional Feminista de Dubrovnik promovido pelo ICW por razões de ordem económica. Envio de livros de escritoras portuguesas para a exposição Literatura Feminina, organizada pela Secção de Letras do ICW, que decorre em simultâneo com o Congresso (28-09 a 9-10).
- A associação realiza o primeiro Chá Feminista dedicado à caridade e abre uma subscrição a favor de doze crianças pobres (Outubro).
- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes.

1937

- O boletim *Alma Feminina* não publica nenhum número durante todo o ano.
- Angélica Porto é nomeada presidente honorária do Conselho.

1938

- Homenagem a Sara Beirão após o seu regresso do Brasil. Uma comissão de sócias da associação organiza um chá na Pastelaria Ferrari, em Lisboa.
- Reunião da Assembleia Geral para aprovação das contas e eleição dos corpos gerentes (17-04).
- O Conselho promove, com o apoio do Grupo Infantil Defensor dos Animais, uma subscrição a favor de setenta e cinco crianças pobres. Distribuição de merendas e roupas.
- A associação realiza um Serão de Arte, no salão da Sociedade de Propaganda de Portugal, com o objectivo de apoiar a Liga Nacional de Defesa dos Animais (Junho).
- Um grupo de sócias da agremiação entrega as lembranças adquiridas com a receita obtida no Serão de Arte aos três condecorados pela Liga Nacional de Defesa dos Animais.
- A Direcção da Liga Nacional de Defesa dos Animais confere diplomas de honra às sócias do Conselho pela colaboração prestada na defesa dos direitos dos animais.
- Cândida de Sousa Madeira Pinto representa a associação no Congresso Internacional Feminista, em Edimburgo, organizado pelo ICW (11 a 21-07).

1939

- Reunião da Assembleia Geral para aprovação das contas e eleição dos corpos gerentes (02-03).

1940

- Uma comissão da associação entrega um requerimento na Assembleia Nacional, protestando contra o facto de se permitir que raparigas de dezasseis anos sejam registadas como prostitutas (10-02).
- Reunião da Assembleia Geral para aprovação das contas e eleição dos corpos gerentes (20-04).
- O Conselho, através da *Alma Feminina*, presta homenagem às sócias Maria da Luz Albuquerque, responsável pela adesão de cinquenta e cinco novos membros, e Maria do Carmo Vieira Viana pelo trabalho de propaganda em prol da associação.
- Fundação da primeira delegação do Conselho em Vila da Feira.
- A convite de Maria da Luz Albuquerque, presidente da delegação de Vila da Feira, Sara Beirão pronuncia uma conferência intitulada "A mulher na civilização de hoje", no salão nobre dos Paços do Conselho daquela localidade (26-05).
- O Conselho desenvolve uma acção de recolha de donativos a favor da Cruz Vermelha Inglesa e uma comissão de sócias entrega a verba obtida na Embaixada da Inglaterra (Agosto).

1941

- Uma comissão do Conselho visita o Jardim-Escola João de Deus com a finalidade de estudar o sistema de ensino adoptado no estabelecimento (24-03).
- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes (16-04).
- A associação abre uma subscrição a favor das vítimas do ciclone que ocorre em Portugal. A verba é entregue no jornal *Diário de Notícias* (26-04).

1942

- O Conselho presta homenagem ao coronel Ferreira de Simas, antigo director do Instituto Feminino de Educação e Trabalho.
- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes. Isabel Cohen von Bonhorst é eleita presidente da Direcção (03-06).
- Beatriz Arnut, sócia do Conselho, institui uma verba destinada a subsidiar os estudos superiores a duas raparigas pobres oriundas da região transmontana ou o prémio anual designado “Prémio Trás-os-Montes”, no valor de quinhentos escudos, atribuído com a mesma finalidade.
- Sara Beirão é nomeada presidente honorária da associação.

1943

- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes (19-05).
- O movimento de assistência do CNMP auxilia uma mulher pobre, casada e mãe de seis filhos, conseguindo um aumento do subsídio de habitação, emprego para ela e para a filha mais velha (Julho).
- O movimento arranja emprego para uma mulher desempregada há mais de três anos e com dificuldades económicas (15-09).
- Uma mulher é submetida a uma intervenção cirúrgica após meses de espera devido aos esforços do movimento de assistência do Conselho (09-11).

1944

- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes (07-06).
- Palestra de Maria Lamas intitulada “Mulher moderna” na Emissora Voz de Lisboa.

1945

- É elaborado o Programa Geral do Conselho.
- Cento e dezasseis mulheres filiam-se no Conselho.
- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes. Maria Lamas ocupa o cargo de presidente da Direcção (11-07).
- Fernanda Tasso de Figueiredo, sócia do Conselho, apela ao envio de donativos para a Casa Mãe da Gaiata de Lisboa, fundada pela Divisão Auxiliar Feminina dos Escuteiros de Portugal, que recolhe e ampara raparigas da rua.
- A presidente da Secção de Letras do ICW, condessa Jean de Pange, preside a uma reunião do Conselho na Sociedade de Propaganda de Portugal, onde é homenageada. Discursos de Maria Lamas e da condessa.
- A Direcção da associação promove semanalmente reuniões entre as sócias na Sociedade de Propaganda de Portugal.

1946

- Os Estatutos do Conselho são reeditados.
- A associação envia uma carta ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, solidarizando-se com as reivindicações das empregadas dos escritórios dos Serviços Centrais da empresa (Janeiro).

- Cento e treze mulheres de Coimbra enviam um abaixo-assinado a Maria Lamas, presidente do Conselho, solicitando a formação de uma delegação na cidade. Constituição da Comissão de Propaganda e Organização de Coimbra.
- O Conselho envia uma representação ao Presidente da Assembleia Nacional, discordando das disposições contidas no Decreto Lei n.º 35426 de 31 de Dezembro de 1945. A representação é apreciada pela Câmara Corporativa e exarada no Diário das Sessões (08-02).
- O Boletim da Biblioteca do Conselho é editado (Abril).
- Formação da Liga de Amigos da Biblioteca com o objectivo de manter e ampliar a actividade da biblioteca.
- Reunião da Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes. Lucinda Relvas não integra a Secção de Assistência nem aceita as funções de editora, gerente e tesoureira da Secção do Boletim por motivos profissionais (25-06).
- Catorze mulheres enviam um abaixo-assinado a Maria Lamas, pedindo a criação de uma delegação do Conselho na Figueira da Foz.
- O Ministério do Interior aprova um novo modelo do Cartão de Identidade de associada do Conselho.
- O Conselho cria um curso de jornalismo ministrado por Maria Lamas.
- A Associação Feminina Portuguesa para a Paz filia-se no CNMP.
- A convite do Carvalho Araújo Sport Clube, o Conselho realiza, na sede desta associação, duas palestras intituladas “O valor social das escolas infantis” e “Dois aspectos da vida da mulher e seus problemas”.
- Maria Lamas representa o Conselho no Congresso Internacional Feminista que se realiza na Bélgica, organizado pelo ICW.
- A associação anuncia a formação de grupos ou blocos ordenados por profissões. É constituído o Bloco das Raparigas Estudantes.
- A direcção do Conselho elabora um inquérito com o intuito de realizar um estudo sobre as condições de vida das mulheres portuguesas.
- Lançamento da Campanha das Cinco Sócias com a finalidade de aumentar o número de associadas.
- As delegações das Caldas da Rainha e da Figueira da Foz promovem reuniões de sócias, onde são debatidos problemas respeitantes à protecção das crianças e das mulheres.
- As delegações de Olhão e de Silves realizam cursos e campanhas de alfabetização.
- A Comissão de Propaganda e Organização de Coimbra, com o apoio do Centro de Estudos para a Formação Social, aplica inquéritos a asilos e casas de recolhimento locais e promove um curso de ginástica na sede do Sport Clube de Coimbra.
- A Direcção do Conselho envia uma carta às associadas, apelando ao recenseamento de todas as mulheres abrangidas pela Lei n.º 2015 de 28 de Maio.
- O órgão de propaganda do Conselho passa a intitular-se *A Mulher*. Maria Amália Neves substitui Sara Beirão na direcção do boletim. Leonarda Paiva Martins é a nova editora (Dezembro).

1947

- A sede do Conselho é transferida para a Travessa da Fábrica das Sedas, nº 1, em Lisboa.
- O Ginásio Feminino Português, a Sociedade de Propaganda de Portugal – Núcleo Feminino e a Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro federam-se no Conselho.

- O Conselho organiza a Exposição de Livros Escritos por Mulheres na Sociedade Nacional de Belas Artes. Exibição de filmes e conferências a cargo de Fernanda Tasso de Figueiredo, Amália Neves, Maria Palmira Tito de Morais, Alda Nogueira, Alice Maia Magalhães, Joana Campina Miguel, Manuela Porto, Maria Valentina Trigo de Sousa, Maria da Luz Espírito Santo, Maria Teresa Amado, Maria Helena Lucas e Benvinda de Caíres (04 a 12-01).
- O último número do boletim *A Mulher*, da responsabilidade da Secção do Boletim, é dedicado à exposição (Maio).
- A sede do Conselho é encerrada e selada pela polícia (28-06).
- Maria Lamas, presidente do Conselho, endossa uma carta a Mário Madeira, Governador Civil de Lisboa, solicitando-lhe que comunique os motivos que levam à dissolução da associação (30-06).
- A Comissão de Propaganda e Organização de Coimbra organiza a Exposição de Brinquedos e Desenhos Infantis nas instalações do jornal *O Primeiro de Janeiro*, em Coimbra (Julho).
- O Governador Civil de Lisboa envia um ofício a Maria Lamas, informando-a dos motivos conducentes ao encerramento do Conselho (04-07).
- Maria Lamas, na sua qualidade de presidente da associação, interpõe um recurso na Auditoria Administrativa de Lisboa com o objectivo de anular o despacho de Mário Madeira (23-07).
- O recurso interposto, pelo Conselho, é deferido (28-07).
- O Supremo Tribunal Administrativo anula a sentença da Auditoria Administrativa de Lisboa devido a um novo recurso apresentado pelo Governador Civil de Lisboa.
- O Conselho recorre do Despacho do Supremo Tribunal Administrativo (01-10).
- O recurso, interposto pela associação, não é aceite.